REGIONAL

SUMÁRIO

- Nota Introdutória
- Manuel Porto, Fernanda Coeta, Rul Jacinto As Grandes Infraestruturas de Ligação Terrestre de Portugal aos Demais Países Comunitários (TGV e Auto-estrada)
- A. Sitva Atoneo, A. Machado Retvão Análise e Perspectivas sobre a Situação do Saneamento Básico na Região Centro
- A. Marques Mendes, A. Mota Lopes O Programa.
 Transfronteiriço entre Espanha e Portugal e as Perspectivas para a Raia da Região Centro de Portugal
- Jorge Carvalho Arroteia A Inserção da 2ª Geração de Emigrantes no Sistema Educativo Português
- Ana Pires, Rui Jacinto Causas de Morte na Região Centro
- Aminio J. Cardoso, J. Brandão Scares Um Projecto Piloto de Cadastro Urbano
- Bernardo Campos O Sector Florestal na Região Centro
- Rul Moura Ramos A Comunidade Europeia no 2º Semestre de 1988 e no 1º Semestre de 1989
- A. Castilho Diae Eurogabinete para a Região Centro
- Amonio José Cardoso Seminário Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional
- Emille C. de Amerim SICRUM Seminário Internacional sobre Cadastro Rústico e Urbano Multifuncional face às novas tecnologias
- Edite Morale, Jorge Brandéo, Rul Martine V Colóquio Ibérico de Geografia
- LEGISLAÇÃO CLASSIFICADA 1989
- BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

1° • 2° SEMESTRE DE 1989 Nº 23/20

DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
DA REGIÃO CENTRO



MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

BOLETIM DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

DESENVOLVIMENTO	COIMBRA	ANO 16	№ 28/29	p. 5 a 248	1989
REGIONAL					



Símbolo de dinamismo, as Auto-Estradas representam um vector de desenvolvimento e projecção de um País.



SUMÁRIO

Manuel Porto - Nota Introdutória5	
ARTIGOS	
Manuel Porto, Fernanda Costa, Rui Jacinto – As Grandes Infraestruturas de	
Ligação Terrestre de Portugal aos Demais Países Comunitários (TGV e Auto-	
-estrada)9	
A. Silva Afonso, A. Machado Relvão – Análise e Perspectivas sobre a Situação do	
Saneamento Básico na Região Centro53	
A. Marques Mendes, A. Mota Lopes – O Programa Transfronteiriço entre Espanha	
e Portugal e as Perspectivas para a Raia da Região Centro de Portugal75	
Jorge Carvalho Arroteia - A Inserção da 2ª Geração de Emigrantes no Sistema	
Educativo Português107	
Ana Pires, Rui Jacinto – Causas de Morte na Região Centro	
António J. Cardoso, J. Brandão Soares - Um Projecto Piloto de Cadastro Urbano 167	
Bernardo Campos - O Sector Florestal na Região Centro181	
INFORMAÇÃO	
Rui Moura Ramos - A Comunidade Europeia no 2º Semestre de 1988 e no 1º	
Semestre de 1989	
A. Castilho Dias Eurogabinete para a Região Centro207	
António José Cardoso - Seminário Industrialização em Meios Rurais e	
Competitividade Internacional209	
Emília Cancela de Amorim - SICRUM - Seminário Internacional sobre Cadastro	
Rústico e Urbano Multifuncional face às novas tecnologias211	
Edite Morais, Jorge Brandão, Rui Martins - V Colóquio Ibérico de Geografia 213	
LEGISLAÇÃO CLASSIFICADA 1989219	
BIRL IOGRAFIA SELECCIONADA237	



Avalorizar a iniciativa regional.

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

Ao encontro da iniciativa de cada região. A descentralizar eficiência. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

Com o sistema de Teleprocessamento numa vasta rede de Balcões, em todo o País. A investir mais perto no desenvolvimento da economia regional.



BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

O seu Banco para sempre

NOTA INTRODUTÓRIA

Por: Manuel Carlos Lopes Porto (*)

É-me especialmente grato escrever estas breves palavras de abertura do nº 28/29 do Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro, quando se perfazem dez anos desde a publicação do seu nº 10, que deu início a uma nova série, com a designação de Desenvolvimento Regional.

Conforme referi então, começou-se com esse número "uma nova fase", pretendendo-se, através de uma maior selectividade no seu conteúdo e da melhoria da sua apresentação formal, atingir um público mais vasto, que importa fazer participar na problemática do desenvolvimento, em especial na problemática do desenvolvimento da Região Centro de Portugal.

Visava-se, pois, um alargamento da utilidade social do Boletim já existente (iniciado em 1974, ano em que foram publicados três números, e retomado em 1977, então já sob a minha responsabilidade). Nos seus artigos, queria-se que continuasse a reflectir o trabalho de investigação levado a cabo por técnicos e colaboradores da Comissão e ainda, de um modo crescente, a investigação de pessoas de fora, enriquecendo-se assim com uma gama mais variada de contributos. Por outro lado, visava-se alargar os seus propósitos informativos, dando a conhecer novos mecanismos, legislação e bibliografia mais ligados ao desenvolvimento económico e social. No plano formal, teve-se a preocupação de melhorar a apresentação do Boletim, com um formato mais cómodo e um nome mais sugestivo. Por fim, visando fazê-lo chegar a interessados estrangeiros (v.g. estudiosos, agentes económicos ou quadros comunitários) e conseguir permuta com um número maior de publicações, procurou-se que os artigos passassem a ser seguidos de um resumo em língua inglesa.

^(*) Deputado ao Parlamento Europeu; Prof. da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Decorridos dez anos, que se perfazem quando por coincidência suspendo as funções de presidente da Comissão de Coordenação e consequentemente de responsável pelo Boletim, justifica-se que faça um balanço do que foi conseguido, face aos objectivos que estavam previstos.

Em relação ao conteúdo, julgo poder afirmar que, para além de alguns desequilíbrios, foi possível inserir no Boletim artigos de muito interesse, alguns deles com uma projecção que excedeu as nossas previsões mais optimistas, e igualmente que terá sido de utilidade a informação proporcionada, tanto através de artigos como através das secções de legislação e bibliografia.

Infelizmente, já em relação ao seu aspecto formal e principalmente à sua difusão, julgo dever reconhecer que se ficou muito aquém do que seria desejável. Estando em causa, entre outras, uma preocupação de esclarecimento e informação dos vários tipos de agentes que têm de participar num processo de desenvolvimento (empresários, trabalhadores, autarcas, quadros da administração pública, académicos e outros), constata-se que não terão sido muitos os atingidos. Para tal, contribuiu sem dúvida a apatia geral pela leitura de que a sociedade portuguesa continua a sofrer. Mas terá havido também culpas nossas, não tendo seguido os melhores caminhos para vencer essa dificuldade de raíz.

A escrever estas palavras no primeiro número que já não sai sob a minha responsabilidade, julgo haver boas razões para me congratular com os resultados alcançados; mas também para, constatando as insuficiências referidas, fazer os melhores votos para que sejam completamente ultrapassadas na nova década que agora se inicia.

ARTIGOS



AS GRANDES INFRAESTRUTURAS DE LIGAÇÃO TERRESTRE DE PORTUGAL AOS DEMAIS PAÍSES COMUNITÁRIOS (TGV E AUTO-ESTRADA)

Por: Manuel Carlos Lopes Porto (*)
Fernanda Maria Moreira da Costa (**)
Rui Manuel Missa Jacinto (***)

(*) Deputado ao Parlamento Europeu; Prof. da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

(**) Chefe de Divisão da Comissão de Coordenação da Região Centro (***) Chefe de Divisão da Comissão de Coordenação da Região Centro

Sumário

- Introdução 1.
- As propostas conhecidas 2.
- Situação actual e dinâmica demográfica e económica em Portugal 3.
- 4. As ligações mais adequadas, face às realidades do nosso país
 - 4.1. A ligação em TGV

 - 4.1. A ligação em rov
 4.2. A ligação em auto-estrada
 4.3. A articulação entre diferentes modos de transporte
 4.4. O ordenamento do território
- 5. Conclusões

Anexo



1. Introdução

A implantação de grandes infraestruturas de transporte deve merecer-nos a maior preocupação, não podendo deixar de procurar-se a sua máxima rentabilização social, económica e financeira, face à escassez relativa dos recursos e aos objectivos de desenvolvimento a atingir.

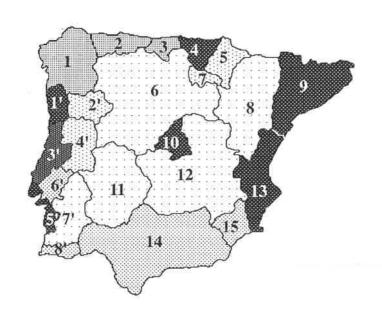
Assim deve acontecer, de um modo muito especial, com as infraestruturas de ligação de Portugal aos demais países comunitários em comboios de grande velocidade (TGV's) e por auto-estrada, parecendo-nos claro que sugestões recentemente vindas a público não correspondem, face às realidades demográficas e económicas de Portugal e de Espanha, à referida necessidade de máxima rentabilização dos recursos da Península Ibérica e da própria Comunidade.

As características da Península, com a maior parte dos principais pólos de desenvolvimento em diversas zonas do litoral, algumas delas do litoral português, e um interior até agora menos favorecido mas susceptível de um rápido desenvolvimento através da melhoria das acessibilidades, aponta aliás antes para a existência de várias vias de ligação entre os dois países e os países além-Pirinéus. Trata-se de situação e de perspectivas de que se pode ter uma imagem esclarecedora pela observação dos mapas 1 e 2, o primeiro com indicadores regionais de localização da população (hab./km²)e o

segundo com as principais vias ferroviárias e rodoviárias já existentes e projectadas (sem preocupações de rigor nos traçados indicados).

Mapa 1

DENSIDADE POPULACIONAL - 1980



ESPANHA:

PORTUGAL:

1 - Galiza 2 - Astúrias	1' - Norte Litoral 2' - Norte Interior	hab./ km2
3 -Cantábria	3' - Centro Litoral	< 30
4 - País Basco	4' - Centro Interior	
5 - Navarra	5' - Lisboa Litoral	30 - 60
6 - Castela-Leão	6' - Lisboa Interior	
7- Rioja	7' - Alentejo ou Sul Interior	60 - 90
8 - Aragão	8' - Algarve	
9 - Catalunha		90 - 120
10 - Madrid		120 - 150
11 - Estremadura		HIGHER AND 150
12 - Castela-a-Mancha		> 150
13 - País Valenciano		10000000
14 - Andaluzia		Espanha 75 hab./km2
15 - Múrcia		Espailia 75 hab/kiii2

Portugal 105 hab./km2

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias (CEE), Les Régions de l'Europe, COM (84) 40 final / 2

Mapa 2

GRANDES ESTRADAS E VIAS FÉRREAS
DE TRÁFEGO INTERNACIONAL



Sendo várias as zonas do litoral a servir (por terem não só uma maior população como também um maior desenvolvimento económico)¹, um número reduzido de boas

¹ Conforme veremos adiante em relação a Portugal.

vias de ligação levaria a que necessariamente algumas dessa zonas (as não servidas) ficassem a uma distância-tempo muito grande de pólos a que importa que estejam ligadas. Desde logo por isso, no campo das rodovias é preferível a construção de várias estradas de boa circulação (como os IP's já construídos e em vias de construção, nos termos do Plano Rodoviário Nacional português), com custos muito mais baixos mas permitindo também velocidades relativamente altas. A título de exemplo, admitindo que tanto nessas estradas como em auto-estradas se circule com as velocidades máximas permitidas por lei (120 km/h no primeiro caso e 90 km/h no segundo), não é compensadora a utilização de uma auto-estrada mais afastada se num trajecto de 500 kms se verificar por estrada um encurtamento de 100 kms.

Havendo aliás assim uma maior repartição do tráfego, em muitos casos não se justificará a construção imediata de auto-estrada(s), na medida em que estradas de boas condições (como os IP's) podem proporcionar o escoamento de todo o tráfego existente com uma fluidez satisfatória.

Por fim, com o maior interesse social e económico, uma rede de IP's como a que está a ser implantada, directamente e ainda através da malha mais apertada da rede nacional e municipal a que dá acesso, é uma solução muito mais vantajosa do ponto de vista da promoção de várias regiões do interior, até agora menos favorecidas mas com potencialidades que a melhoria das acessibilidades rapidamente poderá aproveitar e promover. Sem prejuízos de nenhuma natureza, na medida em que é servida também da melhor forma a generalidade dos centros mais dinâmicos do litoral, estamos portanto perante uma solução que é simultaneamente promotora de regiões entretanto mais desfavorecidas do interior, como são os casos das regiões atravessadas de Portugal e da Espanha, numa aproximação que beneficia os dois países, conforme resulta muito claramente da experiência conhecida das vias de ligação já existentes².

Para além da pujança de algumas cidades raianas (casos de Elvas, Chaves e Badajoz), pode ver-se por exemplo que se localizam ao longo do trajecto de Vilar Formoso, Salamanca e Valladolid os principais pólos de desenvolvimento e atracção urbana das Beiras, em Portugal, e de Castela-Leão, em Espanha.
Sendo assim, é de desejar igualmente que, para além das vias de comunicação principais, na medida do possível sejam aumentadas as ligações a Espanha em muitos outros pontos, mesmo através de vias secundárias; sendo aliás esta, quase sem custos, a melhor forma de promover as zonas raianas de Portugal e da Espanha, que se contam entre as zonas mais desfavorecidas de toda a Europa, no que foi já designado, expressivamente, a "fronteira do

Dentro deste benefício mútuo, é aliás de esperar que na fase actual de desenvolvimento dos dois países seja maior o benefício para os empresários do nosso país, onde são mais baixos os preços dos bens e os custos de produção: assim se explicando o enorme crescimento do número de turistas e consumidores espanhóis que nos procuram³ e a rápida melhoria que tem vindo a registar-se na nossa balança comercial⁴.

Razões de muito peso apontam, pois, para que seja cada vez maior o número de vias de comunicação entre Portugal e a Espanha: o que é financeiramente possível e mesmo aconselhável no que respeita às rodovias, mas não pode verificar-se no que respeita às ferrovias. Ainda aqui, contudo, para além de um esforço novo, de grande custo, que deverá ser feito no campo dos TGV's, a diversidade hoje existente é um património a preservar e a promover, tanto em acções a curto e médio prazo de maior envergadura, por exemplo (tal como está em curso) na linha da Beira Alta, como em acções entretanto de menor dimensão, mantendo e melhorando, com soluções flexíveis e económicas, um modo de transporte que, mesmo sem atingir velocidades de centenas de quilómetros por hora, se apresenta com condições muito atraentes na Europa comunitária⁵.

subdesenvolvimento" (António Pintado e Eduardo Barrenechea, A Raia de Portugal. A fronteira do subdesenvolvimento, trad. port. de Afrontamento, Porto, 1974).

Tendo-se passado de 5,2 milhões de turistas espanhóis em 1981 para 12,1 milhões em 1988, com grande significado em termos de compras no nosso país, mesmo quando se trata de vindas de muita curta duração (v.g. com regresso no mesmo dia).

Passando-se de uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 18,3% em 1981 para 53,6 em 1988 (57,3% de Janeiro a Agosto de 1989).

Relevando a este propósito, para além de razões económicas e financeiras, razões ambientais, energéticas, de congestionamento e de segurança, a que nos últimos anos passou a ser dada muito maior atenção. Conforme se sublinhou recentemente no Seminário sobre *Topical Issues of the Common Transport Policy for Railways*, organizado pela ESTI, European Society of Transport Institutes (Bruxelas, 9 e 10 de Novembro de 1989), "there is no doubt that in the middle and longterm, the chances for development of railways could scarcely be better", acrescentando-se adiante: "The auspices for the trends are favourable - the common internal market without frontiers will strengthen the case for rail-related markets; - the already pressing demands for protection of the environment, energy saving and transport safety and security can be responded by the rail transport - in contrast to the congested roads and the reluctance of authorities to invest in new infrastructure; the establishment - assured in the short-term of a European high speed network, will significantly increase the attractiveness of rail for passengers and goods needs, in competition with air and road traffic".

Sendo assim bem nítidas as vantagens de uma estratégia de manutenção e promoção de várias ligações rodoviárias e ferroviárias aos demais países da Europa, só para além dela se justificará a implantação de grandes infraestruturas, como as que estamos a analisar neste estudo.

No caso dos TGV's, está em causa uma razão decisiva de velocidade, face às novas possibilidades oferecidas por este tipo de comboios, mesmo como alternativa ao transporte aéreo, num espaço como o europeu que vem deparando e provavelmente continuará a deparar, nos anos que se avizinham, com dificuldades crescentes de congestionamento aéreo, afectação do ambiente e afastamento dos aeroportos em relação aos centros das cidades. Trata-se de possibilidades que Portugal e a Espanha, na periferia da Europa, não podem deixar de aproveitar nas melhores condições⁶. Exigindo todavia infraestruturas totalmente novas de custo elevadíssimo, não é realista admitir que num limite temporal próximo venha a ser contruída mais do que uma linha de ligação a Portugal.

No caso da(s) auto-estrada(s), dada a possibilidade de haver várias estradas de boa circulação (IP's), permitindo velocidades que não são muito inferiores e oferecendo as vantagens assinaladas atrás, a sua construção justificar-se-á fundamentalmente apenas onde alguma das vias rápidas se aproximar de situações de congestionamento sem que, com um trajecto próximo, se justifique a construção de uma nova via de idêntica natureza. Se assim não for, não há razões que possam justificar o investimento muito mais elevado que se torna necessário.

É por consequência em relação às infraestruturas que distinguimos, necessariamente em pequeno número, que importa tomar decisões de grande rigor, procurando a minimização dos seus custos e a maximização da sua rentabilidade social, económica e financeira, num mundo de crescente exigência que não se compadece com desperdícios e ineficiências.

Trata-se de necessidade de rigor que recentemente ficou bem expressada no documento Vers des Réseaux Transeuropéens (SEC (89) 1670), de 4 de Outubro, que

Devendo beneficiar agora, em termos de apoios comunitários, da prioridade que a presidência irlandesa decidiu dar à melhoria das acessibilidades dos países periféricos.

serviu de base à reunião de 10 de Outubro do Conselho sobre o 'Mercado Interno'. Depois de se sublinhar, entre "as condições a preencher face à perspectiva de 1992, que as infraestruturas prioritárias devem ter um significado económico incontestável", concretiza-se realçando-se que "os projectos devem responder a necessidades identificadas claramente, a exigências de consumidores ou de utilizadores potenciais que aceitem associar um custo à obtenção da prestação, quer porque ela tenha a sua própria utilidade quer porque permita o aparecimento de actividades novas. Devem ter uma rentabilidade económica tal que possam ser encarados indiferentemente por operadores públicos ou privados".

Alguma hesitação que poderia eventualmente levantar-se face a esta filosofia, tendo em conta interesses de ordem social ou económica de médio e longo prazo (no campo do desenvolvimento regional), não há razão para que se levante na Península Ibérica, dada a referida conjugação de todos os interesses.

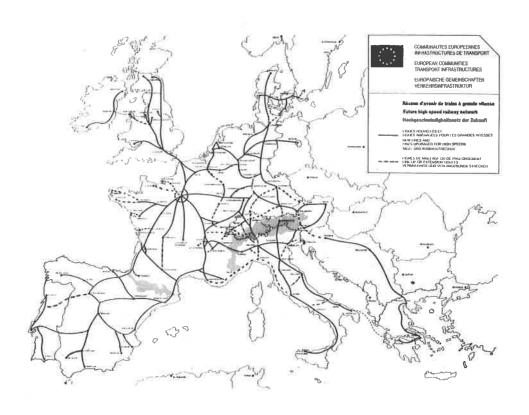
2. As propostas conhecidas

Os mapas 3 e 4 mostram as propostas mais recentes de que tivemos conhecimento, no primeiro caso no campo das ferrovias e no segundo no campo das rodovias.

Na sequência deste documento, ainda mais recentemente a comunicação da Comissão Towards Europe-Wide Networks. Objectives and possible applications (COM (89) 643, de Dezembro de 1989, versão provisória) veio concluir acerca de dois "principal aspects of the problem of the adaptation of infrastructures to the emergence of new data on the European economy", sendo um deles "the very real connection between the demands of economic actors and the priorities established by public authorities to make the most of the gains flowing from the process of the completion of the internal market", distinguindo-se depois a necessidade de os projectos reflectirem, entre outros quesitos, a "definition of users' demands" e a "evaluation of the expected economic gains".

Esta preocupação de assegurar a rentabilidade dos projectos está ligada à possibilidade de promover uma desejável participação da iniciativa privada, sublinhada de um modo muito especial no documento da Table Ronde des Industriels Européens, Pour un Renouvellement des Infrastructures de Transport en Europe. Propositions pour une amélioration des processus de décision, Junho de 1989.

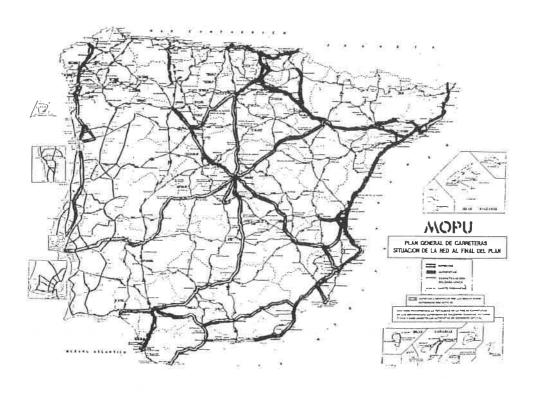
Mapa 3
REDE FUTURA DECOMBÓIOS DE GRANDE VELOCIDADE



Trata-se, aqui, de um documento da Comissão das Comunidades, referindo duas vias principais de ligação ferroviária de Portugal aos demais países comunitários: uma ligando Lisboa a Madrid com "linhas novas e preparadas para as grandes velocidades" e uma outra, que corresponde em Portugal à linha da Beira Alta, ligando o nosso país directamente a Valladolid através do que se designa por "linhas de ligação ou de prolongamento".

Mapa 4

PLANO GERAL DE ESTRADAS



Neste caso, trata-se do mapa do *Plan General de Carreteras* do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo de Espanha, prevendo nas ligações com Portugal a construção de três auto-estradas, uma no norte ligando a Galiza a Braga e ao Porto, outra já a sul, ligando Madrid a Lisboa por Elvas e pelo Alentejo, e uma terceira no extremo sul, ligando a Andaluzia ao Algarve (com traçado previsto apenas em território espanhol).

Estando em causa uma preocupação comunitária de aproximação dos países e das regiões, poderá acontecer que em alguns casos os interesses prioritários de Portugal não correspondam aos interesses prioritários da Espanha.

Quando assim aconteça, haverá que encontrar soluções equilibradas para ambas as partes, podendo servir de exemplo o caso da ligação a Valladolid (e a França) por Vilar Formoso que, sendo muito importante para Portugal, poderá não ser prioritária para a Espanha (não devendo todavia as autoridades espanholas deixar de ter em conta, a seu propósito, os interesses de Castela-Leão e de outras regiões nas suas ligações ao nosso país; no caso de Castela-Leão, também nas suas ligações aos demais países comunitários).

Para além disso, parece-nos contudo claro que o que for planeado para Portugal não pode deixar de ter em conta, de um modo muito especial, o que for prioritário para as autoridades espanholas: só então havendo a certeza ou sendo pelo menos maior a probabilidade da sua concretização a médio prazo, num domínio em que um atraso de alguns anos pode ser decisivo, levando à perda de oportunidades que não voltarão a surgir.

Neste quadro, assume um relevo básico o papel central de Madrid que, por razões decisivas de ordem política e económica, será obviamente privilegiado nas ligações da Espanha com os demais países comunitários⁸. Sendo assim, sem prejuízo de outras

exemplo os mapas das figuras 8 a 10 da publicação da Communauté des Chemins de Fer Européens, *Proposition pour un Réseau Européen de Grande Vitesse* (Janeiro de 1989), que reproduzimos em Anexo (mapas 14 a 16). Além de na previsão até 1995 (mapa 14) nada constar para a linha do Norte, para a linha da Beira Alta e para a sequência desta até França, na previsão para 2005 (mapa 15) ainda nada consta para a linha da Beira Alta, para a sua sequência

Não devendo nós ajuizar acerca das prioridades das autoridades espanholas, não podemos contudo deixar de estranhar que a ligação em TGV de Madrid a Paris, através do norte de Espanha (por Valladolid e Irun), não fosse considerada em mapas de que tivemos conhecimento antes de nos ter chegado o mapa 3, tendo aliás indicações no sentido de que se trata de uma ligação que ainda suscita dúvidas ou que poderá ser protelada. De facto, parece-nos claro que é do interesse prioritário do país vizinho ter também essa ligação em grande velocidade: na medida em que, além de Paris, continuarão a localizar-se no norte alguns dos centros mais importantes da Europa comunitária, em relação aos quais importará encurtar o tempo de deslocação a partir de Madrid (relevando, a este propósito, a próxima ligação do TGV a Londres); na medida em que se trata de uma ligação que servirá igualmente centros muito importantes da Espanha, como Valladolid, Burgos, Bilbau e S. Sebastian; e ainda na medida em que, estando em França já em vias de conclusão uma parte do TGV 'Atlântico' (no seu troço até Tours, mas que se dirigirá até Bordéus e mais tarde até Hendaye), se trata de um complemento em relação a essa obra, fechando a malha e aumentando a rentabilidade do sistema de combóios de grande velocidade, Entre os mapas de que tivemos conhecimento, justificando os receios referidos, ver por

ligações de interesse fundamental para Portugal - como a referida atrás, através de Vilar Formoso, Salamanca e Valladolid - as ligações a Madrid podem ser desde logo um modo de, a partir de alguns centros portugueses, se chegar mais rapidamente a outros países europeus. Mas a existência de boas ligações a Madrid (na sua sequência, ainda a outras cidades do país vizinho, em especial a Barcelona) é por si mesma de grande importância para Portugal, estando em causa centros urbanos de enorme relevo, que constituem mercados de crescente dimensão para a economia portuguesa (tendo Madrid mais de 4 milhões de habitantes e Barcelona mais de 3 milhões de habitantes, com um poder de compra que no seu conjunto representa muito mais do que o poder de compra do total do nosso país).

Assim acontece em relação ao turismo, devendo esperar-se uma procura cada vez maior de Portugal por parte de turistas espanhóis⁹, atraídos, além de outros factores, pelas grandes diferenças de preços que se registam nos serviços de turismo e em outros bens que aqui compram; e acontece também em relação ao comércio de produtos industriais, dados os custos de mão-de-obra mais baixos e outras vantagens competitivas da nossa economia face à economia espanhola¹⁰.

A criação de ligações mais rápidas a Madrid e a Barcelona constitui, por consequência, um meio muito importante conduzindo a um melhor aproveitamento de todas estas oportunidades.

até Valladolid e, por fim, para a ligação final entre a Espanha e a França; com a agravante de este último troço não constar sequer do último mapa, relativo a um horizonte mais afastado (mapa 16), dizendo-se que se trata de um "maillon manquant". Nesta linha de receios, com mais relevo pode ver-se igualmente que no COM (89) 643 (cit.) se fala apenas para a Península Ibérica no "link between Lisboa, Madrid, Barcelona, and Lyon, permitting an extension to Strasbourg, Hamburg and Copenhagen, on the one side, and Turin and Milan on the other".

⁹ Com a vantagem de se tratar de turistas que se repartem de um modo razoável ao longo do ano.

Devendo continuar a verificar-se, pois, a evolução favorável que num caso e no outro tem vindo a registar-se nos últimos anos (recordem-se os números que referimos nas notas 3 e 4).

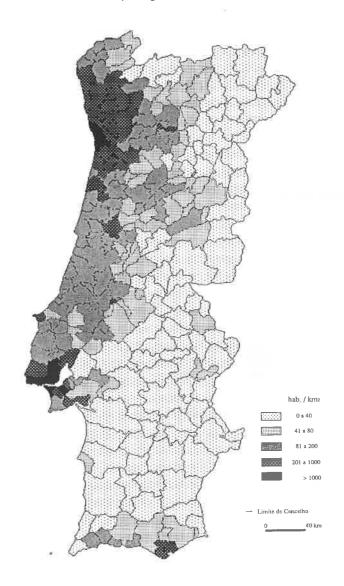
3. Situação actual e dinâmica demográfica e económica em Portugal

Da situação actual e das oportunidades que podem antever-se, com relevo para a implantação da(s) linha(s) de TGV e de auto-estrada(s), dão uma imagem esclarecedora os mapas 5 a 8, mostrando como se distribui actualmente e como tem evoluído a localização da população e da actividade industrial (VAB) no nosso país.

Da distribuição actual dão conta os mapas 5 e 6.

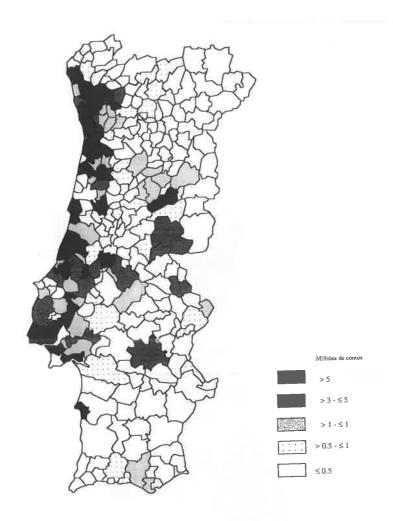
Mapa 5

DENSIDADE POPULACIONAL
(Portugal Continental)



Mapa 6

VAB DA INDÚSTRIA (1987)



Verifica-se uma concentração muito acentuada entre os distritos de Braga e Setúbal, numa área que, tendo cerca de 25% do território continental, tem cerca de 66% da população e mais de 80% do VAB industrial e dos serviços (tendo por seu turno só os distritos de Lisboa e do Porto, com 6% da área, 40% da população, mais de 45% do VAB industrial e mais de 55% do VAB dos serviços)¹¹.

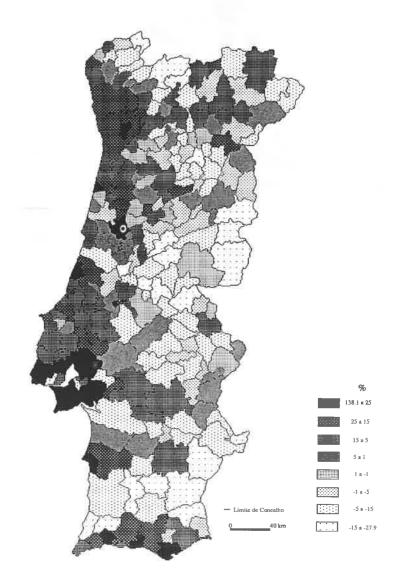
¹¹ E o distrito do Porto, só por si, mais de 17% da população e de 20% do VAB industrial.

Trata-se de concentração que, com realismo, não é de esperar que deixe de se verificar nos próximos anos: tendo vindo a acentuar-se, conforme pode ver-se nos mapas 7 e 8, o primeiro com a evolução da população entre 1970 e 1981 e o segundo com a evolução mais recente do VAB industrial *per capita*, numa linha que, não obstante algumas perspectivas mais favoráveis que se verificarão também no interior, tudo indica que se manterá nos anos que se avizinham.

Mapa 7

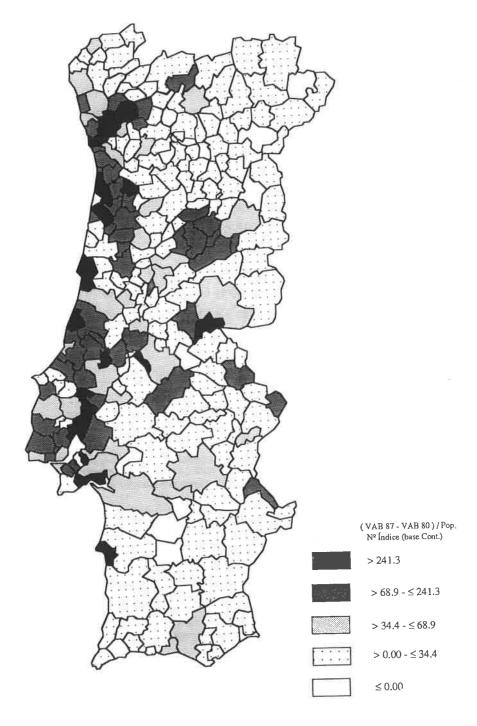
VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO

(Portugal Continental)



Mapa 8

CAPITAÇÃO DO INCREMENTO
DO VAB DA INDÚSTRIA



4. Ligações mais adequadas, face às realidades do nosso país

A análise dos mapas e dos números apresentados é assim bem esclarecedora da inadequação das propostas conhecidas de ligação a Madrid, em TGV e em auto-estrada, às realidades demográficas e económicas de Portugal, sugerindo infraestruturas com um traçado que não serviria o máximo de população e de actividade que poderá justificá-las. Atravessando zonas pouco populosas e com pouca actividade económica, acabariam por servir quase apenas a área metropolitana de Lisboa, ficando os investimentos muito aquém da sua plena rentabilização, numa linha de ineficiência que não pode aceitar-se (sem que, importa igualmente sublinhá-lo, fosse sensível qualquer benefício para as zonas atravessadas, onde o TGV não pararia 12 e onde os IP's já existentes ou em construção, com estradas muito longe do congestionamento, oferecem condições de circulação de nível idêntico) 13.

Além de mostrarem esta inadequação, parece-nos que os mapas e os números apresentados sugerem com a maior clareza os trajectos que devem ser antes seguidos: trajectos como os indicados nos mapas 9 e 11¹⁴, que, sem nenhum prejuízo sensível, servem populações e actividades económicas de muito maiores dimensões.

Em Portugal, poderia tentar-se que parasse talvez em Elvas, mas então os espanhóis não deixariam de pretender que parasse igualmente em Badajoz, ficando já comprometida em grande medida, com duas paragens, a vantagem em relação ao transporte aéreo que se pretende conseguir com o TGV.

De qualquer forma, a solução que propomos não exclui que o acesso ao nosso país se faça através dessas duas cidades (ver o mapa 9) e que fique em aberto a possibilidade de haver combóios menos rápidos, com algumas paragens de permeio.

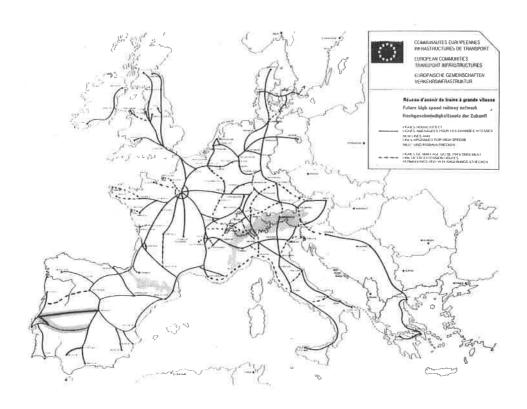
Curiosamente, o traçado que estamos a criticar aproxima-se do traçado de uma via principal da rede rodoviária da Península sob o Império Romano (pelo ano 100 a.c.: ver a figura da p. 11 da publicação de Table Ronde des Industriels Européens, Pour un Renouvellement..., cit.). Mas muita coisa mudou em 21 séculos na ocupação populacional e económica deste território...

Levando por seu turno o TGV a limitações de circulação nas zonas atravessadas e podendo os IP's com estradas, ao permitir oportunidades de acesso mais frequente do que as auto-estradas, acabar por oferecer melhores condições de desenvolvimento à regiões em que estão implantados.

Obviamente, sem preocupações de rigor em relação à implantação em concreto, que deverá ter em conta a morfologia dos terrenos e os custos da construção.

Mapa 9

REDE FUTURA DE COMBÓIOS DE GRANDE VELOCIDADE:
(Propostas Alternativas)



4.1. A ligação em TGV

No campo das ligações ferroviárias, em relação às propostas referidas no mapa 3 justifica-se que comecemos por sublinhar o nosso apoio à ligação (através da linha da Beira Alta) por Vilar Formoso, Salamanca e Valladolid, com o que é designado aí por "linhas de ligação ou prolongamento".

Pode conseguir-se assim, com investimentos que não são muito avultados (aliás já em curso), uma melhoria sensível de qualidade numa ligação de grande importância mesmo sem ser em TGV, designadamente para o transporte de mercadorias, que em pouco fica prejudicado com uma demora de mais meia dúzia de horas por exemplo num trajecto de Portugal até Paris. Apesar da assinalada importância crescente da Espanha para a economia portuguesa, não deixará de ser sempre muito maior o relevo do conjunto dos demais países comunitários (e outros países europeus, v.g. da EFTA), com os quais são ainda mais acentuadas algumas das vantagens comparativas da nossa economia, continuando por isso provavelmente a representar bem mais do que 50% para o comércio internacional português.

Não podem perder-se por isso, mesmo por poucos anos, as oportunidades que o caminho de ferro proporciona na ligação a esses países; sendo além disso de prever, com a dinâmica do 'mercado interno', que a médio prazo o movimento entre Portugal e os países europeus além-Pirinéus venha a justificar a substituição da linha actual por uma linha com a bitola aí utilizada (evitando interrupções em Hendaye) e já de grande velocidade. Em muitos casos é menor a distância a percorrer (é designadamente menor a distância de Lisboa a Paris e a outras capitais do centro e norte da Europa) e evita-se a passagem por uma capital como Madrid, que nunca deixaria de ser um factor de congestionamento e atrasos 15.

Concordamos por isso sem reservas com o que a este propósito está previsto no mapa 3: justificando grandes melhorias de imediato, dada a importância decisiva do factor tempo na manutenção e na melhor exploração de importantes mercados europeus, e abrindo caminho para que a médio prazo venham a ser feitos investimentos de maior envergadura.

Temos já, pelo contrário, as mais sérias reservas em relação ao traçado que é proposto para o TGV.entre Madrid e Lisboa, face às realidades a servir e à necessidade de rentabilizar, na medida do possível, este novo meio de transporte.

Devendo por isso as autoridades espanholas acolher também de bom grado tudo o que, podendo seguir por outros trajectos, alivie o trânsito em Madrid.

De facto, conforme podemos ver através dos mapas e dos números apresentados, tratar-se-ia de uma ligação que, interessando quase apenas à área metropolitana de Lisboa, ficaria muito aquém do máximo de população e de actividade económica que poderiam ser servidas. Haveria, por isso, um desperdício grave nos campos social e económico, sendo seguro ainda que não se conseguiria a rentabilização financeira do investimento, que importa procurar atingir: sabendo-se, com base em cálculos a que se tem procedido em países do centro da Europa, que mesmo com um poder de compra *per capita* muito superior ao português um investimento desta natureza só será rentável se servir uma população muito maior do que a população da área metropolitana de Lisboa (pouco mais de 2,5 milhões de habitantes em 1981).

Caso não houvesse uma alternativa mais vantajosa, capaz de corresponder a tais interesses, poder-se-ia talvez tentar justificar o traçado com base em considerações de coesão comunitária. Mas essa alternativa existe, com um traçado como os que sugerimos no mapa 9, através da ligação do TGV à linha do Norte, no Entroncamento, e seguindo depois daqui em direcção a Lisboa.

Não está assim de forma alguma em causa que o TGV deva servir nas melhores condições Lisboa e a respectiva área metropolitana. O que se consegue é que, sem prejuízos de nenhuma natureza em relação a esse serviço, seja servida também uma outra área com tanta ou mais população e actividade económica (incluindo não só a área metropolitana do Porto como outras áreas do litoral mais desenvolvido, a norte e a sul desta cidade), com os consequentes benefícios sociais e económicos e levando a que o TGV se aproxime dos limiares de mercado que já poderão torná-lo financeiramente rentável. Deve acrescentar-se, ainda, que o alargamento dos serviços do TGV ao norte e ao centro do país corresponde a um alargamento da sua utilização a áreas de pequena e média indústria de grande competitividade em relação ao exterior, designadamente em relação a Espanha (v.g. em relação aos grandes centros consumidores de Madrid e de Barcelona), representando por isso uma vantagem económica que excede em muito o relevo proporcionado à maior população que passa a ser servida.

Com o objectivo assinalado de se tratar de um meio de transporte capaz de competir com o avião, deverá naturalmente haver comboios que façam sem paragem o trajecto Lisboa-Madrid: com uma frequência bem maior do que a dos voos actuais,

tornando-o também por isso num meio de ligação mais favorável. Mas sem que este interesse fique prejudicado pode haver igualmente um grande número de comboios que, parando no Entroncamento, assegurem uma ligação rápida, através da linha do Norte (onde estão a ser feitos trabalhos importantes de beneficiação) à área metropolitana do Porto e aos outros polos urbanos do norte e do centro do país.

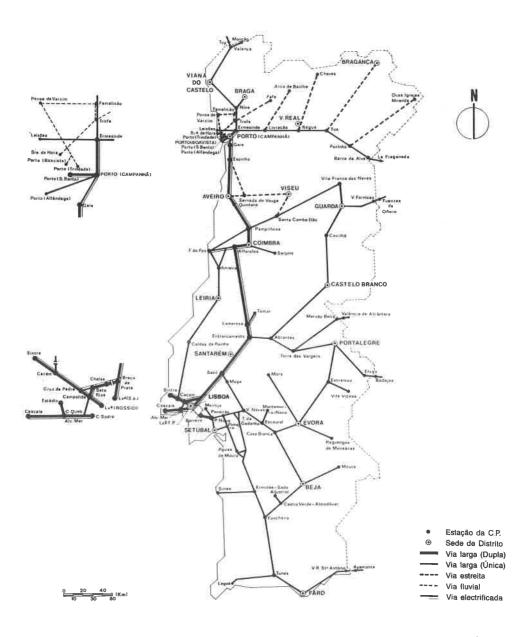
Parece-nos, aliás, que dentro de poucos anos se justificará a ligação em TGV de Lisboa ao Porto, através de uma linha própria, com bitola europeia. Sendo assim, a linha a instalar no seu trajecto entre o Porto e o Entroncamento proporcionará igualmente a possibilidade de haver sem mais encargos comboios directos Porto-Madrid, com o interesse social e principalmente económico que já sublinhámos mais do que uma vez 16. Devendo salientar-se ainda, por outro lado, que ao ser seguida uma das soluções por nós sugeridas, de ligação do TGV de Madrid a Lisboa através do Entroncamento, a referida ligação Lisboa-Porto ficará já com grande parte das infraestruturas construída (cerca de 100 kms, ou seja, cerca de um terço do percurso) 17. Trata-se, em suma, de uma conjugação feliz de interesses, na construção e na racionalização do uso das vias férreas: podendo torná-las rentáveis e podendo levar por isso à antecipação de ligações em grande velocidade que de outro modo teriam de ser proteladas.

Por fim, é de referir ainda que a ligação ao Entroncamento, além da ligação à linha do Norte que temos vindo a referir, representa igualmente uma ligação a outras linhas da rede ferroviária do país. Mesmo mantendo-se sem ser de grande velocidade, trata-se de linhas que, conforme pode ver-se no mapa 10, proporcionam ligações de interesse a outros meios urbanos, incluindo meios urbanos do interior (tais como Tomar, Abrantes, Castelo Branco ou Portalegre) até agora menos favorecidos mas com as perspectivas que tivemos ocasião de assinalar atrás.

Não sendo realista pensar, segundo julgamos e já referimos atrás, que nos tempos mais próximos possa vir a haver uma outra linha de TGV de ligação a Espanha (servindo o Porto ou qualquer outra zona do país); não sendo além disso muito significativa a maior quilometragem que terá de ser percorrida através do trajecto que sugerimos.

¹⁷ Com uma justificação obviamente muito mais fácil, em termos de apoios comunitários, do que se se tratasse de uma ligação com interesse apenas para as duas cidades portuguesas.

Mapa 10
PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL



Em contrapartida a todos estes aspectos de vantagem importaria ver, contudo, se a solução por nós proposta é desvantajosa dos pontos de vista do tempo de deslocação ou do custo dos investimentos.

Embora sem qualquer preocupação de rigor, uma vez que, conforme lembrámos atrás, a sua implantação em concreto dependerá das circunstâncias dos terrenos, pode constatar-se que os trajectos por nós sugeridos têm aproximadamente a mesma quilometragem que o trajecto sugerido no mapa 3, não havendo, por isso, nenhuma diferença sensível no tempo de deslocação.

Sendo idêntica a quilometragem e sendo percorridos, tanto num caso como no outro, terrenos geralmente planos, não deverão ser muito diferentes os custos de construção; devendo acrescentar-se, a favor das soluções que sugerimos, que com elas é evitado o grande custo de atravessamento do rio Tejo em Lisboa ou perto de Lisboa, na ponte actual ou numa nova ponte ou túnel (a menos que estivesse para breve a ligação em TGV de Lisboa ao Algarve — aproveitando-se então a infraestrutura a construir — o que parece não ser o caso), bem como, com muito maior relevo, a economia que resulta de se tratar de linha que servirá simultaneamente a ligação entre Lisboa e o Porto em grande velocidade (e então também a ligação directa Porto-Madrid): economia que já a preços actuais pode computar-se em cerca de três centenas de milhões de contos 18.

4.2. A ligação em auto-estrada

Em relação às ligações rodoviárias, na mesma linha vamos cingir-nos à ligação por auto-estrada de Lisboa a Madrid (tendo designadamente em conta que não é de esperar que para as entidades espanholas tenham prioridade as outras ligações referidas no mapa 4).

De acordo com estimativas recentes da CP (ver o *Diário de Noticias* de 29 de Janeiro de 1990, p. 20), a ligação Lisboa-Porto custará cerca de 300 milhões de contos (estimando-se, assim, que em Portugal o TGV tenha um custo bem mais aproximado do custo em França do que do custo na Alemanha Federal, muito mais elevado). É esta a importância que, com a solução que sugerimos, não tem de ser duplamente dispendida, podendo atingir-se simultaneamente e mesmo antecipar-se os objectivos de ligação em grande velocidade Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto e Porto-Madrid (tratando-se de infraestruturas que durante décadas estarão longe do congestionamento em relação à satisfação simultânea destes objetivos, devendo antes preocupar-nos a rentabilização — mesmo assim difícil — dos investimentos a fazer).

Conforme referimos, uma ligação por auto-estrada, servindo Lisboa ou qualquer outro local, só se justificará se se verificar o congestionamento de estradas dos IP's, sem que se justifique a construção próxima de uma outra estrada que, com custos menores, beneficie também outras áreas geográficas.

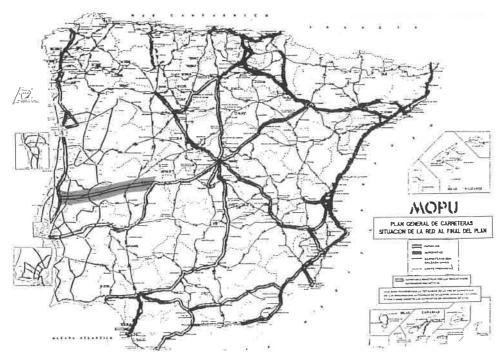
Não será esse o caso, parece-nos claro, do IP-7 português, que atravessa zonas de baixíssima densidade populacional e escassa actividade económica, não sendo ainda o trânsito gerado entre Madrid e Lisboa, só por si, de molde a levar a médio prazo a situações de congestionamento.

Uma auto-estrada entre Lisboa e Madrid só poderá justificar-se, pois, se tiver um trajecto que sirva simultaneamente áreas com uma dimensão demográfica e económica superior. É o que acontece com o trajecto que sugerimos no mapa 11, ligando Madrid ao nó de Torres Novas da nossa auto-estrada do Norte (IP-1); acrescendo aqui, com grande relevo para a necessária rentabilização do investimento a fazer, que se trata de um trajecto mais curto e de um investimento com custos muito mais baixos, já a preços actuais na ordem da centena de milhões de contos.

Mapa 11

PLANO GERAL DE ESTRADAS:

(Propostas Alternativas)



De facto, sendo a ligação a Lisboa, a partir de Torres Novas, feita pela autoestrada do norte (IP-1), é servida a área de Lisboa de um modo mais vantajoso, em
virtude de se tratar de um trajecto mais curto e menos congestionado (na entrada e na
saída da cidade) do que o sugerido no mapa 4, e é servido também o litoral da região
Centro e da região Norte, até à área metropolitana do Porto (servida assim, na sua ligação
a Madrid, provavelmente com mais rapidez do que através do IP-5): com o significado
demográfico e económico que vimos atrás, sendo as vantagens proporcionadas ao
nosso país acrescidas pelas características empresariais destas zonas, de grande
competitividade em relação aos principais mercados espanhóis.

Em termos de tempo de deslocação até (ou de) Lisboa, além de ser menor o número de quilómetros a percorrer, deve ser sublinhada a vantagem muito importante de se evitarem os congestionamentos da ponte sobre o Tejo, que com frequência provocam grandes atrasos (por vezes de horas). Seria uma ingenuidade imperdoável pensar que o alargamento da actual ponte em 50%, ou a construção de uma nova ponte ou de um a concluir dentro de poucos anos, evitaria o problema, numa luta contra o tempo em que a conclusão de tais infraestruturas estará sempre atrasada em relação ao volume de tráfego que vai sendo criado. Trata-se, pelo contrário, de problema de ligação a Lisboa que não levanta as mesmas dificuldades pelo norte da cidade, ficando a auto-estrada entre Vila Franca e Lisboa muito aliviada com a CRIL e com a CREL em construção e sendo sempre muito mais fácil e barato criar a tempo as alternativas que se vão tornando necessárias, servindo em circulares e em delta toda a área metropolitana até à zona de Cascais (não podendo aliás já hoje comparar-se os congestionamentos aqui verificados com os que se verificam no atravessamento do Tejo em Lisboa).

Por fim, não pode deixar de sublinhar-se a importantíssima economia de custos proporcionada pela solução que propomos, resultante não tanto de ser menor a quilometragem geral a percorrer, mas principalmente de estar já construído ou em vias de conclusão (não devendo, por isso, ser computado a este propósito) o troço entre Torres Novas e Lisboa: numa extensão de cerca de 100 kms que corresponderá, a preços actuais, a cerca de 50 milhões de contos. Juntando-se esta economia à economia em relação à construção de uma nova ponte ou de um túnel em Lisboa (uma terceira via de ligação, em acréscimo a uma segunda que de qualquer forma terá de ser feita durante

esta década) temos uma economia a preços actuais superior a uma centena de milhões de contos, que de forma alguma se justificaria que fossem dispendidos 19.

4.3. A articulação entre diferentes modos de transporte

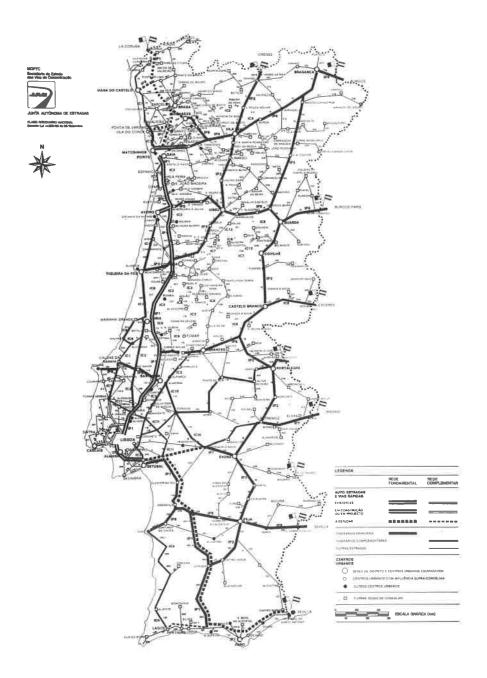
Para além dos aspectos já referidos, relativos a cada um dos modos de transporte, será de sublinhar também a possibilidade de articulação entre diferentes modos de transporte que é proporcionada pelas soluções por nós propostas, numa linha de racionalidade que até agora tem sido infelizmente tão esquecida no nosso país²⁰.

Assim acontecerá com a conjugação das soluções que propomos para o TGV e para a auto-estrada de ligação Lisboa-Madrid, vindo ambas a encontrar-se em Portugal em pontos muito próximos, o Entroncamento e Torres Novas, onde, com vantagens de grande significado, poderão ser articulados os dois modos de transporte. A título do exemplo, a ligação ao TGV para quem venha do norte (ou vá para o norte) tanto poderá ser feita por combóio como pela auto-estrada Lisboa-Porto, complementada por outras vias portuguesas (ver o mapa 12).

Em parte do trajecto que propomos poderá proceder-se a uma ampliação para o dobro do IP-6 (na zona de Abrantes), não tendo de suportar-se a mais o custo total de uma auto-estrada; mas algo de semelhante poderia passar-se, com a proposta do mapa 4, em relação ao IP-7.

E que deverá passar a estar bem presente, para além de razões de eficiência do sistema de transportes, por razões ambientais, de ordenamento do território e de poupança de energia, a que só mais recentemente começou a ser dado o relevo devido.

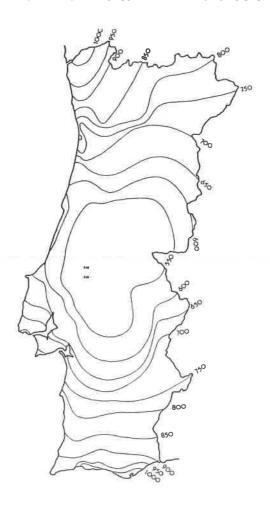
Mapa 12
PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL



Não é aliás indiferente que tal aconteça exactamente nesta zona, valendo a pena recordar que num estudo elaborado em 1979 na Comissão de Coordenação (então de

Planeamento) da Região Centro²¹, sem que se estivesse de forma alguma preocupado com o problema da política de transportes que estamos agora a analisar, se apurou que se situa na "Melriça, a escassos quilómetros a leste do Entrocamento", o ponto de maior centralidade do sistema viário nacional (p. 52): ver o mapa 13, ilustrando o resultado a que se chegou neste estudo.

Mapa 13
ISOLINHAS DE ACESSIBILIDADE TOPOLÓGICA



Alda Reis, A. Pais Antunes, Isabel Boura e Rui Jacinto (orient. Jorge Gaspar), Contribuições para o Estudo do Impacto da Auto-Estrada Lisboa-Porto na Região Centro, em Boletim n. 9 da Comissão de Planeamento da Região Centro, Coimbra, 1979.

Trata-se ainda, além disso, de um ponto de confluência próximo do futuro aeroporto de Lisboa, a implantar na Ota²², que poderá ter assim a sua utilização fortemente ampliada não só no nosso país como mesmo num *hinterland* que poderá prolongar-se até Espanha²³: vindo a propósito referir que, na linha da articulação intermodal que terá de ser promovida no nosso país, é obviamente de esperar que a linha do Norte venha a passar dentro do próprio aeroporto²⁴ reforçando-se também por este modo as vantagens das soluções por nós sugeridas²⁵.

Numa solução para que apontam razões de peso decisivo, algumas delas aliás comuns à problemática que temos vindo a analisar. De facto, para além da circunstância de já se dispôr de terrenos e pistas, meios de apoio aéreo e outras infraestruturas de custo elevadíssimo, trata-se de uma situação privilegiada nas suas ligações a Lisboa, através de infraestruturas já existentes (v.g. pela auto-estrada do IP-1) e em construção (a CRIL e a CREL), com as consequentes economias de custo, ou então de fácil implantação, permitindo evitar sempre a tempo situações de congestionamento graves, intoleráveis na ligação de uma capital ao aeroporto que a serve. Seria bem diferente se a sua localização fosse a sul do Tejo, conforme em tempos foi sugerido (em Rio Frio, onde tudo teria de ser comprado de novo, logo por isso com encargos de várias dezenas de milhões de contos), verificando-se então os avultadíssimos acréscimos de custos e as dificuldades referidos atrás a propósito do atravessamento do Tejo: conforme se sublinhou, qualquer ponte nova ou túnel que venham a ser construídos em Lisboa virão com atraso em relação ao trânsito entretanto criado, levantando em várias horas de cada dia sérios problemas a quem se dirigisse ao (ou do) aeroporto, na sua grande maioria pessoas residentes ou com actividade na capital e nos demais concelhos a norte do Tejo.

Para além da sua utilização corrente, poderá servir também de alternativa a outros aeroportos em casos de paralizações ou outras dificuldades (v.g. por razões laborais, meteorológicas ou de congestionamento).

Promovendo-se, com a racionalização dos meios existentes, um meio de acesso — v.g. em relação a Lisboa — de grande comodidade, que só assim poderá ter a frequência indispensável a um bom serviço: permitindo, designadamente, que o check-in possa ser logo feito na estação de Lisboa, de forma a evitar o incómodo do transporte das bagagens até à Ota (na linha do que já acontece em outros países, por exemplo na República Federal da Alemanha, onde na ligação Bonn-Aeroporto de Frankfurt é feita esta conjugação dos dois modos de transporte).

E contribuindo-se simultaneamente para a desejável rentabilização dos investimentos avultadíssimos a fazer nos caminhos de ferro portugueses.

4.4. O ordenamento do território

Importa ter presente, por fim, que o nosso país está já hoje em dia a sofrer prejuízos graves como consequência dos erros que se foram acumulando no processo de ocupação do território: levando, por um lado, a concentrações exageradas nas suas cidades principais, em especial em Lisboa, e por outro a um aproveitamento insuficiente de recursos muito competitivos localizados nas várias regiões.

Seria por isso de uma insensatez inaceitável que, sem que nada o justifique, se contribuisse em qualquer medida para o reforço dessas ineficiências: como seria o caso, de especial gravidade, de tornar Lisboa um centro ainda mais congestionado de confluência de trânsito, na medida em que, embora sem ser nas melhores condições, levaria naturalmente algumas pessoas (e bens) do centro e do norte do país a tomar aí o TGV para Madrid (ou a afluir aí, na sua vinda desta cidade, ainda que o seu destino fosse por exemplo a cidade do Porto)²⁶.

Pelo contrário, o reforço da zona do Entroncamento e de Torres Novas, que se dará de facto com as soluções por nós sugeridas, além de não levar a congestionamentos indesejáveis contribuirá para a valorização de uma área já com características de interioridade mas com magníficas possibilidades de desenvolvimento (v.g. com base nesses centros e em outros centros urbanos próximos, como são os casos de Tomar e Abrantes).

Sobre os custos já hoje suportados com o congestionamento em Lisboa e a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de os evitar, ver Manuel Porto, Proposta de Lei de Financiamento dos Transporte Colectivos Urbanos de Passageiros de Lisboa e do Porto (no prelo, para publicação no vol. XXXIII, 1990, do Boletim de Ciênpias Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

O COM (89) 643, cit., chama muito claramente à atenção para o risco da criação de 'divergências' desta índole, em termos que valerá a pena reproduzir: "The establishement of networks will bring a positive contribution to the whole fabric of the economy if their positioning in the regions is taken into account in a positive way to avoid the risks of creating new divergences: - excesses of density (large neighbouring urban areas):" (chamando além disso também a atenção para os casos, já referidos atrás, de haver "inadequate servicing of regions continued by gaps in the most modern infrastructures (high-speed networks...)" e de haver "inadequate co-ordination between modes of transport".

5. Conclusões

Com esta análise é possível chegar a algumas conclusões acerca da implantação de uma linha de TGV e de uma auto-estrada de ligação de Lisboa a Madrid. Assim:

- a) Dadas a localização e a evolução previsível da população e da actividade económica em Portugal, além do TGV e de alguma eventual auto-estrada importa promover a restante rede ferroviária e de estradas de ligação a Espanha, servindo-se assim melhor a generalidade do litoral mais desenvolvido e simultaneamente um interior a que podem ser abertas também perspectivas muito mais favoráveis.
- b) Neste quadro, o TGV justificar-se-á, com a indispensável rentabilidade social, económica e financeira, dada a grande economia de tempo que pode proporcionar, mesmo como modo de competir com o transporte aéreo; justificando-se por seu turno alguma auto-estrada apenas quando num determinado trajecto se verificar o congestionamento de estradas de IP's sem que numa zona próxima se justifique a construção de uma outra estrada da mesma natureza.
- c) Tendo em conta o volume do investimento a fazer, o mercado de Lisboa não é suficiente para só por si justificar a construção de uma linha de TGV de ligação a Espanha; que em Portugal só poderá ser rentável se o serviço por ela proporcionado se estender também à população e à actividade económica do centro e do norte, com uma ampliação para mais do dobro do seu mercado.
- d) Uma solução como as por nós sugeridas, levando a que a linha do TGV se encontre com a linha do norte no Entroncamento, seguindo daqui em direcção a Lisboa, além de não prejudicar a ligação a esta cidade, dado que é sensivelmente a mesma a distância a percorrer (havendo combóios sem paragem entre as duas capitais peninsulares), permite satisfazer também o referido maior mercado (com o centro e o norte do país) que poderá torná-la rentável, através da linha do norte e da demais rede ferroviária e rodoviária nacional (parando para esse efeito alguns comboios na estação do Entroncamento).
- e) Trata-se ainda de solução que, levando à implantação de uma linha de TGV entre o Entrocamento e Lisboa, abre caminho, com um terço do trajecto já feito e nessa medida sem mais encargos, à implantação de comboios de grande velocidade entre

Lisboa e o Porto; levando por seu turno a ligação a esta cidade à possibilidade de haver TGV's directamente entre o Porto e Madrid, igualmente neste caso numa lógica de máxima rentabilização de investimentos que, sem mais encargos, podem servir simultaneamente mais do que um propósito (com uma economia de custos computável, já a preços actuais, em cerca de 300 milhões de contos).

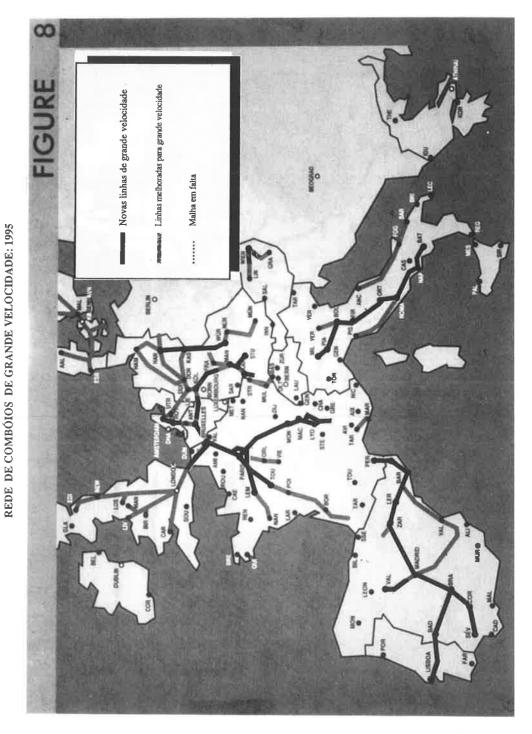
- f) O mercado de Lisboa também não é suficiente para, só por si, justificar uma autoestrada de ligação a Madrid, não devendo prever-se que um trajecto como o do IP-7 (que é sugerido) venha a estar congestionado sequer a médio prazo; verificando-se que igualmente para auto-estradas só poderá ser rentável um trajecto que sirva simultaneamente o centro e o norte do país.
- g) Neste caso, trata-se de desiderato que será atingido através da ligação da autoestrada de Madrid ao nó de Torres Novas, proporcionando um serviço muito melhor na
 ligação a (ou de) Lisboa, em virtude de ser sensivelmente menor a distância a percorrer e
 de se fugir a inevitáveis congestionamentos no atravessamento do Tejo nesta cidade
 (mesmo com o alargamento da ponte actual ou, dentro de alguns anos, com uma nova
 ponte ou com um túnel), sem paralelo nos acessos a norte (onde em qualquer momento
 é muito mais fácil e mais barato encontrar novas soluções).
- h) No plano dos custos, para além de se evitar o custo de uma nova ponte ou de um túnel em Lisboa (uma terceira via, dado que uma segunda via de ligação será de qualquer modo necessária até ao fim do século), são de assinalar as economias resultantes de ser menor o trajecto global e de não ser preciso construir os 100 kms da auto-estrada entre Torres Novas e Lisboa (numa economia, também aqui a preços actuais, de mais de 50 milhões de contos, a que acresceria pelo menos outro tanto com a construção de uma nova ponte ou túnel).
- i) À rentabilidade financeira dos investimentos, tornada assim talvez possível por se conseguir uma economia de custos de mais de 400 milhões de contos a preços actuais e por ser muito mais vasta a procura, acrescem, nesta medida, os benefícios sociais e económicos resultantes de se servir uma população e uma actividade económica de muito maiores dimensões (não deixando de ser proporcionado um serviço de idêntica qualidade a Lisboa, mesmo de muito melhor qualidade na ligação por auto-estrada, sendo

menor a distância a percorrer e evitando-se os congestionamentos que nunca deixariam de se verificar no atravessamento do Tejo).

j) Por fim, importa sublinhar que se trata de soluções promotoras de uma maior eficiência na utilização dos recursos do país ainda na medida em que levarão a uma melhor articulação entre diferentes modos de transporte e em que poderão contribuir para um mais equilibrado ordenamento do território (ou, pelo menos, para que se evite a acentuação dos desequilíbrios actuais).

Anexo





Mapa 14

REDE DE COMBÓIOS DE GRANDE VELOCIDADE: 2005

48

REDE DE COMBÓIOS DE GRANDE VELOCIDADE: Horizonte mais afastado

Linhas de malha da rede de grande velocidade Linhas melhoradas para grande velocidade Novas linhas de grande velocidade Prolongamento Malha em falta Hipótese alpina

49

Resumo

Neste artigo analisam-se as propostas de ligação à Europa através de comboios de grande velocidade (TGV) e de auto-estrada, adequando-as à realidade económica e demográfica de Portugal e Espanha, com vista a uma rentabilização dos recursos da Península Ibérica e da Comunidade.

As características da Península, com pólos de desenvolvimento situados, na sua maioria, em diversas zonas do litoral, como é o caso do litoral Português, apresentando simultaneamente um interior menos desenvolvido, mas susceptível de ser dinamizado com a melhoria das acessibilidades, aponta para a construção de várias estradas de boa circulação, no caso das rodovias, e a promoção das linhas férreas existentes de ligação à Europa.

No campo das grandes infraestruturas (auto-estrada e TGV), de elevados custos, não será de admitir a construção de mais do que uma ligação, nos próximos anos. Da análise das propostas conhecidas neste campo, e procurando a minimização dos custos e a maximização da sua rentabilidade social, económica e financeira, apontam-se ajustamentos aos traçados propostos entre Lisboa e Madrid.

Abstract

One analyses in this article the junction proposals to Europe through high speed trains and motor ways, adapting them to the economical and demographical situations of Portugal and Spain, aiming at a resource rentability of the Iberian Peninsula and the Community.

The Peninsula's characteristics, with development centres placed, most of them, in several coast areas, as is the case of the Portuguese coast, presenting, at the same time, a less developed inland, but which is liable of being developed with the improvement of accessibilities, points ont at the construction of several good circulation roads, in the case of highways and the improvement of the already existing junction railway lines to Europe.

In what concerns the strong infrastructures (motor ways and high speed trains), with high costs, there will be but one construction of a junction, in the next years. From the analysis of the known proposals in this field, and trying to minimize costs and maximize its social, economical and financial rentability, one suggests adjustments to the plans proposed between Lisbon and Madrid.



ANÁLISE E PERSPECTIVAS SOBRE A SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO CENTRO(*)

Por: Armando B. Silva Afonso (**)
António Machado Relvão (***)

- (*) Comunicação apresentada ao Congresso da Ordem dos Engenheiros, Coimbra, 9 a 13 de Outubro
- (**) Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro
- (***) Chefe de Divisão da Coordenação da Região Centro

Sumário

- 1. Introdução
- 2. A Região Centro. Caracterização e posição no contexto nacional e comunitário
- 3. Situação existente
- 4. Perspectivas de evolução. Aspectos Financeiros
 - 4.1. Generalidades
 - 4.2. Abastecimento e distribuição de água
 - 4.3. Drenagem e tratamento de águas residuais domésticas
 - 4.4. Residuos sólidos urbanos (R.S.U.)
 - 4.5. Resumo
- 5. Conclusões

Bibliografia

1. Introdução

A partir de 1974/75, assistiu-se na generalidade do País a uma procura de rápida melhoria na qualidade de vida e nas condições sanitárias das populações, o que se traduziu em significativos investimentos na área do saneamento básico.

A falta de planos e projectos devidamente enquadrados e elaborados em tempo oportuno, a carência de recursos humanos tecnicamente habilitados e a escassez de estudos de base em diversas áreas (como por exemplo ao nível das disponibilidades hídricas), estarão na base dos insucessos, desperdícios ou distorções em que se traduziram muitos dos investimentos realizados no domínio do saneamento básico na segunda metade da década de setenta, podendo pois afirmar-se que o esforço financeiro do Estado e posteriormente das autarquias (recorde-se que a partir da Lei 79/77 o saneamento básico constituiu uma competência dos municípios), nessa época não terá sido devidamente aproveitado nem distribuído de forma equilibrada de acordo com as necessidades de cada autarquia.

Assim, se o aumento das taxas de atendimento das populações com sistemas de saneamento básico conheceu um incremento sensível no período 75/80, os resultados finais não terão sido qualitativamente tão elevados quanto os investimentos efectuados levariam a prever, em particular quando se observam os Municípios de menores recursos ou menos dotados tecnicamente. Com efeito, no início dos anos 80, as taxas de atendimento da população portuguesa eram ainda apenas de 50 % no que se refere ao abastecimento domiciliário de água e 20 % no que respeita à drenagem de águas residuais (excluindo as estações de tratamento). No domínio dos resíduos sólidos, a população servida com sistemas de recolha (e abstraindo do facto de os destinos finais serem ou não apropriados) era de 53 %.

A partir de 1980, todavia, e como resultado do incremento entretanto operado na formação de técnicos especializados nesta área, da melhoria técnica dos quadros das autarquias e da intensificação dos investimentos nesta área (quer pela mobilização de

recursos próprios das autarquias, quer por apoios da Administração Central através de Empreendimentos Intermunicipais ou Contratos-Programa, quer ainda com o recurso, após 1986, a verbas do FEDER), as taxas de atendimento sofreram, em geral, melhorias significativas.

A Região Centro não constitui uma excepção a este quadro nacional, pretendendo--se, com a presente comunicação analisar a situação actual, com base em inquéritos feitos recentemente pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Comissão de Coordenação da Região Centro (C.C.R.C.) e perspectivar a evolução futura, com particular realce numa estimativa dos investimentos previstos para alcançar os objectivos pretendidos.

2. A Região Centro. Caracterização

Com uma superfície de cerca de 23 700 Km², aproximadamente 25 % do território nacional, a Região Centro possui uma população total próxima de 1,800 milhões de habitantes (17 % do total do Pais), dos quais 0,600 milhões (1/3) se podem considerar população urbana. Mais de 50 % da população da Região distribui-se por pequenos aglomerados, com menos de 2 000 habitantes. A densidade média é de 76 hab/Km², inferior à média nacional (110 hab/Km²) e comunitária (143 hab/Km²), observando-se todavia significativas variações no interior da Região, com uma densidade no interior de 47 hab/Km² e no litoral de 160 hab/Km².

É de salientar a estabilidade populacional que, em termos globais, se observa na Região, com um crescimento de apenas 4 % no período 70/85, contra 19 % no Continente, no mesmo período. Todavia, e em termos de saldos migratórios internos, verifica-se um nítido movimento do interior para o litoral, no que segue, aliás, a regra geral do Continente.

Em termos de perspectivas demográficas prevê-se, a curto prazo, a manutenção da relativa estabilidade global que hoje se observa, não devendo o crescimento médio anual ultrapassar os 0,18 % durante os próximos anos. Assim, as

previsões existentes apontam para uma população total próxima de 1,810 milhões de habitantes em 1992, contra os cerca de 1,800 actuais.

No que se refere a taxas de atendimento em saneamento básico, os valores regionais abservados em 1981, e atrás referidos, são significativamente inferiores aos respectivos valores médios no País. No quadro seguinte comparam-se os valores regionais com os nacionais e com os da Comunidade Europeia, referentes a abastecimento domiciliário de água, drenagem de águas residuais e recolha de lixos, em 1981.

Quadro I

Percentagem da população servida com sistemas de saneamento básico (1981)

SISTEMAS	REGIÃO CENTRO	PORTUGAL	MÉDIA COMUNITÁRIA
Abastecimento domiciliário de água	50%	62%	≈ 95 %
Drenagem de águas residuais	24%	49%	≈ 85 %
Recolha de lixo	53%	60%	

3. Situação existente

De acordo com um inquérito realizado pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais da C.C.R.C. em finais de 1987/príncípios de 1988, nota-se na Região Centro uma melhoria significativa nos valores globais das taxas de atendimento em relação aos dados de 1981, observando-se, todavia, grande disparidade no interior da Região (QUADRO II). Assim, enquanto que alguns Concelhos apresentam já taxas de

atendimento com redes de abastecimento de água da ordem $\,$ dos 90 $\,$ % ou mais, outras há em que este valor desce para os 20 $\,$ % ou mesmo 13 $\,$ % !

Quadro II

Situação do saneamento básico na Região Centro em 1987 por Sub-Regiões - percentagens de população servida

SUB-REGIÃO	Abastecimento de Águas (%)	Drenagem de Águas Residuais (%)	E.T.A.Rs (%)	Lixos (%)
BAIXO VOUGA	54.12	21.73	7.98	78.45
BAIXO MONDEGO	78.17	40.88	3.02	86.05
PINHAL LITORAL	56.94	24.87	3.50	89.09
PINHAL INTERIOR NORTE	72.34	28.54	10.53	68.14
PINHAL INTERIOR SUL	68.80	22.70	18.10	38.91
DÃO LAFÕES	56.44	33.38	19.53	80.30
SERRA DA ESTRELA	86.36	55.73	5.69	91.47
BEIRA INTERIOR NORTE	74.4	59.56	16.10	94.18
BEIRA INTERIOR SUL	92.01	78.22	38.25	83.36
COVA DA BEIRA	85.98	78.51	8.96	94.04
TOTAL	67.65	38.15	11.03	81.95

Comparação semelhante pode ser estabelecida no que respeita às taxas de atendimento com redes de drenagem de águas residuais e mesmo com recolha de resíduos sólidos urbanos; com valores variando entre 90 % e 5 % nos primeiros e 99 % a 15 % nos segundos.

Verifica-se assim que na generalidade dos sistemas de abastecimento domiciliário de águas e de recolha de resíduos sólidos urbanos se atingem já níveis globais aceitáveis (embora com algumas excepções em vias de resolução), não se podendo infelizmente dizer o mesmo dos sistemas de drenagem de águas residuais - e muito menos das estações de tratamento de águas residuais (ETAR) - nem dos destinos finais apropriados de resíduos sólidos urbanos. Se atentarmos nos aumentos das taxas entre 1981 e 1987 (QUADRO III) verifica-se que, enquanto a nível da Região os sistemas de abastecimento domiciliário de água cresceram de uma taxa de cerca de 50 % em 1981 para 67,5 % e os sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos subiram da taxa de 53 % para 83 %, já na drenagem de águas residuias o aumento foi de 23% da população servida para 38 % - o que ainda é muito baixo - e o número de ETAR passou de cerca de 8 para 80 unidades⁽¹⁾, em toda a Região!

Quadro III

Evolução da situação do saneamento básico na Região Centro
- percentagens de população servida -

—		
	1981	1987
ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	50.00	67.65
DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	24.00	38.15
RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	53.00	81.95

⁽¹⁾ Numa Região com 78 concelhos

Q QUADRO II é elucidativo do que se passou em cada uma das Sub-Regiões da Região Centro. Por ele se pode constatar que existem grandes disparidades entre as diversas Sub-Regiões, aparecendo a Beira Interior Sul e a Cova da Beira como aquelaa que apresentam globalmente as melhores taxas de atendimento e encontrando-se o Baixo Vouga na pior posição. O QUADRO IV dá conta das diferenças observadas entre o Litoral e o Interior da Região Centro.

Quadro IV
Situação do saneamento básico na Região Centro em 1987 por zonas
- percentagens de população servida -

ZONA	Abastecimento de Águas (%)	Drenagem de Águas Residuais (%)	E.T.A.Rs (%)	Lixos (%)
LITORAL	64.08	30.09	5.02	87.49
INTERIOR	71.14	45.98	15.33	79.32
TOTAL	67.65	38.15	11.03	83.36

A análise da população servida com tratamento de efluentes não ficará completa sem se atentar a que uma grande percentagem das povoações da Região Centro tem população inferior a 500 habitantes, pelo que interessa considerar os processos de tratamento por fossa sépticas é orgãos complementares.

No QUADRO V apresenta-se a população servida com fossas sépticas e poços absorventes ou trincheiras filtrantes.

Quadro V
Situação do saneamento básico na Região Centro em 1987 por Sub-Regiões - percentagens de população servida

SUB-REGIÃO	Fossas sépticas	Poços Absorventes/
SUB-REGIAU	(%)	/trincheiras (%)
BAIXO VOUGA	0.50	0.03
BAIXO MONDEGO	3.82	2.99
PINHAL LITORAL	0.6	0.00
PINHAL INTERIOR NORTE	12.96	11.17
PINHAL INTERIOR SUL	5.56	0.00
DÃO LAFÕES	7.91	2.28
SERRA DA ESTRELA	28.63	2.68
BEIRA INTERIOR NORTE	27.15	25.52
BEIRA INTERIOR SUL	8.07	0.00
COVA DA BEIRA	4.02	2.55
TOTAL	7.05	4.02

O QUADRO VI refere-se à situação de funcionamento das ETAR existentes em cada Sub-Região.

Quadro VI
Situação do saneamento básico na Região Centro em 1987/88 por Sub-Regiões - situação de funcionamento das ETAR⁽¹⁾

SUB-REGIÃO	CONCELHO	ETAR	Tratamentos
		Νō	Observações
	Agueda	0	
	Albergaria-a-Velha	1	Func. satisf.
	Anadia	0	
	Aveiro	1	Func. deficiente
	Cantanhede	2	Func. satisf.
BAIXO	Estarreja	1	Func. satisf:
VOUGA	Ilhavo	0	870 T
	Mira	0	ETAR-const.
	Murtosa	0	- 8 8
	Oliveira do Bairro	0	ETAR-const.
	Ovar	1	Func. Defifiente
	Sever do Vouga	0	ETAR-const.
	Vagos	0	ETAR-const.
	Coimbra	1	Func. satisf.
BAIXO	Condeixa	0	ETAR-const.
MONDEGO	Figueira da Foz	0	2 ETAR's const.
	Montemor-o-Velho	0	
	Penacova	1	Func. satisf.
	Soure	2	Func. satisf.
	Batalha	2	Func. satisf.
PINHAL	Leiria	11	Func. satisf.
LITORAL	Marinha Grande	1	Func. deficiente
	Pombal	0	3 ETAR's const.
	Porto de Mós	2	1 ETAR deficiente

⁽¹⁾ Consideravam-se apenas as que além do tratamento primário têm tratamento secundário ou equivalente

Quadro VI (Cont.)
Situação do saneamento básico na Região Centro em 1987/88
por Sub-Regiões - situação de funcionamento das ETAR⁽¹⁾

Por .	Sub-negioes - siluação de	isticionamonio da	
SUB-REGIÃO	CONCELHO	ETAR Nº	Tratamentos Observações
	Alveidmana		
	Alvaiázere	2	Func. satisf.
	Ansião	2	1 Func. deficiente
	Arganil	2	Func, satisf.
	Castanheira de Pêra	1	
	Figueiró dos Vinhos	1	Func. deficiente
PINHAL	Góis	0	4 4 4
INTERIOR	Lousã	1	Func. deficiente
NORTE	Miranda do Corvo	0	
	Oliveira do Hospital	1	+ 1 ETAR const.
	Penela	1	Func. satisf.
	Pampilhosa da Serra	0	- 2 2
	Pedrogão Grande	=35	3
	Tábua	0	
	Vila Nova de Poiares	0	
	Mação	1	
PINHAL	Oleiros	0	150 to -
INTERIOR	Proença-a-Nova	0	12 B B B
SUL	Sertã	1	Func. satisf.
	Vila de Rei	1	Func. satisf.
	Aguiar da Beira	0	ETAR não funciona
	Carregal do Sal	4	2 ETAR's const.
	Castro de Aire	1	Func. deficiente
	Mangualde	1	Func, deficiente
	Mortágua	1	Func. satisf.
	Nelas	3	Func. deficiente
	Oliveira de Frades	1	Func. satisf.
DÃO-LAFÕES	Penalva do Castelo	1	
D/10 D 11 020	Santa Comba Dão	1	Em ampliação
	São Pedro do Sul	0	
	Satão	1	2 = 3 = 3 = 3 = 3 = 3 = 3 = 3 = 3 = 3 =
	Tondela	0	1 ETAR const.
	Vila Nova de Paiva	1	Func. satisf
	Viseu	2	Func. satisf.
	Vouzela	2	Fullo, Salisi.
SERRA DA			Func. deficiente
ESTRELA	Fornos de Algodres	2	+ 1 ETAR const.
ESTHELY	Gouveia		
	Seia	11	ETAR não funciona

⁽¹⁾ Consideravam-se apenas as que além do tratamento primário têm tratamento secundário ou equivalente

Quadro VI (Cont.)

Situação do saneamento básico na Região Centro em 1987/88 por Sub-Regiões - situação de funcionamento das ETAR⁽¹⁾

SUB-REGIÃO	CONCELHO	ETAR Nº	Tratamentos Observações
	Almeida	1	ETAR não funciona
	Celorico da Beira	2	Func. deficiente
BEIRA	Figª Castelo Rodrigo	0	Sem ETAR
INTERIOR	Guarda	2	1 ETAR não Func.
NORTE	Manteigas	1	Func. deficiente
	Mêda	0	Sem ETAR
	Pinhel	0	Sem ETAR
	Sabugal	2	Func. satisf.
	Trancoso	2	Func. satisf.
BEIRA	Castelo Branco	3	+ 2 ETAR's const.
INTERIOR	Idanha-a-Nova	3	+ 1 ETAR const.
SUL	Penamacor	0	**.
	Vila Velha Rodão	0	
COVA DA	Belmonte	4	Func. satisf.
BEIRA	Covilhã	3	Func. satisf.
	Fundão	11	Func. satisf.

Recorde-se que os objectivos propostos no Plano de Desenvolvimento Regional (P.D.R.) para Portugal em 1993 são, em termos de taxas de atendimento:

 Abastecimento e distribuição de água 	70 %
Drenagem e tratamento de esgotos	60 %
Recolha e destino final de resíduos sólidos urbanos	85 %

Estes valores parecem já estar alcançados em grande parte dos concelhos da região no que se refere ao abastecimento e distribuição de água, o mesmo não se podendo afirmar em relação ao tratamento de efluentes ou ao destino final apropriado de resíduos sólidos urbanos.

⁽¹⁾ Consideravam-se apenas as que além do tratamento primário têm tratamento secundário ou equivalente

4 . Perspectivas de evolução. Aspectos financeiros.

4.1. Generalidades

Os investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais na Região Centro, entre 1981 e 1987 (inclusivé), poderão ser estimados em cerca de 8,0 x 10⁶ contos, a preços constantes.

Será necessário, contudo, um esforço financeiro adicional muito mais significativo, para que sejam alcançadas as metas previstas para 1993. O P.D.R. 1989/1993 prevê já verbas da ordem dos milhões de contos para apoiar estes investimentos (financiamentos FEDER a fundo perdido), pretendendo-se, com a presente comunicação, estimar os montantes que deverão ser mobilizados na Região Centro para investimentos nesta área, a preços de 1989.

4.2. Abastecimento e distribuição de água

Para a população total de 1,8 milhões de habitantes, deverá verificar-se um incremento de cerca de 3 % nas taxas de atendimento, para passar dos actuais 67 % para os 70 % propostos, ou seja, os sistemas de abastecimento e distribuição domiciliários deverão ser estendidos a mais 54 000 habitantes.

Estimando, de acordo com a bibliografía da especialidade, um valor médio próximo de 32 contos/hab. para sistemas novos, o investimento total deverá situar-se, a preços de 1989, próximo de:

Todavia, há ainda a considerar a qualidade do serviço, estimando-se, de acordo com os inquéritos efectuados e o conhecimento da região, que apenas 25 % do serviço prestado é de boa qualidade, sendo 60 % de qualidade regular e 15 % de má qualidade.

Considerando-se, para a recuperação destes últimos sistemas, investimentos da ordem de 1/3 e 2/3, respectivamente, do custo de sistemas novos, deverá considera-se um investimento adicional neste domínio:

O investimento total no domínio do abastecimento e distribuição de água, deverá assim totalizar até 1993, e a preços actuais, o montante de:

At = 13,4 milhões de contos

4.3. Drenagem e tratamento de águas residuias domésticas

O incremento, em temos de sistemas novos de drenagem de esgotos, deverá nestes casos atingir os 22 %, ou seja, uma população de 396 000 habitantes.

Para um custo unitário médio de 28 contos/hab. (sem tratamento), o investimento correspondente será de

E_n = 11,1 milhões de contos

Para a recuperação de sistemas de drenagem existentes, estimando que 35 % prestam um serviço razoável e 20 % um serviço de má qualidade, e com base nos critérios descritos em 4.2., virá:

E_r = 4,8 milhões de contos

No que se refere ao tratamento, as taxas de atendimento deverão ser aumentadas em cerca de 50 %, em face do valor insignificante que hoje se constata.

Para um valor médio de 10 contos/hab. o investimento necessário será de 9,0 milhões de contos, ou, considerando as necessidades de recuperar alguns dos sistemas existentes, próximos de:

T = 10,0 milhões de contos

Em resumo, poderá afirmar-se que no domínio das águas residuais domésticas, o investimento total previsto será próximo de

E_t = 26,9 milhões de contos

4.4. Resíduos sólidos urbanos (R.S.U.)

Os investimentos necessários no domínio dos resíduos sólidos urbanos dizem respeito, fundamentalmente, à execução de destinos finais apropriados, pois, no que se refere à recolha, as taxas de atendimento actuais são já satisfatórias.

Este investimento total estima-se em

R_t = 15,0 milhões de contos

4.5. Resumo

Do ponto de vista financeiro, os investimentos a afectar na Região Centro no domínio do Saneamento Básico para que sejam alcançados os níveis de atendimento propostos no P.D.R. para 1993 são relativamente elevados, totalizando, a preços de 1989:

— Águas		13,4 milhões de contos
— Esgotos		25,9 milhões de contos
— R.S.U.		15,0 milhões de contos
	TOTAL	54,3 milhões de contos

Deste montante, cerca de 36,8 milhões de contos correspondem a obras novas, e o restante à recuperação de sistemas existentes.

5 . Conclusão

Como atrás se refere, torna-se necessário um esforço financeiro muito significativo, para que Portugal alcance as metas propostas no P.D.R. para 1993, em termos de taxas de atendimento em saneamento básico.

O investimento total na Região Centro estima-se em 54,3 milhões de contos (a preços de 1989), não incluindo neste montante a drenagem e tratamento de águas residuais industriais nem o destino final dos resíduos sólidos não urbanos, designadamente dos tóxicos ou perigosos.

O esforço financeiro será particularmente sensível no domínio da drenagem e tratamento de esgotos domésticos, parecendo do maior interesse que se desenvolvam na Região Planos Gerais de Saneamento Básico, designadamente no âmbito das bacias hidrográficas mais urbanizadas, tendo em vista a optimização das soluções e a correspondente economia de meios que, em muitos casos, só se obterá a escalas intermunicipais.

O esforço a desenvolver é de tal modo significativo que não pode deixar de se questionar a suficiência da capacidade de execução instalada e ponderação, desde já, de possíveis acções para melhorar esta componente.

A terminar, devem salientar-se dois aspectos que, nesta problemática, parecem particularmente relevantes, designadamente a correcta exploração dos sistemas e a formação de recursos humanos.

Ao nível da exploração, deve ter-se em atenção que só a correcta operação e manutenção dos sistemas poderá garantir o seu horizonte de projecto, aspecto particularmente significativo quando de observa o esforço financeiro que está em causa e os custos de recuparação e reabilitação que atrás se estimaram para muitos dos sistemas existentes na Região.

No que se refere à formação de recursos humanos, existem graves lacunas neste domínio, que urge colmatar a curto prazo, e que se refletem em todas as fases do ciclo da obra, designadamente na exploração, daí resultando problemas de deficiente manutenção, incorrecta operação ou controlo, etc, que, não raras vezes, contribuem para a redução drástica da vida util destes empreendimentos.

Bibliografia

- (1) COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS <u>Inquérito aos Municípios sobre situação do Saneamento Básico</u>. Coimbra, 1987
- (2) BAPTISTA, J. Melo <u>O Saneamento Básico. Painel de Soluções</u>.Seminário Municipalis, 1989
- (3) MPAT / SEPDR / DGDR Plano de Desenvolvimento Regional, 1898-93. Lisboa, 1989

¥		

Resumo

Caracteriza-se a Região Centro no contexto nacional e comunitário, descrevendo-se a situção actual no domínio do saneamento básico.

Perspectivam-se os investimentos necessários na região para alcançar os indicadores propostos para 1993, em termos de taxas de atendimento da população em infraestruturas de saneamento básico.

Abstract

The present situation of the Central Region is characterized in the national and community context, as for as sanitation is concerned.

The necessary investments in the region are put in perspective in order to achieve the proposed goals for 1993, in terms of population serving rates in sanitation infrastructures (water supply, sewage and solid waste).



O PROGRAMA TRANSFRONTEIRIÇO ENTRE ESPANHA E PORTUGAL E AS PERSPECTIVAS PARA A RAIA DA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL(*)

Por: A. Marques Mendes (**)

A. Mota Lopes (***)

^(*) Comunicação apresentada no 29th Regional Science Association European Congress - St. John's College, Cambridge — 29 de Agosto a 1 de Setembro de 1989 (versão portuguesa)

^(**) Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

^(***) Chefe de Divisão da Comissão de Coordenação da Região Centro

Sumário

- 1. Introdução
- A sub-região da Raia da Região Centro de Portugal 2.
- As intervenções dos Fundos Comunitários 3.
 - 3.1. No passado recente, após a adesão (1986-88)3.2. Perspectivas futuras
- Intervenções previstas versus carências
- Os impactes esperados em 1992 5.
- Conclusões

Entidades contactadas

Bibliografia

ANEXO

1. Introdução

Independentemente de quaisquer vantagens ou desvantagens que possam ser associadas à criação do Mercado Único Europeu em 1992, não há dúvidas que as regiões fronteiriças serão as primeiras a sofrer um forte impacte resultante da projectada abolição de fronteiras.

Neste artigo, procede-se a uma análise preliminar de uma dessas regiões — a Raia da Região Centro de Portugal — a qual apresenta a particularidade de ser uma das menos desenvolvidas de toda a Europa, com um reduzido nível de comércio fronteiriço e ausência de migrações pendulares. O artigo está estruturado da seguinte forma: apresenta-se de seguida uma breve caracterização da sub-região e um resumo das intervenções nessa área que já beneficiaram de financiamento comunitário. Com base nesta experiência e nas propostas contidas no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para o período 1989-93, que o Governo Português apresentou recentemente às Comunidades Europeias, procurou elaborar-se um quadro-síntese das perspectivas para a Raia da Região Centro nesse horizonte. Comparando estas intervenções com o quadro de carências básicas da sub-região, conclui-se que o seu desenvolvimento só será asssegurado se a construção de infraestruturas for complementada em paralelo com um programa integrado que englobe os sectores produtivos. Tais programas estão já elaborados para as outras sub-regiões circundantes, também abrangidas pelo programa transfronteiriço.

2. A sub-região da Raia da Região Centro de Portugal

Constituída por 15 concelhos, que se estendem ao longo da linha de fronteira entre os rios Douro e Tejo, junto à fronteira com Espanha, a Raia ocupa uma área de

9077 Km², o que representa 39% da área da Região Centro, embora aí apenas residam 17.8% da população regional.

Este território subdivide-se ainda em 3 áreas com características diferentes (Mapa 1) e que correspondem a 3 unidades territoriais de nível III (NUT):

- a Beira Interior Norte, na bacia do rio Douro e que coincide praticamente com a bacia do rio Côa, constituída pelos concelhos de Meda, Trancoso, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Sabugal, Guarda, fazendo ainda parte desta NUT o concelho de Manteigas:
- a Beira Interior Sul, na bacia do rio Tejo, constituída pelos concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha do Ródão;
- a Cova da Beira, constituída pelos concelhos do Fundão, Belmonte, Covilhã, que são abrangidos pelo programa do regadio da Cova da Beira.

Este território contava, em 1981, com 312 mil habitantes e apresentava das mais baixas densidades verificadas no país, 34 hab./Km² (o valor regional é de 75 hab./Km² e o do Continente 105 hab./Km²). Tal ficou a dever-se ao forte êxodo aqui verificado nas últimas décadas e que é observável através da variação da população entre 1960 e 1981, período durante o qual este território registou uma diminuição de cerca de 118 mil habitantes. Este forte êxodo teve particular incidência nos grupos etários em idade activa o que justifica o elevado coeficiente de dependência aqui verificado, 64%.

Por este facto não é de estranhar a sua baixa taxa de actividade, 35% (109 mil activos) e o excessivo peso que o sector agrícola representa (em 1981, 36% trabalhavam no sector primário, 32% no sector secundário e 32% no sector terciário).

Dada a sua localização fronteiriça e periférica relativamente ao território nacional, este espaço tem sido preterido em termos de localização de investimentos, para o que concorrem diversos factores nomeadamente a sua má acessibilidade intra e inter-regional, a sua deficiente estrutura produtiva e uma má cobertura de serviços, equipamentos e infraestruturas, que assume aspectos mais gravosos nos concelhos que se encontram mais próximo da linha de fronteira e que integram a Beira Interior Norte e Sul.

Santasana kanaganan kanaganan ÁREA DE ACTUAÇÃO DO PROGRAMA TRANSFRONTEIRIÇO ÁREA DA RAIA DA REGIÃO CENTRO - LEGENDA -LINHA DE FRONTEIRA LIMITE DE CONCELHO LIMITE DE REGIÃO MAPA 1 PROGRAMA TRANSFRONTEIRIÇO BEIRA INTERIOR NORTE COVA DA BEIRA BEIRA INTERIOR SUL

81

No entanto este território apresenta diversas potencialidades, designadamente:

- no sector agro-florestal, através dum integral aproveitamento das capacidades dos seus solos, com especiais aptidões para a produção de madeira, o aproveitamento do seu potencial cinegético, a silvo-pastorícia e os produtos provenientes da olivicultura, vitivinicultura e fruticultura, merecendo particular referência os regadios da Campina de Idanha-a-Nova e da Cova da Beira;
- no sector industrial, explorando os minérios e rochas ornamentais existentes no seu sub-solo, fomentando unidades de transformação de matérias agrícolas e florestais e dos têxteis, indústria muito antiga na região;
- no sector turístico, conjugando os seus recursos ambientais (paisagísticos, cinegéticos e piscícolas) e culturais (património arquitectural e cultural de relevo), sobretudo atendendo à sua proximidade da fronteira e pelo facto de ser atravessada por um dos principais eixos rodo e ferroviários internacionais.

Num outro plano são de referir ainda:

- algumas vantagens locativas em termos nacionais, decorrentes da travessia por um dos principais eixos rodo e ferroviários de ligação à Europa;
- as suas disponibilidades financeiras provenientes do aforro e das transferências dos emigrantes;
- os recursos humanos provenientes do retorno dos emigrantes e dos jovens desempregados frequentando acções de formação.

Contudo, para um correcto aproveitamento e potenciação destes valores, alguns <u>objectivos gerais</u> deverão ser atingidos na Raia por forma a obter-se um desenvolvimento equilibrado e sustentado:

- melhoria da acessibilidade intra e inter-regional, em particular com Espanha;
- modernização e apoio aos sectores produtivo e de serviços;
- satisfação das necessidades básicas (níveis de infraestruturas básicas, de serviços e equipamentos);
- correcto ordenamento do território, preservação e enquadramento dos valores patrimoniais e ambientais;

 estreitamento das relações económicas, sociais e culturais das populações raianas de ambos os lados da fronteira.

Tais objectivos, para serem devidamente atingidos, deverão assentar num conjunto de políticas que, para ter um maior grau de eficácia, exigirá um elevado nível de integração inter-sectorial. Com efeito, do entendimento que se possui da área em estudo, é possível definir uma estratégia para a qual se preconiza:

- 1 uma adequada política de modernização do tecido produtivo e respectivos serviços de apoio, devendo, no caso particular da política industrial, incidir num maior incentivo a unidades industriais que utilizem matérias primas locais em desfavor de empresas que incorporem pouco valor acrescentado regional. Nesta perspectiva e a título de exemplo, assume particular importância uma adequada articulação do sector agro-florestal com o sector de transformação a jusante deste;
- 2 a integração das acções que envolvam actuações no triângulo de interacções formado pelos sectores que libertarão activos (o agrícola, o dos têxteis e algumas pequenas empresas industriais), os sectores do emprego e da formação profissional e os sectores de actividade capazes de absorverem essa mão de obra (indústria transformadora, turismo e serviços). Esta política de actuação deverá sempre ter em conta os emigrantes agora em fase de retorno bem como as vantagens decorrentes da aplicabilidade duma eficaz política social atendendo ao envelhecimento da população agrícola e à necessidade de uma eficaz reestruturação fundiária;
- 3 o fomento de acções que contribuam para a fixação de recursos humanos e de capital, designadamente no reforço da identidade cultural e territorial, na oferta de serviços culturais e de lazer que concorram para uma melhor qualidade de vida das populações e contribua para a fixação de técnicos, na dotação de infraestruturas e equipamentos que ofereçam melhores condições de vida às populações e assegurarem o desenvolvimento dos sectores de actividade.

Todo este esforço de intervenção deverá ser efectuado tendo sempre em atenção o efeito catalizador que a abolição das fronteiras trará para o território e para alguns sectores.

3. As intervenções dos Fundos Comunitários

A recente introdução das políticas comunitárias e, em particular, da política regional, após a adesão de Portugal à CEE, constitui um importante instrumento que tem dado valiosas contribuições para o esbatimento das carências aqui sentidas, pelo que importa efectuar uma pequena análise às intervenções comunitárias já efectuadas e a efectuar.

3.1. No passado recente, após a adesão (1986-88)

Neste ponto, procura-se resumir as intervenções que dizem respeito aos investimentos no âmbito do FEDER, FSE e FEOGA:

i) <u>FEDER</u> - O Quadro 1 refere-se a algumas intervenções do FEDER onde, à excepção do FEDER autárquico, cuja repartição de verbas é efectuada com base nos critérios do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)⁽¹⁾, tem havido um menor dinamismo da área em estudo quando comparado com o restante território regional e nacional no que respeita ao recurso a mecanismos financeiros que envolvam este fundo.

A situação aparentemente vantajosa da área em estudo relativamente ao indicador capitação de subsídios no âmbito do SIBR (Sistema de Incentivos de Base Regional) e do SEBR (Sistema de Estímulos de Base Regional), deve-se a duas ordens de factores:

- serem superiores as taxas de comparticipação do SIBR nas regiões do interior (da ordem dos 10 pontos percentuais);
- terem-se verificado intervenções específicas no sector dos têxteis da Cova da Beira.

Mesmo beneficiando destas vantagens, facilmente se verifica ser menor a dinâmica desta área relativamente ao restante território regional quando se toma por referência a capitação dos investimentos.

⁽¹⁾ A repartição do FEF (artº 10º da Lei das Finanças Locais) é efectuada utilizando uma ponderação baseada nos seguintes indicadores: número de habitantes (45%); área (10%); capitação dos impostos directos (10%); rede rodoviária municipal (10%); número de alojamentos (5%); grau de desenvolvimento sócio-económico (5%); igualitário (10%). Este critério permite introduzir algumas funções reequilibradoras nas assimetrias regionais.

QUADRO 1

	1	Rala da R	egião (Centro		Região Cent	ro			
PROGRAMA	PERIODO		%	per capita	em % do FEF		%	per capita	em % do FEF	FONTE
SEBR (1) . SIBR (FEDER)										
-nº de projectos candidatos		106	16	1		682	100			
-emprego	Agosto	2957	19			15945	100			CORC
-investimento (2)	de 1988	14574,4	14	46,8	3,25	102798,7	100	58,7	5,12	
-subsidios (2)		3640,6	20	11.7	0,81	18366,0	100	10,5	0,91	
FEDER Autarquico	86/87/88									
Candidaturas:										
-invest. total (2)		12455,6	29	40,0	2,78	43430,8	100	- 107	2,16	
-comparticipação (2)		6227,8	29	20,0	1,39	21712,5	100	12.4	1,08	CORC
Aprovações:						_ ^				
-invest. total (2)		4988,2	22,2	16,0	1,11	22495,8	100	12,8	1,12	I .
-comparticipação (2)		2500,0	22,2	8,0	0,56	11236,2	100	6,4	0,56	
(1) SEBR não teve qualquer con	mparticipaçã	o do FEDER		(2) Valor	em milha	res de Contos				
		CENT	RO INTI	RIOR	R	EGIÃO CENTIF	RO	CC	NTINEN	
	PERIODO		per	em %		per	em %		per	em %
COMPARTICIPAÇÃO		%	capita	do FEF	%	capita	do FEF	%	capita	do FEF
FEDER	86/87/88									
Total Infraestruturas Públicas		6,5	11,03		22.2	18,22		100	14,80	
Administração Central		4,5	5,16		21,3	11,83		100		
Administração Local		10,7	5,86							100,0
Fonte: A Política Regional e o	Aproveitam	ento dos Fur	ndos Est	ruturais e	m Portu	gal - Manuel C	arlos Lop	es Porto		

ii) <u>FSE</u> - Relativamente aos investimentos do Fundo Social Europeu (Quadro 2), verifica-se igualmente haver uma menor capacidade de absorção deste fundo por parte da área em estudo quando comparada com o restante território regional e nacional.

QUADRO 2

		Rais de Reg	lão Ce	ntro		Região	Cent	ro			
PROGRAMA	PERIODO		%	per	em % do FEF			%	per capita	em % do FEF	FONTE
	TEROCO		1								
FSE - nº de projectos	projectos	33	11			3	1 0	100			
- nº de participantes: -candidatos (*)	despachades entre	1035	10			107	35	100			IEFP
-subsidios (*)	20/12/88	383	11			35	57	100			
- total de Subsídios	е			1 '	l	l		1			
-candidatos (*)	4/4/89	615.2	8	2,0	0,14	772	9.9	100	4,4	0,38	
-subsídios (*)		99.92	7	0,3	0,02	140	6.6	100	0,8	0,07	
(*) Valor em milhares de	Contes										
1		CENTRO I	NTERIC	PR	RE	GIÃO	CENT	RO	C	ONTIN	ENTE
	PERIODO	%		er olfa		%		er oita		%	capita
FSE Fonte: A Política Regiona	86/87/88	3,5	8	. 6	20	5.9	23	.36	1	0 0	20,84

iii) <u>FEOGA</u> - Quanto a este fundo comunitário e pelos dados do Quadro 3, parece haver indícios de uma maior equilíbrio no que respeita à absorção deste fundo quando se utiliza um indicador com base na capitação dos activos do sector agrícola.

QUADRO 3

		Raia da R	eglão C	entro	Beira Inte	rior	. =	Continent	9		
PROGRAMAS FEOGA MECANISMOS	I PERÍODO		per capita activo agric.	area agríc. (Contos /Ha)		per capita activo agric	area agric. (Contos /Ha)		per capita activo agric.	area agric (Contos /Ha)	FONTE
Reg. 797 (CEE)/ IFADAP (C. Branco) nº de projectos aprovados valor de investimento (*) subsídio atribuído (*) total FEOGA	1/1/88 31/12/88	272 1 304 727 611 704 529 541		5,4 2,5 2,2	341 1 504 434 702 952 599 978	28,2 13,2	5,6 2,6 2,2				IFADAP Castelo Branco
Reg. 797 (CEE)/IFADAP (lisboa) nº de projectos aprovados valor de investimento (*) subsidio atribuldo (*)	1/9/86 a 31/12/88	325-341	13,7	2,2	642 2 768 125 1 421 567		10,3	10 380 55 650 202 27 785 422	78,3 39,1	26,9 13,4	IFADAP Lisboa
Reg. 355 (CEE)/IFADAP (C. Branco) Investimentos 1988 (*) acumulados (*)	1/1/88 a 31/12/88	1 463 235 2 351 386	37,8 60,8	6,0 9,7	1 463 235 2 351 386	27,4 44,1	5,5 8,8				IFADAP Castelo Branco
Reg. 355 (CEE)/IFADAP (lisboa) nº de projectos aprovados valor de investimento (*) subsídio atribuido (*)	1/9/86 a 31/12/88				15 2 419 700 1 496 200		9,0 5.6	252 33 056 100 19 178 400	46,5 27.0		IFADAP Lisboa
PEDAP - Programa Específico (regadios+caminhos rurais+electrificação) Projectos aprovados até 31/12/88 DRABI Nº de Projectos Investimento Total (*) Subsidio Total (*)	valores acumulados até	366 1 540 805 1 297 485	39,8 33,5	6,3 5,3	450 2 191 442	41,1	8,2 6,9		21,17	5,0	DRABI
Projectos aprovados até 31/12/88 MAPA Nº de Projectos Investimento Total (*) Subsidio Total (*)	31/12/88				624 2 704 431 2 283 608	50,7 42,8	10,1 8,5	4 712 18 109 413 15 800 102	25,5 22,2	8,8 7.6	
PAF - Programa de Acção Florestal Superficie (Km2) total arborizada	situação	9 083 2 449			17 460 6 480			Região (Beira Interio 23266 9 062	Centro or+ B. Lite	oral)	Direcção
Taxa de arborização Aprovações nª de projectos	em 12/1/89	27 63	20.0		37 101	50.5		39 225			Geral das Florestas
orçamento (*) subsídio (*)		1 261 940 1 174 362	32,6 30,3	5,2 4,8	2 854 345 2 717 166	53,5 50,9	10,7 10,2		19,2 18,3	7,7	

(*) - Valor em 1000\$00

No entanto é preciso atender que, devido à elevada percentagem de activos neste sector de actividade, tais indicadores poderão ser falseadores da realidade. Com efeito, quando a análise dos investimentos é efectuada em função da área agrícola, verifica-se que, para os regulamentos (CEE) 797 e (CEE) 355, a sub-região em estudo manifesta já significativas desvantagens relativamente ao restante território regional e nacional.

Em situação oposta, encontram-se o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP) e em particular o Programa de Acção Florestal (PAF) onde, aparentemente, esta sub-região apresenta uma maior capacidade de absorção

deste fundo do que o restante território regional e nacional. Esta "performance" explica--se porque:

- relativamente ao PEDAP (programa que possui mecanismos financeiros regionalizados), houve a oportunidade da Direcção Regional da Agricultura da Beira Interior ter uma importante intervenção em termos de infraestruturas rurais, sector este onde a área em estudo apresenta grandes carências 47% do investimento efectuado nos 4 sub-programas do PEDAP constantes no Quadro 3 (regadios tradicionais, caminhos rurais, electrificação rural e regadios individuais) refere-se exclusivamente ao sub-programa de caminhos rurais;
- relativamente ao PAF e no que respeita ao dinamismo que a área em estudo aparenta ter, tal deve-se ao facto de na Região Centro se encontrarem instaladas 5 grandes unidades fabris de produção de pasta de papel que, pela sua grande capacidade de produção e investimento, justificam praticamente a globalidade daqueles investimentos, possuindo a sub-região solos com elevadas aptidões florestais.

Desta pequena análise resulta evidente existir uma maior dificuldade desta subregião em utilizar os mecanismos financeiros que envolvam os fundos comunitários. Tal
situação poderá ser atribuída a dois grandes grupos de factores: a) a falta de dinamismo
e os atrasos de desenvolvimento já referidos; b) a não existência de mecanismos
específicos ou devidamente regionalizados para este território. Os casos em que tal
regra é excepção indiciam bem o seu sucesso: FEDER autárquico e PEDAP.

Com efeito, a maior parte dos programas/sistemas que envolvem fundos comunitários têm uma dimensão nacional, de uma forma geral com modulações geográficas mas de eficácia muito limitada. Tal situação acaba por ser um importante obstáculo para o desenvolvimento deste território ou, pelo menos, deverá ser entendida como desvantajosa a situação desta sub-região quando comparada com outras regiões em termos de acessos aos mecanismos que envolvam fundos comunitários.

Um bom exemplo para a falta de adequação de alguns destes programas para este território, é o caso do Reg. (CEE)797/85 que se encontra mais vocacionado para a agricultura intensiva quando, na Raia, a agricultura praticada é na sua maior parte

extensiva. Tal situação compromete a viabilidade económico-financeira dos projectos desta sub-região ao abrigo deste regulamento, uma vez que a análise dessa viabilidade é feita a partir de critérios baseados em regimes agrícolas mais intensivos.

Ainda em termos agrícolas, merece particular referência o programa de regadio da Cova da Beira. Actualmente, apenas estão fisicamente executadas as obras respeitantes a 20% dos 17.500 ha de área de regadio prevista neste programa. Embora estejam previstas importantes intervenções no Regadio até 1993, dificilmente esta obra se encontrará completa nesta data atendendo ao volume de investimentos necessários. Tal situação leva ao não aproveitamento de uma das maiores potencialidades desta sub-região, numa fase crucial em que o nosso país beneficia de uma situação privilegiada em termos de apoios financeiros comunitários, com consequências certamente desvantajosas para os agricultores quando os produtos por estes celocados no mercado tiverem de concorrer com os produtos comunitários, designadamente espanhóis.

Outra situação igualmente desvantajosa é a que envolve o sector industrial da Raia, onde a maioria das empresas de pequena dimensão se caracterizam por possuirem geralmente um forte componente artesanal, sem meios tecnológicos adequados e com mão-de-obra qualificada insuficiente. Estas empresas não possuem, de uma forma geral, estrutura, dimensão e disponibilidades para fazerem a sua adequada modernização, por ser difícil, nas suas condições, o acesso aos sistemas/programas no âmbito do FEDER e do FSE.

Num âmbito mais lato e que se prende com uma dificuldade sentida pelos empresários nesta sub-região de fronteira, releva o facto de ser difícil o acesso à informação, quer pela falta de infraestruturas para a sua circulação, quer pela falta de técnicos e serviços de apoio, quer pelo próprio meio cultural em que geralmente vive o empresário.

Já num plano mais específico e que envolve a abolição das fronteiras, assume relevo a influência que terá nos mercados abastecedores e distribuidores, sobretudo em actividades ligadas ao sector agro-pecuário, a livre circulação de bens com repercussões evidentes ao nível das empresas sobretudo agrícolas e agro-alimentares em que a região vizinha de Espanha é mais competitiva.

3.2 Perspectivas futuras

Quanto às intervenções futuras, procede-se a uma pequena análise do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) de Portugal, documento que se encontra actualmente em fase de negociação com a Comunidade e que define as diversas intervenções dos Fundos Comunitários no território nacional. Este documento expressa a política de actuação da administração portuguesa em termos de desenvolvimento regional para os próximos cinco anos.

Analisando as intervenções propostas no PDR 1989-93, verificamos que a situação tende globalmente a corrigir-se, muito embora se continue a verificar a inexistência de um programa específico para este território de fronteira que abranja o seu sector produtivo e de serviços.

Com efeito, os dois programas com especificidade para este território apenas abrangem a componente de infraestruturas do FEDER (Quadro nº 4) e que são:

(Eixo 3/B) - Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças Este programa apenas se refere a investimentos do FEDER no âmbito de infraestruturas públicas da Administração Central e Local ao nível de todas as sub-regiões de fronteira do país coincidindo, na Região Centro, com os concelhos que integram a Raia. Tem como objectivo promover a criação de condições de desenvolvimento equilibrado e a fixação populacional nas regiões fronteiriças de Portugal e Espanha, melhorar a rede de comunicações rodoviárias e implantar infraestruturas de apoio ao desenvolvimento, nos domínios dos recursos hídricos e do património natural e construído. O valor global de investimento candidato a este programa para os dois países é da ordem dos 200 milhões de contos, sendo cerca de 1/3 deste investimento da responsabilidade da administração portuguesa.

(Eixo 3/B/C) - Subvenções Globais para a Raia Central e para a Região Centro

Estes dois mecanismos financeiros têm por objectivo dar continuidade às intervenções até aqui verificadas no âmbito do FEDER autárquico, na área das infraestruturas públicas (hidráulicas, transportes, turísticas, de apoio à actividade produtiva e de educação) e ainda no apoio ao potencial endógeno. A Subvenção para a Raia Central tem as mesmas funções que a da Região Centro, à excepção das acções

de valorização do potencial endógeno, devendo-se tal especificidade à reconhecida necessidade de se criar um instrumento suficientemente flexível capaz de se adaptar a eventuais figuras de planeamento a criar para este território até 1993.

Os restantes programas previstos no PDR já não possuem especificidade para este território de fronteira, muito embora alguns deles se encontrem regionalizados a nível de (NUT's II)⁽²⁾.

Entre estes programas importa referir:

(Eixo 1/A) - Criação de Infraestruturas Económicas

Programa de Desenvolvimento das Acessibilidades (PRODAC) — para a área em estudo apenas financiará algumas ferrovias, sendo de prever alguns investimentos para melhorar as condições de segurança, circulação e velocidade na Linha da Beira Alta e conclusão de infraestruturas de via na Linha da Beira Baixa a Sul da Covilhã.

Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP) — tem por objectivo melhorar o conjunto das condições estruturais do sector agrícola português, designadamente em regadios, acessos, electrificação, protecção do solo, floresta, agro-pecuária, formação profissional, etc..

Programa Operacional para os Recursos Hídricos, Saneamento Básico e Ambiente — visa desenvolver um conjunto de sistemas tendo em vista a preservação e potenciação dos recursos hídricos nacionais e o ordenamento das respectivas bacias.

(Eixo 1/B) - Apoios ao Investimento Produtivo

Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva (PNICIAP) — é constituido por um conjunto de três sistemas: Sistema de Incentivos de Base Regional para apoio ao investimento no sector industrial no que respeita à criação de novas unidades, à expansão, modernização ou reconversão de unidades já existentes e à transferência de localização; Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo para apoio à construção e ampliação de empreendimentos,

⁽²⁾ A desagregação é maior no caso dos apoios à agricultura — a regionalização é efectuada de acordo com as divisões administrativas do Ministério da Agricultura, que, no caso da Região Centro, abrange a Beira Interior e a Beira Litoral. De uma forma geral esta regionalização corresponde mais a repartições regionais de carácter financeiro do que a diferenciações de carácter programático.

Sintese Plano de Desenvolvimento Regional 1989-93

				Mediac Centro	-eniro	,	OUTLE	Continente	
		Investimento	nento	Investimento	mento	Inves	imento	Investimenta Comparticipação	ticipacão
		Global	%	Global	%	Global	%	Comunit	Interna
Elxo 1-Promover Eficácia do Sisteme Produtivo	dutivo	35,1	1,7	246,0	_	12,1 2037,0	100	1087,5	9,646
A - Criação de Infraestruturas Económicas	as	16,4	18	136,5		906,2	100	0'599	241,2
PRODAC	27			87,0	27,1		100	261,0	60,2
PEDAP		15.5 (1)	10,7	10,7 25.7 (2)			100	92,1	53,4
Melhoria astrut. Vitivinicola		0.92 (1)	9	6.12 (2)	26,3	23,3	100	0'6	14,3
				10,1	15,7			64,4	0,0
Rec. Hidr. San. Basico e Ambiente	0			7,5			_	15,0	20,0
	6					21,3	_	12,2	9,2
Progr. Telecomun. Rurais						37,5		15,0	22,5
VALOREN						29,9	100	ص ک	20,3
P. O. de Infr. Turist Eq. Culturais						30,0	100	20,0	10,0
B - Apoio ao Investimento Produtivo		18.7	1,7	109,5		9,7 1130,9	100	422,5	708,4
PNICIAP		2		51,3	25,0	205,2	100	0'09	145,2
PEDIP						573,3	100	209,2	364,0
Incentivos à Agricultura		18.7 (1)	9'9	58.2(2)	20,7	281,8	100	91,8	190,0
Eixo 2 - Preparar os Recursos Humanos							100	383,0	325,6
A - Desenv. Educ. e Formação Profissional	nal			107,4	15,6	689,7	100	364,1	325,6
PRODEP				81,3	25,8	314,9	100	120,0	194,9
P's O's de Formação				81,3			100	244,1	130,7
B - Melhoria Infraes. Saúde e de Desporto	ę.			5,2	N	18,9		18,9	0,0
Eixo 3 - Assegurar Correcção dos Deseq. Internos	Internos	5,9	1,0	4				419,0	194,4
A - Reconversao Produtiva Regional						110,1		57,7	
B - Aproveitamento Potenciais Crescimento	nento			20,9		(c)		281,9	
P. O. de Desenvolv, das Regiões Fronteiriças	Fronteiriças	15,0	22,0	15,0	22,0			48,0	20,0
P.O. de Int. Reg. Trás-os-Montes e Alto Douro	e Alto Douro					54,1	•	28,5	25,6
O.I.D. do Norte Alentejano						_	`_	10,4	7,0
Subvenção Global Raia Central		5,9	100	6,5	_			4,1	₽ -
C - Desenvolv. Local Ordena. Território	0			28,7		_	•	79,4	42,2
	Centro			28,7	100,0	28,7		20,1	9 8
Subv. Global de apoio ao Desenvolvimento Local	olvimento Local					6.8		4.8	2.0
Total		41.0	1.2	394.3		11.7 3359.0	100	1889.5	1469.5
Capitação relativa ao Investimento Total (Contos/habitante)	Contos/habitante)			225.2		359.8			

(1) - Beira Interior (2) - Beira Interior + Beira Litoral

Fonte: Vol. II - PDR 89-93 / MPAT

instalações e infraestruturas turísticas; Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno, de apoio à realização de estudos e para assistência técnica, que criem as condições favoráveis ao investimento nas pequenas e médias empresas.

Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP) — é criado com o objectivo de revitalizar a base industrial existente, atenuar as desvantagens comparativas existentes e reforçar os níveis de competitividade interna e externa, apresentando maior aplicabilidade nas regiões de maior crescimento económico e menor na área em estudo.

Incentivos à Agricultura — constituído por um conjunto de regulamentos comunitários (Regulamentos nºs 355/75 e 2239/86) com o intuito de favorecer a melhorar as estruturas de produção, transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o associativismo, a organização de mercados, e a defesa sanitária e da floresta.

(Eixo 2/A) - Desenvolvimento da Educação e da Formação Profissional — constituído por um Programa de Desenvolvimento Educativo de Portugal (PRODEP) e por diversos Programas Operacionais para intervir ao nível da Formação Profissional e do Emprego.

4. Intervenções previstas versus carências

Com base na comparação entre a carteira de projectos/acções financiáveis no âmbito dos instrumentos atrás referidos e os problemas assinalados no capítulo 3. pode definir-se um quadro de carências cuja superação dificilmente será possível antes de 1993, nomeadamente nos seguintes domínios:

Actividade produtiva

Para a actividade produtiva, assumem uma particular importância para o desenvolvimento deste território:

 o desenvolvimento de uma adequada rede de telecomunicações capaz de dar apoio a empresas que utilizem modernas técnicas de gestão e administração;

- incentivos ao surgimento de serviços de apoio ao investidor e ao empresário,
 designadamente gabinetes de apoio técnico, de design, gestão e informática;
- incentivos à instalação de técnicos no interior;
- um maior intercâmbio empresarial entre um lado e outro da fronteira, designadamente através de apoios à realização de feiras com industriais e agricultores;
- elaboração de estudos sectoriais e de mercado para maior apoio às opções empresariais;
- apoios à associação de pequenos empresários.

Acessibilidades

No domínio da acessibilidade rodoviária, as intervenções previstas ao nível da rede supra municipal, resumem-se à intervenção da Administração Central no âmbito do Programa Transfronteiriço.

Estas dizem respeito a:

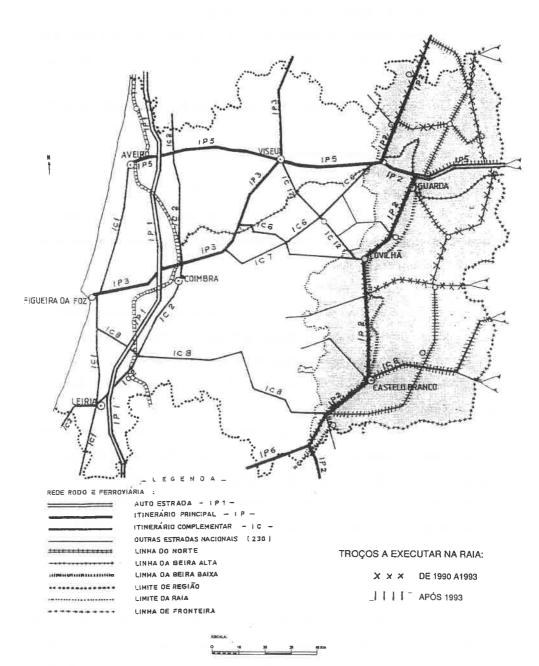
- construção do Itinerário Principal 2 (IP2), que atravessa toda esta região de
 Norte a Sul passando pelas cidades da Guarda, Covilhã e Castelo Branco;
- melhoria de pequenos troços da "Estrada da Raia" (Mapa 2);

Um importante conjunto de vias intra e inter-regionais ficarão por executar, nomeadamente:

- 1. No âmbito deste território e para as vias incluídas no Plano Rodoviário Nacional (PRN), o Itinerário Complementar nº 8 (IC8) entre Castelo Branco e as fronteiras de Segura e Monfortinho e alguns troços da "Estrada da Raia". Para as vias a incluir no PRN, assumem funções de relevo nesta área os troços de uma importante via de estruturação deste território de fronteira e que é a denominada " Estrada da Raia" no que se refere aos troços de Vila Nova de Foz Côa / Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso / Pinhel / Almeida (2ª fase) e Penamacor / Idanha-a-Nova / Vila Velha de Ródão:
- 2. No âmbito das ligações deste território ao litoral, assumem fundamental importância o estabelecimento dum Itinerário Principal entre Castelo Branco e Coimbra, a construção do IC7 e IC12 que ligam a Covilhã respectivamente a Sta. Comba Dão (IP3)

MAPA 2

REDE NACIONAL RODO E FERROVIÀRIA NA REGIÃO CENTRO



e a Viseu (IC12) e ainda o aumento da capacidade dos fluxos de tráfego no IP5 entre a fronteira de Vilar Formoso e o nó do IP2 junto à cidade da Guarda.

- 3. Quanto à rede viária municipal, embora seja difícil quantificar as carências e as intervenções necessárias, estas poderão no entanto ser estabelecidas em função do indicador da densidade da rede municipal (extensão da rede municipal / área do concelho) onde se verifica que, para a Raia, esse indicador é inferior a metade da média regional, respectivamente 0.27 Km/Km² e 0.66 Km/Km². No entanto, grande parte das intervenções necessárias ao nível deste sector estão garantidas nas Subvenções Globais para a Raia Central e para a Região Centro.
- 4. Em termos de aeródromos, já existe um na Covilhã e está prevista a construção de outro em Castelo Branco até 1993. Na Raia Norte não se prevê a construção de nenhum antes de 1992, embora se reconheça a sua necessidade.
- 5. Quanto à rede ferroviária, dever-se-á dar continuidade à melhoria das infraestruturas da rede ferroviária da Linha da Beira Baixa, entre a Covilhã e a Guarda, e apostar na electrificação da linha internacional da Beira Alta.

Infraestruturas básicas

Este território apresenta grandes carências de água durante os meses de Verão, muito embora, em termos de grandes obras hidráulicas, o conjunto dos concelhos da Raia Sul já se encontre razoavelmente abastecido, prevendo-se situação idêntica para os da Cova da Beira uma vez concluídas as barragens previstas no programa de regadio. O mesmo não se passa com a Raia Norte onde, apesar da grande potencialidade da bacia do rio Côa, apenas se prevê a construção de uma pequena barragem até 1993, quando um correcto aproveitamento desta bacia implicaria a construção de um conjunto de 6 barragens (projecto da Cascata do Côa) com aproveitamentos múltiplos (abastecimento, armazenamento, regadio e energia).

Quanto às infraestruturas básicas da responsabilidade municipal, a Subvenção Global para a Raia Central permitirá dar cobertura à maior parte dos investimentos necessários neste sector.

Ordenamento do território

O ordenamento do território constitui um dos aspectos fulcrais para um funcionamento eficaz de todas as actividades aqui instaladas e a instalar. É tanto mais oportuna a definição das políticas a adoptar quando se sabe que um acréscimo de desenvolvimento significa maior pressão na utilização do território, a que neste caso acresce a pressão gerada pela abertura das fronteiras.

Assim, para se verificar um harmonioso desenvolvimento deste território fronteiriço, assumem particular importância os seguintes estudos:

- reforço da rede de hierarquia dos centros urbanos. Com efeito, verifica-se haver actualmente uma grande polarização por parte do litoral português relativamente a esta região (emigração das populações para o litoral e para as grandes cidades) que, com a abertura das fronteiras, será acrescido pela polarização dos centros urbanos espanhóis de Salamanca e Cáceres. Como tal, o reforço dos equipamentos colectivos e serviços desses centros assume uma função vital na estruturação do espaço geográfico, com particular destaque para as funções que as cidades da Guarda, Covilhã e Castelo Branco deverão ter neste processo, em concorrência com as cidades do litoral português e as adjacentes espanholas.
- a elaboração de estudos que permitam um melhor aproveitamento e gestão dos recursos, de que se salienta os Planos de Salvaguarda do Património Natural e Construído (em que a área é ricamente dotada), Planos Directores Municipais, Ordenamento Turístico, Política de Utilização de Solos e de Aproveitamento do seu Potencial Florestal e Cinegético.

Equipamento Social

No que respeita à saúde, há grandes carências em termos de pessoal (médicos e enfermeiros), instalações e equipamentos; as maiores carências sentidas em equipamento escolar são as referentes aos graus de ensino situados entre o ensino primário e o ensino superior; no que diz respeito à segurança social, deveriam minimizar-se as enormes carências em equipamentos tais como creches, jardins de infância e lares e centros de dia para idosos; em termos de equipamento desportivo, as

necessidades de médio prazo apontam para a necessidade de aqui se implantarem várias unidades respeitantes às diferentes práticas desportivas.

5. Os impactes esperados em 1992

Pelo atrás exposto, verifica-se haver programas/incentivos específicos para a Raia apenas na área das infraestruturas públicas e uma quase total ausência destes para apoio aos sectores de serviços e produtivo. Nestes termos, é possivel prever-se que os níveis de intervenção dos fundos comunitários serão sempre inferiores aos absorvidos pela média regional e ainda mais distantes da média nacional se este território não for objecto de um tratamento particular.

Assim, estima-se que os impactes imediatos esperados para a Raia com o estabelecimento da livre circulação de pessoas e bens poderão ser da seguinte ordem, se não forem devidamente acautelados:

- o desemprego gerado por cessação de actividades ligadas à existência da fronteira, que se estima poder atingir 50% do emprego no sector dos serviços;
- a incapacidade de fixação da sua população e dos emigrantes agora em fase de retorno, por falta de dinamismo dos seus sectores de actividade e oferta de condições mínimas às populações (saúde, transportes públicos, ensino, culturais);
- o colapso de pequenas e médias unidades (agrícolas e industriais), devido à sua deficiente estrutura empresarial, geralmente com um cariz artesanal;
- a deficiente cobertura de serviços e consequente criação de assimetrias geradas pela excessiva polarização de alguns centros urbanos exteriores à área em estudo;
- o agravamento das condições de utilização dos solos gerada pela inexistência de planos disciplinadores da sua ocupação;
- a perda da identidade cultural.

Podem assim perspectivar-se dois cenários alternativos quanto ao impacte esperado com a livre circulação de pessoas e bens em 1993 para esta região fronteiriça:

- o cenário optimista, que exige uma eficaz política de desenvolvimento no sentido de se reabilitar social e economicamente esta parcela de território, que possibilite o aproveitamento de algumas oportunidades abertas pela livre circulação de pessoas e bens, tornando-a num importante instrumento de progresso e prosperidade deste território e da comunidade em geral;
- o cenário pessimista, que corresponderá à ausência de um desenvolvimento adequado à sua situação particular, fomentando-se, com a abolição das fronteiras, um agravamento dos efeitos de desertificação e assimetria que actualmente já se verificam relativamente ao litoral português, podendo no entanto agravar-se com a polarização que os centros urbanos espanhóis de Cáceres e Salamanca futuramente irão exercer neste território.

6. Conclusões

Com base nestes pressupostos, três linhas de força deverão constituir, na opinião dos autores, a política necessária a desenvolver para a sub-região de fronteira da Região Centro de Portugal e que são:

- 1 a necessidade de realizar, desde já, o estudo de viabilidade para a definição de uma intervenção integrada para a Raia Central que permita, de uma forma decisiva, vencer as desvantagens que esta sub-região apresenta relativamente a outras em termos de acesso aos diversos mecanismos financeiros de carácter nacional ou comunitário. Tal estudo é tanto mais oportuno quanto se sabe que:
 - do lado espanhol, a Província de Salamanca já se encontra em fase de negociações com a Comunidade para aprovação da sua OID e a Província de Cáceres tem já em fase de execução o Estudo de Viabilidade para a realização de uma OID;

- em Portugal também a Norte e a Sul deste território estão previstas duas
 Operações Integradas, a da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e a do
 Norte Alentejano.
- 2 a importância que assume a preservação dos valores patrimoniais naturais e culturais na identidade e no desenvolvimento do próprio território, ainda praticamente intacto em termos de grandes intervenções humanas, a necessidade em estruturar o território numa adequada hierarquia de centros e funções por forma a minimizar os efeitos de polarização de forças exteriores e a urgência em elaborar planos disciplinadores e dotá-los de mecanismos financeiros capazes de garantir a preservação dos valores existentes.
- 3 o alargamento da intervenção do Programa Transfronteiriço tendo em conta dois aspectos distintos:
- i) antes de 1993, dar a possibilidade deste programa intervir nas infraestruturas directamente ligadas aos sectores produtivos, por forma, a num mais curto prazo de tempo, permitir dar condições compensatórias à obtenção de maior competitividade nestes sectores:
- ii) dar continuidade ao Programa Transfronteiriço recorrendo ao FEDER para além de 1993, através de uma 2ª fase que possibilite colmatar as grandes carências ainda sentidas neste território em termos de infraestruturas públicas e alargá-lo a intervenções ao nível de apoios ao sector produtivo.

ANEXO

INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS

PROGRAMA		050700	NECESSIDADES DE
	Ambito	SECTOR	INTERVENÇÃO
	Geográfico		n
		1, INFRAESTRUTURAS PUBLICAS	
		Administração Central	
PODRF	Reg. de Fronteira	Estradas nacionais	\$
PRODAC	Nacional	Caminhos de Ferro	\$
PORHSBA	Nacional	Barragens	\$/00/#
STAR	Comunitário	Telecomunicações	\$/0/#
31741	O GINGI IKALIO	Administração Local	1
SGRC	Raia	Estradas	
SGRC	Rala	Saneamento Básico	"
			\$ /W/ 00
SG Reg. Centro	Região Centro	Apolo ao Potencial Endógeno	\$ /#W 00
255	L	2. ACTIVIDADE PRODUTIVA	
SG Reg. Centro	Região Centro	Serviços de apolo à actividade produtiva	\$/<>/∞/#
POAFP (9)	Nacional	Formação Profissional	
		2.1 AGRO-FLORESTAL	
PEDAP	Nacional (1)	Caminhos	\$
PEDAP	Nacional (1)	Regadios	S/#
PEDAP	Nacional (1)	Electrificação	s
PAF	Nacional (1)	Florestação	S/#

A	Nacional	Modernização das explor. agrícolas	⊘/∞/#
A	Nacional	Apolo a jovens	\$/ ∞ /#
A	Nacional	Apolos à Gestão e Administração	 •
A	Nacional	Valorização dos produtos	0/#
PTR	Nacional	Telecomunicações rurais	0/#
PEDAP	Nacional (1)	Ordenamento Fundiário	m/#/<>
PEDAP	Nacional (1)	Organização de Mercados	∞/\$/#/⇔
LUAI	I VAIL-NOTING (1)	2.2 INDÚSTRIA	
ONIO IA DIO COLO	MII (O)		<>/**/#
PNICIAP/PEDIP	Nacional (2)	Modernização do tecido industrial 2.3 TURISMO	
PODRF	Reg. de Fronteira	Recuperação do património	\$/∞/#
PNICIAP	Nacional (1)	Apolo à actividade turística	
SG Reg. Centro/POITEC	Reg. Centro/Nacional	Infraestruturas Turísticas	\$/∞
		3. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	1
		EDUCAÇÃO	1
PRODEP	Nacional	Generalização do acesso à educação	
			s
PRODEP	Nacional	Modernização de infraestruturas	1
PRODEP	Nadonal	Melhoria da Qualidade de Informação	
		EQUIPAMENTOS	
		Saúde	\$
		Desporto	\$
		Assistência Social	\$/==/#
		4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
		Elaboração de Estudos	\$/∞/#
		Mecanismos financeiros para execução	\$/∞/#
00000 0	ranianal da Decesario I I		Legenda:
		nento das Regiões Fronteiriças	Legenoa.
PRODAC - Programa de			Autoritanta anno art
		cursos Hídricos, Saneamento Básico e Ambiente	 - Articulação com outros
		gados de Telecomunicações	sectores
SGRC - Subvenção Glob	al da Região Centro		\$ - maior Intervenção
SGRC - Subvenção Glog			financeira
POAFP - 9 Programas O		Formação Profisional	<> - Sistema para obtenção o
		ento da Agricultura Portuguesa	maior capacidade de
		sing or Africana i onogoesa	absorção dos fundos
PAF - Programa de Acçã		W. C.	
A - Incentivos à Agricultu		nunitarios	# - Programa Específico
PTR - Programa de Telec			
PNICIAP - Programa Nac	cional de Înteresse Com	unitários de Incentivo à Actividade Produtiva	(1) - Regionalizado apenas
PEDIP - Programa Espe	cífico de Desenvolvima	nto da Indústria Portuguesa	no aspecto financeiro
		ras Turísticas e Equipamentos Culturais	(2) - Com modulações
-10 ⊢[: • Pr∩//rama : 104			

Entidades contactadas

- Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) de Castelo Branco
- Direcção Regional da Beira Interior (DRABI)
- Direçção Geral do Desenvolvimento Regional
- Junta Autónoma das Estradas
- Autarquias da Raia Central
- Gabinete do Programa Integrado de Desenvolvimento da Cova da Beira
- Direcção Regional do Ordenamento do Território e Direcção Regional do Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região Centro

Bibliografia

- Abílio Cardoso As Zonas Fronteiriças entre Portugal e Espanha no Processo de Integração Económica
- Comissão de Coordenação da Região Centro Programa de Desenvolvimento da Região Centro
- Comissão de Coordenação da Região Centro Rede de Fronteiras na Região Centro
- Conseil de L'Europe Cooperação Transfronteiriça
- Manuel Carlos Lopes Porto A Política Regional e o Aproveitamento dos Fundos Estruturais em Portugal
- Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação PEDAP / Relatório Anual de 1988
- Ministério do Planeamento e da Administração do Território Plano de Desenvolvimento Regional de Portugal / 1989-93
- Operação Integrada de Desarrollo de Las Províncias de Salamanca y Zamora

Resumo

Neste artigo analisa-se o impacte resultante da criação do Mercado Único Europeu nas regiões fronteiriças. Estuda-se o caso da Região Centro de Portugal, uma das menos desenvolvidas de toda a Europa. Apresenta-se uma breve caracterização da sub-região e um resumo das intervenções nessa área que já beneficiaram de financiamento comunitário. Com base nesta experiência e nas propostas contidas no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para o período 1989-93 é apresentado um quadro-síntese das perspectivas para a Raia da Região Centro nesse horizonte. Comparando estas intervenções com o quadro de carências básicas da sub-região, conclui-se que o seu desenvolvimento só será assegurado se a construção de infraestruturas for complementada com um programa integrado que englobe os sectores produtivos.

Abstract

Regardless of any advantages or disadvantages that may be associated with the creation of the European Single Market in 1992, there is no doubt that the border regions will be the first to suffer a strong impact resulting from the projected abolishment of frontiers.

In this article, a preliminary analysis of one those regions — Portugal's Raia of the Central Region — is carried out and it presents the particularity of being one of the less developed of all Europe. The article is structured in the following way: a brief characterization of the region and an abstract of the interventions in that area which have already benefitted from Community financing are presented. Based on this experience and in the propositions enclosed in the "Plano de Desenvolvimento Regional" (PDR) for the period 1989-93 a synthesis of the perspectives for the Raia of the Central Region is presented. Comparing these interventions with the basic shortages of the region, one concludes that the development of the region will only be guaranteed of the construction of basic infrastructures is to be complemented with a integrated programme enclosing the productive sectors.

A INSERÇÃO DA 2º GERAÇÃO DE EMIGRANTES NO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

Por: Jorge Carvalho Arroteia (*)

0			

Sumário

Nota introdutória

- 0 Apresentação do trabalho
- 1 Caracterização da população escolar
 - 1.1. Composição por sexo e idade
 - 1.2. Origem geográfica
 - 1.3. A situação escolar e familiar
- 2 Os filhos dos emigrantes face a uma escola (e sociedade) em mudança
 - 2.1. Balanço de uma experiência migratória
 - 2.2. O regresso: factores determinantes
 - 2.3. O conhecimento de Língua e Cultura Portuguesa
 - 2.4. Outros factores de (in)sucesso escolar
- 3 Perspectivas sobre a mobilidade social da "nova geração" de emigrantes
 - 3.1. Aspirações e projectos
 - 3.2. As oportunidades de emprego

Conclusão

Nota introdutória

Considerada, desde há vários séculos, como uma "constante" da sociedade portuguesa, a emigração tem sido objecto, sobretudo a partir dos anos cinquenta de um número significativo de estudos que se têm debruçado não só sobre os aspectos relacionados com a sua evolução e distribuição no território, mas ainda com os modos de vida, a integração e a aculturação das comunidades de portugueses residentes em países estrangeiros.

Só recentemente, porém, no decurso da década de setenta, se privilegiaram outros aspectos deste fenómeno, nomeadamente os que se referem ao regresso, às políticas de emigração e, sobretudo, aos problemas da segunda geração de emigrantes.

Tal facto deve-se, em nosso entender, às modificações operadas neste movimento, devido à intensificação do reagrupamento familiar e à suspensão da entrada de novos trabalhadores por parte dos tradicionais países importadores de mão de obra em virtude do aumento das taxas de desemprego registado a partir da segunda metade dessa década.

Embora continuando uma tendência mais antiga, do regresso ao país de origem, o movimento que desde então se intensificou não deixou de levantar novos problemas resultantes da presença de uma população jovem no seio das comunidades rurais afectadas por este movimento e da sua integração, por força da idade, no sistema de ensino português. Foram alguns destes aspectos que se pretenderam estudar através do lançamento de um questionário destinado a alunos, filhos de emigrantes, que frequentavam os estabelecimentos de Ensino Preparatório e Secundário em oito concelhos da diocese de Coimbra, onde se desenvolveu o projecto "Perspectivas actuais do fenómeno migratório - o regresso na diocese de Coimbra".

Ainda que com alguma demora, devido ao atraso no tratamento estatístico dos referidos inquéritos e às tarefas, inadiáveis, da nossa actividade profissional, que não permitiram a elaboração imediata deste relatório, estamos certos que as conclusões a que chegamos não alteram o seu significado e favorecerão as entidades responsáveis a delinear uma política de integração social destes jovens que contemple não só os

aspectos educacionais e culturais, mas também os de natureza ocupacional que favoreçam a sua admissão no mercado de trabalho. Tarefa que, em nosso entender, deverá ser apoiada por acções concretas a nível da Família, da Escola e da Comunidade onde estão inseridos.

Queremos expressar o nosso agradecimento não só aos responsáveis pelos organismos que patrocinaram este estudo: Secretariado Diocesano das Migrações / Cáritas de Coimbra; Comissão de Coordenação da Região Centro; Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, mas ainda aos membros do grupo de trabalho mais directamente envolvidos neste projecto: Prof. Doutora Maria Beatriz Rocha Trindade; Rev^a Dr. António Santos e Dr. Rui Jacinto.

0. Apresentação do trabalho

Como referimos o estudo que encetámos desenrolou-se na área da diocese de Coimbra e teve como objectivos avaliar não só as condições de fixação e o impacto sobre as sociedades rurais dos emigrantes regressados, mas ainda explorar algumas dessas facetas no domínio específico do ensino realçando, deste modo, que apesar da quebra da emigração portuguesa, este fenómeno continua a fazer sentir os seus efeitos principalmente sobre os emigrantes da "segunda geração" nascidos em Portugal ou já no estrangeiro e que actualmente aqui frequentam os estabelecimentos de ensino oficial.

Para grande parte desta população a condição de "filho de emigrante" tem agravado muitos dos seus problemas devido não só às diferenças entre o sistema de ensino português e o do país onde iniciaram os estudos, mas ainda às questões que se levantam em torno da identidade cultural, da natureza do "projecto de regresso" - (tantas vezes distinto dos seus familiares) e da separação familiar.

Daí que tenha sido nossa preocupação conhecer o aluno, a sua situação familiar e as vantagens e desvantagens que a emigração lhe trouxe.

A partir desta análise procurou-se avaliar a sua "situação como filho de emigrante" (em Portugal) tendo em conta: o tempo de permanência no estrangeiro; os estudos realizados; o conhecimento da Língua e da Cultura Portuguesa e o motivo do regresso a Portugal, já que a situação actual poderá ser resultante de um projecto de regresso familiar (dependência) e não à sua própria vontade (autonomia). Razões estas que poderão influir no rendimento escolar destes alunos (sucesso ou insucesso) em virtude não só da separação familiar (e dos conflitos que tal situação poderá acarretar); do confronto com um sistema escolar diferente daquele onde haviam iniciado os seus estudos; da adaptação destes alunos a um outro modo de vida, de carácter rural, em oposição à experiência urbana adquirida nos países de imigração; da falta de ocupação de tempos livres e de acompanhamento escolar; da observação de determinadas normas de conduta, algo diferentes da dos países de imigração e de uma certa "herança cultural"

que os aproxima, por um lado, dos países de imigração e por outro, das sociedades de origem dos seus familiares. Estes serão alguns dos aspectos que iremos aprofundar a partir do conhecimento das respostas ao nosso questionário.

1. Caracterização da população escolar

1.1. Composição por sexo e idade

Abarcando uma população com idade compreendida entre os 9 e 19 anos de idade, (Quadro I) da qual 117 eram do sexo masculino e 165 do sexo oposto, o presente estudo alargou-se aos estabelecimentos de Ensino Preparatório de Pombal (35 alunos); Guia (32); Alvaiázere (22); Mortágua (12); Ansião (34) e Soure (17) e do Ensino Secundário de Cantanhede (1); Mira (34); Pombal (62) e Soure (22 alunos), num total de 292 inquiridos dos quais, apenas dez, não responderam totalmente ao questionário que lhes foi entregue.

Quadro I Idade dos alunos

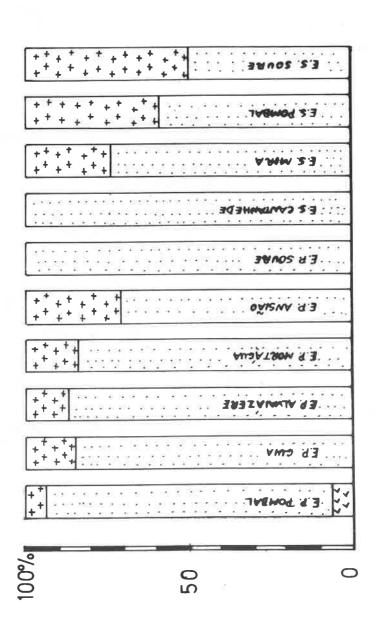
Idade	Total
< 10 anos	3
10-14 anos	219
15-19 anos	70
> 20 anos	0

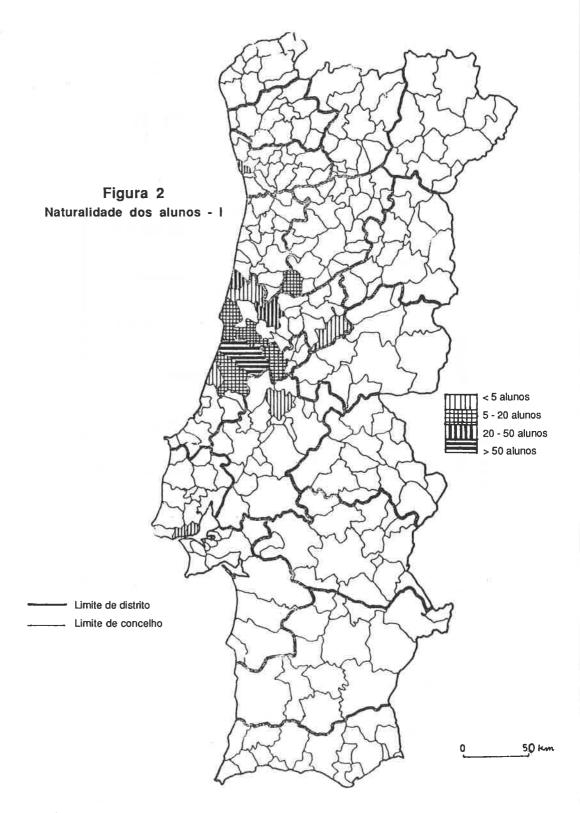
Uma vez que a maior parte desta população era do sexo feminino (56,5%) com idade compreendida entre os 10 e os 14 anos (75%), esta percentagem manteve-se praticamente em todos os estabelecimentos de ensino - Preparatório e Secundário - salvo nas Escolas Secundárias de Pombal e de Soure onde os alunos pertencentes àquele grupo etário representavam apenas cerca de metade dos inquiridos (Figura 1).

1.2. Origem geográfica

O Quadro II sintetiza a origem geográfica desta população escolar. Assim para o total dos 292 inquiridos, 56,5% haviam nascido em Portugal, sendo os concelhos mais representados os de Pombal (53 alunos), Coimbra (33 alunos) e Mira (21 alunos) (Figura 2). Dos alunos nascidos em países estrangeiros a maior percentagem havia regressado

Figura 1 População escolar por grupos etários





de França (55 alunos) e da R.F.A. (10), contando-se ainda vários indivíduos oriundos dos continentes Europeu, Americano e Africano (Figura 3).

Realçando nalguns casos uma certa mobilidade desta população, indica-se ainda a sua residência (Figura 4), com particular destaque para o concelho de Pombal, o que comprova tratar-se de uma das áreas do país afectado não só pelo fenómeno emigratório, mas que na actualidade constitui já um dos pólos de atracção para os habitantes de outros concelhos do continente.

Quadro II Inquiridos segundo o local de nascimento

Inquiridos	Total		
Portugal	165		
Estrangeiro	114		
Não respond.	13		

1.3. Situação escolar e familiar

O Quadro III resume a situação escolar desta população a qual, mais de metade, encontrava-se a frequentar o ensino secundário unificado.

Quadro III Inquiridos segundo o ano escolar que frequentam

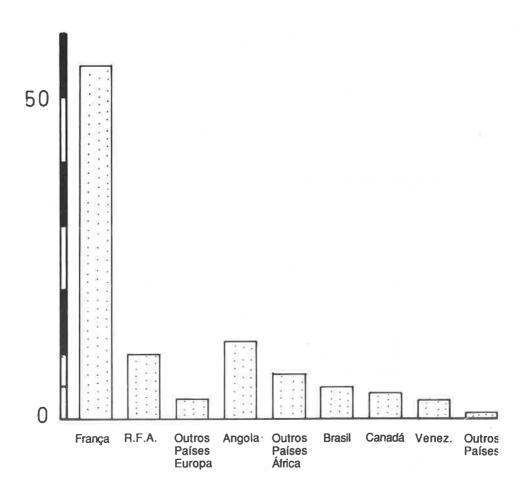
Inquiridos	Total
Ciclo Preparatório	116
7º, 8º e 9º ano	162
10º e 11º ano	6
Não respond.	8

Do mesmo modo, podemos verificar a situação familiar destes jovens (Quadro IV).

Quadro IV Situação dos familiares no estrangeiro

Inquiridos	Total
Só pai	99
Só mãe	1
Pai e mãe	41
Nem pai nem mãe	88
Não respond.	63

Figura 3
Naturalidade dos alunos - II



Convém no entanto destacar que o maior número das ausências dos familiares no estrangeiro, registava-se em França (em 66 casos, só o pai e em 21, o pai e a mãe) e na R.F.A. (12 e 10 casos, respectivamente) facto que está de acordo com a tendência geral da emigração nesta área (Figura 5).

Do mesmo modo o tempo de permanência destes no estrangeiro - em 67% dos casos, o pai encontrava-se fora do país há mais de 12 anos - reflecte a evolução deste movimento, com uma quebra acentuada depois de 1973. Situação idêntica é a que se verifica no caso de ambos os progenitores se encontrarem a residir no estrangeiro uma vez que, nestas circunstâncias, 35% apenas tiveram o ensejo de se ausentar do país daquela data (Figura 6).

2. Os filhos dos emigrantes face a uma escola (e Sociedade) em mudança

2.1. Balanço de uma experiência migratória

Para além de análise das características da população escolar, foi igualmente nosso interesse avaliar o modo como estes alunos encararam o fenómeno emigratório. Daí que a primeira questão tenha procurado conhecer os aspectos positivos e negativos desse movimento.

Foram as seguintes as respostas a esta pergunta: dos 292 alunos inquiridos, 72% afirmaram que a emigração se havia revestido dos seguintes aspectos positivos:

- vantajosa, por razões de natureza económica e social 210 casos
- vantajosa, por razões de ensino, razões culturais e facilidade de emprego 19 casos

Pelo contrário, este movimento foi considerado como desvantajoso para cerca de duas centenas de alunos dos quais, mais de metade referiram a separação familiar; 12 alunos invocaram razões de natureza económica e social (não especificadas); problemas de adaptação e saúde - 9 casos e perda de conhecimentos da língua portuguesa - 5 casos.

Não nos pareceram, no entanto, relevantes as ligações entre a avaliação deste fenómeno e a idade de saída e de regresso a Portugal, nem tão pouco com o tempo de permanência dos pais no estrangeiro. Contudo não deixamos de assinalar que mais de

Figura 4 Local de residência

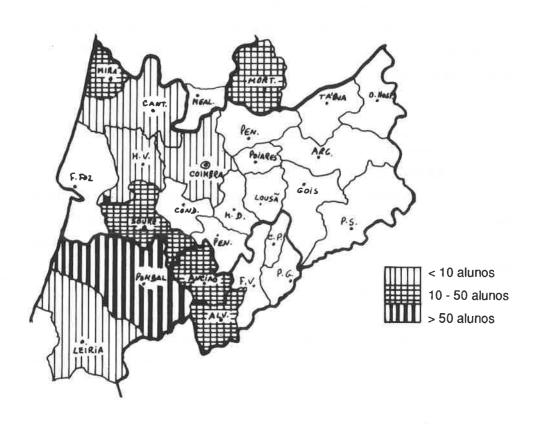
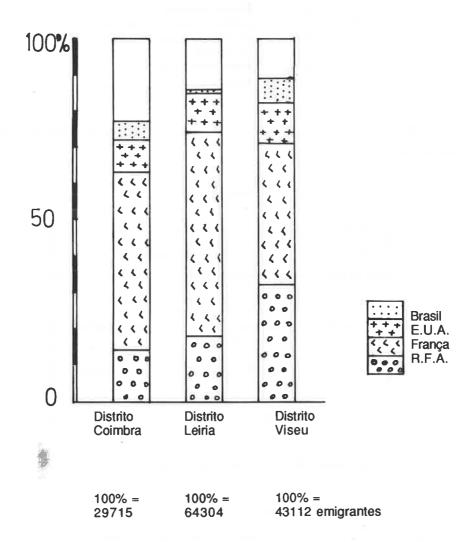


Figura 5
Preferências da emigração (1965-84)



3/4 dos inquiridos reconheceram que a emigração lhes havia trazido alguns benefícios (Quadro V).

Quadro V Aspectos positivos da emigração

Inquiridos	Razões invocadas		
%			
20,9	Não responderam		
52,3	Razões económico-sociais		
2,4	Const. de casa		
15,7	Melhoria das cond. de vida		
5,5	Conhecer novas culturas		
1,4	Emprego		
0,7	Melhor educação		
11,0	Outras		

Do mesmo modo se transcreve um resumo dos aspectos negativos deste movimento (Quadro VI).

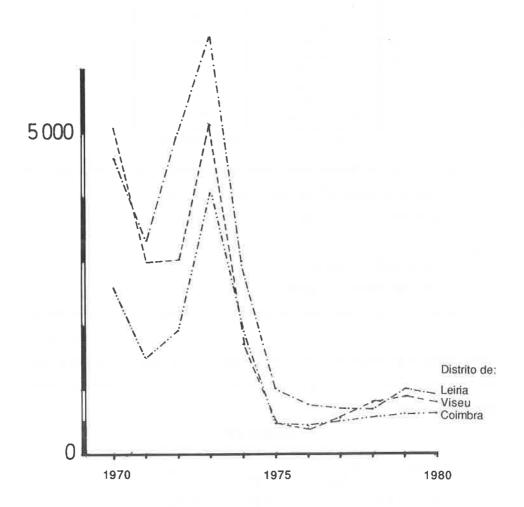
Quadro VIAspectos negativos da emigração

Inquiridos %	Razões invocadas
29,8	Não responderam
6,1	Nenhuma
16,1	Não acomp. a educação dos filhos
34,9	Afastamento da família ou separação familiar
6,1	Falta dos pais
2,1	Vida difícil
16,1	Falta de acompanhamento nos estudos
1,4	Problemas de saúde
1,4	Adaptação ao clima
1,0	Outras

2.2. O regresso: factores determinantes

A análise do Quadro VII sintetiza a informação obtida acerca da idade do regresso a Portugal, testemunhando a estreita ligação entre este movimento e o ciclo de estudos (Figura 7). Com efeito, cerca de 1/4 dos inquiridos regressaram a Portugal com idade

Figura 6 Evolução da emigração



compreendida entre os 5 e os 8 anos, isto é, em condições de serem admitidos no ensino primário, e 11% na idade de ingresso do Ciclo Preparatório.

Quadro VII Idade de regresso

Idade de regresso	Inquiridos
(anos)	%
< 1	1,4
1 - 2	3,7
3 - 4	6,1
5 - 6	13,0
7 - 8	12,7
9 - 10	7,2
11 - 12	11,3
13 - 14	6,5
> 15	2,4
Não responderam	15,4
Não emigrou	20,3

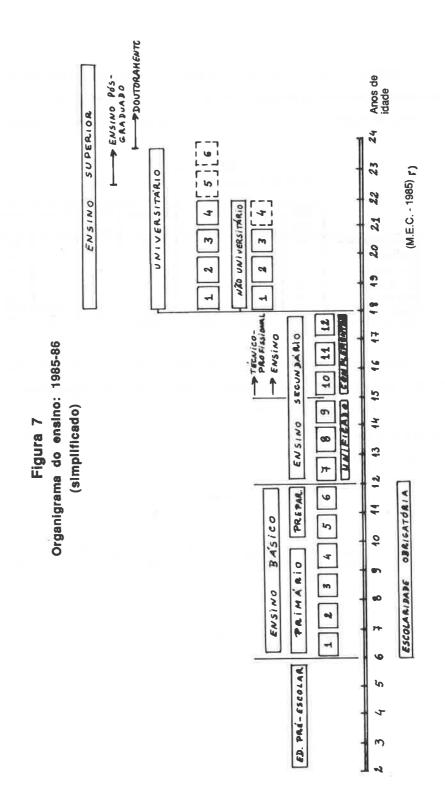
Quanto às causas determinantes do regresso a Portugal, indicam-se as seguintes:

- razões de natureza económica e familiar 72 alunos
- prosseguimento de estudos 73 alunos
- problemas de saúde 8 alunos
- outras razões 19 alunos
- não responderam 57 alunos

Se relacionarmos ainda a idade do regresso e as causas que o motivaram, acentuase o que já tivemos oportunidade de afirmar: o projecto individual destes alunos é condicionado pela duração do ciclo de escolaridade, uma vez que a maior percentagem dos inquiridos voltaram a Portugal no início do ciclo básico de estudos: primário e preparatório (Quadro VIII).

Quadro VIII Idade de regresso / motivos do regresso

Idade	Motivo	Total	
(anos)	Econ. e fam.	Estudos	
Até 4	20	3	33
5 - 8	20	39	75
9 - 10	8	10	21
11 - 12	17	13	33
Mais de 12	7	14	26
Não emigrou	926	₽	59
Não respondeu	(-)	*	45



Note-se que uma larga maioria destes alunos regressou a Portugal deixando ambos os progenitores no estrangeiro, ou apenas o pai, como podemos verificar através da análise do Quadro IX, que nos indica a situação familiar e os motivos do regresso.

Quadro IX
Motivos do regresso / pais no estrangeiro

	Não	Não	Razões	Estudos	Probl	Outras	Total
	resp.	emig.	econ./fam.		saúde		
Não respondeu	8	9	17	23	1	5	63
Só pai	27	37	15	17	1	2	99
Só mãe	0	0	1	0	0	0	1
Pai e mãe	3	5	9	19	2	3	41
Nenhum	19	6	30	20	4	9	88
Total	57	57	72	79	8	19	292

As respostas ao nosso inquérito permitem-nos ainda concluir que a separação familiar não foi, para mais de metade dos inquiridos, do seu inteiro agrado, sobretudo para os estudantes mais jovens (entre os dez e os 14 anos) que em grande maioria manifestaram o desejo de se reunirem aos familiares residentes no estrangeiro (Quadro X).

Quadro XReagrupamento familiar / idade

Grupo etário	Não	Reagrupame	Total	
(anos)	respondeu	Sim	Não	
< 10	1	2	0	3
10 - 14	86	118	15	219
15 - 19	30	29	11	70
> 20	0	0	0	0
Total	117	149	26	292

Do mesmo modo podemos ainda verificar, que em relação aos motivos do regresso, a maioria dos alunos preferia juntar-se aos seus familiares emigrantes no estrangeiro (Quadro XI). Esta uma das razões, mas não a única, responsável pelo rendimento escolar desta população.

Quadro XI
Reagrupamento familiar/ motivos do regresso

	110	To	Total	
Motivos	Não	Reagrupamento familiar		Total
	respondeu	Sim	Não	
Não respondeu	19	32	6	57
Não emigrou	10	43	4	57
Razões econ./familiares	14	23	5	72
Estudos	27	42	10	79
Problemas de saúde	2	6	0	8
Outras	15	3	1	19
Total	117	149	26	292

2.2. O conhecimento da Língua e da Cultura portuguesa

A manutenção dos laços culturais com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e, simultaneamente, a divulgação da Língua e da Cultura portuguesa nos países da imigração, constitui um dos objectivos dos C.L.C.P. que em regime integrado ou paralelo, são assegurados por professores destacados junto dessas comunidades emigrantes.

Note-se, no entanto, que por dificuldades orçamentais e, sobretudo, devido à dispersão da população de origem portuguesa, a carta escolar destes cursos não cobre todas as necessidades (Figura 8), a que se poderá juntar, em muitas circunstâncias, uma falta de informação sobre o funcionamento da "Escola Portuguesa" ou ainda um desinteresse pelos temas que aí são ministrados.

Daí resulta que muitos dos alunos regressados a Portugal não tenham tido qualquer contacto com esses cursos como sucedeu, aliás, com parte dos nossos inquiridos (Quadro XII).

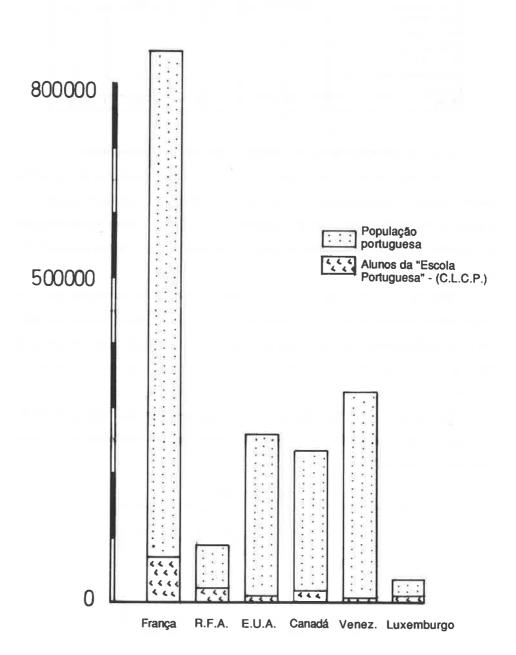
Quadro XII
Frequência de Aulas de Língua Portuguesa no Estrangeiro

Inquiridos	3
Não respondeu	120
Não	100
Sim	72
Total	292

Figura 8

Distribuição da população portuguesa - população escolar

(1984)



De realçar que dos cerca de centena e meia de alunos que responderam à pergunta: quantos anos frequentou a escola no estrangeiro?, cerca de 1/5 não havia frequentado qualquer nível de ensino, o que poderá atenuar os valores de absentismo acima referidos. De qualquer modo, o desinteresse pela frequência dos C.L.C.P. poderá ainda justificar-se pelo número reduzido de aulas (e porque não, pela deficiente preparação dos docentes ou pelo não cumprimento dos programas...) oferecidas a estes alunos: dos setenta alunos que responderam, especificando esta questão, dezassete tinham frequentado apenas uma aula de L.P. por semana; 25, duas aulas por semana e 29, três aulas de Língua Portuguesa por semana.

Podemos ainda conhecer as dificuldades sentidas por estes alunos no aperfeiçoamento da língua portuguesa: dos cento e vinte e oito estudantes que responderam a esta questão, vinte e nove alunos não haviam frequentado os C.L.C.P.; trinta e seis alunos referiram não ter qualquer dificuldade; meia centena de alunos referiram dificuldades na conversação e escrita e treze alunos apontaram dificuldades na conjugação verbal e gramatical.

O Quadro XIII resume esta situação, relacionando-a com o número de aulas de língua portuguesa, por semana, no estrangeiro.

Quadro XIII Dificuldades no aperfeiçoamento da Língua / nº de aulas de Língua Portuguesa no estrangeiro

	Não -	Não	Nenhuma	Def. conv./	Conj, verbal/	Total
	respond.	freq.		/escrita	/gramatical	
Não respondeu	129	2	0	0	0	131
Não tinha aulas	25	27	18	20	0	90
1 aula/semana	2	0	2	11	2	17
2 aulas/semana	3	0	7	9	6	25
3 aulas/semana	5	0	9	10	5	29
Total	164	29	36	50	13	292

2.3. Outros factores de (in)sucesso escolar

Do que ficou dito anteriormente, poderiamos ser levados a concluir que o sucesso escolar destes alunos depende, unicamente, dos conhecimentos da língua portuguesa. Mas, tão importante como os conhecimentos de língua e cultura que lhes permite

acompanhar sem grandes dificuldades, o rítmo dos trabalhos escolares, será o considerar o nível de satisfação e de integração destes jovens na comunidade escolar e na sociedade que os rodeia. Interessará ainda despistar certas perturbações, de natureza psicológica relacionadas, principalmente, com o afastamento da família e do grupo social onde viveram durante alguns anos.

Daí o procurarmos recordar as marcas culturais deste movimento: dos cem alunos que nos responderam, na sua quase globalidade afirmaram que a emigração se revestira globalmente de aspectos francamente positivos, não só porque aprenderam várias coisas sobre o país onde haviam residido (entre as quais a língua) mas ainda porque a vivência no estrangeiro lhes havia aberto novas perspectivas nos estudos ou de natureza profissional, apesar da débil "herança cultural" transmitida pela família (Figura 9), como se pode também comprovar pela análise da profissão dos pais destes alunos (Quadro XIV) e do seu confronto com a situação global da emigração portuguesa (Figura 10).

Quadro XIV Inquiridos segundo a profissão do pai

Sector de actividade	Número de inquiridos
Primário	34
Secundário	151
Terciário	64
Não especificado	11

Com efeito, dos alunos abrangidos por este questionário e com excepção de 32 que não responderam a esta questão, os restantes indicaram como profissão do pai: operário de construção civil - 85 alunos; operário da indústria (indiferenciado) - 59; agricultor - 20; comerciante - 19; motorista - 14 e funcionário público - 10 alunos.

Em relação à profissão da mãe, para além dos 36 alunos que não responderam, 74% dos restantes indicaram como ocupação principal a de doméstica (189); operária de indústria (20 casos) e empregada doméstica (16 casos).

Já nos referimos, igualmente, às dificuldades escolares provocadas pela ausência dos familiares, situação que, no caso presente, aumenta com o tempo de permanência dos pais no estrangeiro, agravando significativamente os problemas familiares (Quadro XV).

Figura 9

Composição da emigração portuguesa - I

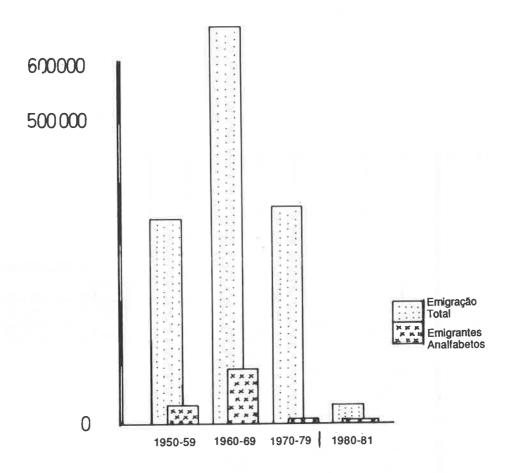
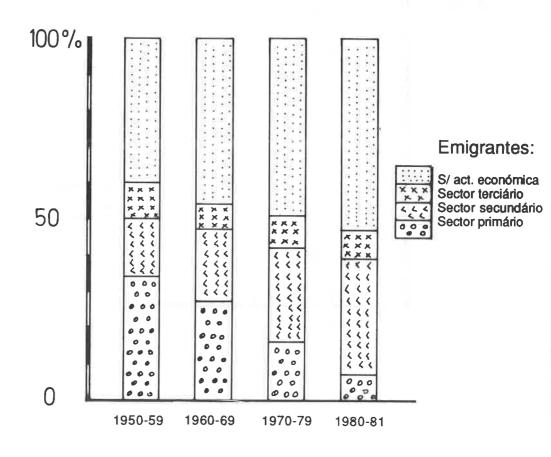


Figura 10
Composição da emigração portuguesa - II



Quadro XV
Problemas causados pela emigração / anos de permanência dos pais no estrangeiro

Tempo de	Não	Nenhum	Problemas	Probl. nos estudos	Total
permanência	respond.	problema	familiares	e educação	
< 5 anos	5	3	7	2	17
5 - 10 anos	14	4	17	2	37
11 - 16 anos	20	13	46	8	87
17 - 20 anos	12	5	21	1	39
> 20 anos	4	2	3	0	9
Não respondeu	76	6	19	2	103

Como se pode verificar, o afastamento familiar afecta de modo que nos parece bastante claro o rendimento escolar desta população a qual, no seu conjunto, manifestava o desejo de os acompanhar (Quadro XVI).

Quadro XVI
Problemas na ausência dos pais / desejo de reagrupamento familiar

Respostas	Não	Nenhum	Problemas	Probl. nos estudos	Total
	respond.	problema	familiares	e educação	
Não respondeu	101	2	14	0	117
Sim	28	24	84	13	149
Não	2	7	15	15	26
Total	131	33	113	15	292

Do mesmo modo, parte desta população que manifestou o desejo de se juntar aos restantes elementos da constelação familiar referia ainda dificuldades consideráveis no aperfeiçoamento de língua portuguesa (Quadro XVII), circunstâncias que devidamente associadas, poderão justificar ainda melhor as dificuldades desta população e afectar o desenvolvimento dos seus projectos futuros.

Quadro XVII

Dificuldades no aperfeiçoamento da Língua Portuguesa / desejo
de reagrupamento familiar

Respostas	Não respondeu	Sim	Não	Total
Não respondeu	59	94	11	164
Não frequentou	13	15	1	29
Sem dificuldade	13	17	6	36
Conversação/escrita	24	19	7	50
Conj. verbal/gramatical	8	4	11	13
Total	117	149	26	292

Perspectivas sobre a mobilidade social da "nova geração" de emigrantes

3.1. Aspirações e projectos

Como verificámos uma das contrariedades referidas pela população inquirida foi a separação familiar (Figura 11) responsável, em muitos casos, pelo aproveitamento escolar destes alunos.

Daí que, para muitos deles, o primeiro projecto que gostariam de ver concretizado seria o do "reagrupamento familiar", ou o eventual regresso aos países de imigração, principalmente dos que tiveram oportunidade de frequentar a Escola nesses países, como, aliás, o indicaram cerca de meia centena de alunos nessas condições (Quadro XVIII).

Quadro XVIII

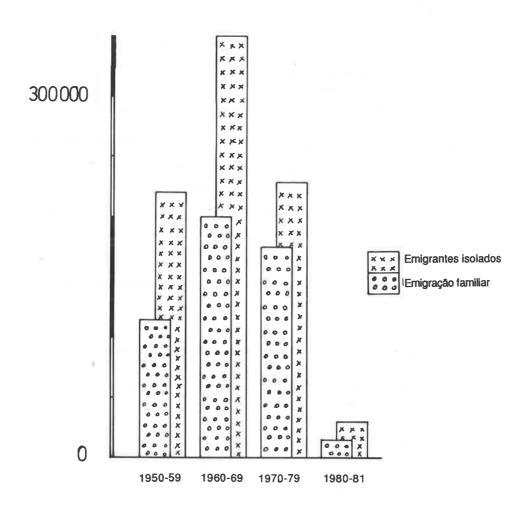
Reagrupamento familiar / Frequência da Escola no estrangeiro

Respostas	Não	Reagrupam	Reagrupamento familiar	
	respondeu	Sim	Não	
Não respondeu	47	85	11	143
Não frequentou	6	17	6	29
1 - 2 anos	15	14	0	29
3 - 4 anos	16	14	2	32
5 - 6 anos	20	10	3	33
> 7 anos	13	9	4	26
Total	117	149	26	292

Note-se que entre esta população cerca de 1/4 não havia residido no estrangeiro, tendo os restantes regressado de países bastante diversificados: de França - 110; da R.F.A. - 35; de outros países da Europa - 10; do Canadá - 6; da Venezuela - 6; do Brasil - 4; dos E.U.A. - 1 e dos países africanos de expressão portuguesa - 22. População que na situação actual, confrontada com uma outra realidade social e cultural, e embora frequentando o mesmo tipo de estabelecimentos de ensino ou níveis diferentes, apenas 1/4 se sentia favorecida por ser filha de emigrantes; menos de 10% considerava-se prejudicada e cerca de metade não encontrou qualquer vantagem ou inconveniente nessa situação.

Um aprofundamento desta questão mostra que os conhecimentos adquiridos após a permanência no estrangeiro se terá revelado positiva, para menos de meia

Figura 11
Emigração familiar e emigrantes isolados



centena de alunos e negativa para dezena e meia de indivíduos, sendo igualmente revelados outros aspectos, de natureza económica e familiar, num número reduzido de casos (Quadro XIX).

Quadro XIX
Vantagens / inconvenientes de ser filho de emigrante

Respostas	Total
Não responderam	164
Nem vantagens nem inconvenientes	61
Vantagens:	
nat. econ.	7
meio / língua	41
Desvantagens:	
Razões familiares	3
ens. / língua	15
nat. económica	11

Apesar do número ainda significativo de alunos que nos disseram sentirem-se prejudicados por serem filhos de emigrantes, mais de uma centena de respostas (117 casos) reconheceram que a emigração havia contribuído para melhorar a sua situação. Contudo, cento e setenta alunos deixaram de responder a esta questão, impedindo assim uma análise mais atenta e cuidada referente não só à avaliação deste fenómeno, mas ainda das suas repercussões na satisfação dos projectos e aspirações destes jovens, principalmente para os que, tendo já residido no estrangeiro, gostariam de aí regressar (Quadro XX).

Quadro XX Inquiridos, segundo o desejo de regressar para o estrangeiro

Respostas	Inquiridos	
Razões familiares / amizade	S	42
Razões de trabalho	1 1	33
Razões de ensino M		54
Outras razões		25
Não gostaria (s/ esp.)	N	13
Razões familiares Ã		31
Razões ensino O		1
Não responderam		93

3.2. As oportunidades de emprego

As dificuldades, já notadas, de integração destes alunos no sistema educativo e na sociedade portuguesa, poderão vir a contrariar não só os projectos e aspirações desta

população, mas ainda as suas perspectivas de emprego, que pensamos não serem muito evidentes nestas áreas marcadas pela grande intensidade do fluxo emigratório, cujas raízes emergem numa situação de subdesenvolvimento económico, de fraco nível e das deficientes condições de emprego, que caracterizavam a maior parte das regiões do país no início das décadas de cinquenta e sessenta, o que apesar dos esforços desenvolvidos, continua a persistir nalguns concelhos. Esta situação, em parte poderá ser confirmada se atendermos à natureza das causas que levaram os familiares destes alunos a emigrar (Quadro XXI).

Quadro XXI
Inquiridos segundo as causas que levaram os familiares a emigrar

Causas	Inquiridos
Não responderam	19
Nat. económica (globais)	218
Procurar melhorar condições de vida	34
Desemprego	8
Juntar-se a familiares	5
Outras	8

Muito embora, na sua globalidade, este movimento se tenha traduzido por um envio considerável de remessas, estas não bastarão para dinamizar as actividades produtivas destas áreas e assim criarem o número de postos de trabalho suficientes para impedir o prosseguimento deste fenómeno ou uma alteração significativa da estrutura profissional da população residente, como se pode verificar através do Quadro XXII que resume a estrutura demográfica, por actividades, nos concelhos onde foram realizados os inquéritos.

Quadro XXII
Estrutura, por actividades, da população residente (1981)

	População	Sector	Sector	Sector
CONCELHO	activa	Primário	Secundário	Terciário
	(total)	%	%	%
Alvaiázere	4344	53,7	28,2	18,1
Ansião	5084	35,6	39,7	24,7
Pombal	21128	48,2	32,7	19,1
Cantanhede	17888	54,0	27,0	19,0
Mira	6267	56,7	23,2	20,1
Soure	7504	35,3	26,4	38,3
Mortágua	4695	45,9	34,7	19,4

A dificuldade na obtenção de indicadores económicos que nos permitam conhecer as perspectivas de desenvolvimento destes concelhos nos próximos anos, resultantes da acção dos investimentos locais ou da própria emigração, impedem-nos de avaliar, com certo detalhe, as possibilidades de emprego destes jovens habitantes.

Cremos, no entanto, que tal situação não lhes será francamente favorável dado que, para além do melhor conhecimento de línguas que os poderia beneficiar perante os outros colegas, os indicadores de insucesso escolar confirmam, pelo contrário, um certo desajustamento desta população face à realidade social e escolar portuguesas. Donde podemos ser levados a concluir que a situação de filho de emigrante constitui em Portugal, não um factor de promoção e de mobilidade social, mas um importante óbice a que essa ascenção se verifique, a menos que sejam tomadas medidas mais eficazes, que permitam inverter a situação presente. Medidas estas que poderão passar por um melhor conhecimento desta população e por uma orientação escolar e profissional que lhes permita uma melhor integração na sociedade portuguesa e, por que não, o desenvolvimento de acções de esclarecimento junto das comunidades emigrantes sensibilizando-os para a necessidade de conciliarem os interesses dos emigrantes mais idosos com os desta população jovem para quem, o regresso a Portugal, constitui um autêntico "degredo" e um factor bastante negativo no seu equilibrado desenvolvimento.

Conclusão

Revestindo-se, na actualidade, de aspectos bem diferenciados dos que acompanharam o eclodir do "Boom" emigratório dos anos sessenta, o fenómeno emigratório português não se pode considerar extinto por completo. Disso nos dão prova os inúmeros testemunhos que a organização de paisagem e o sistema económico nos recordam quotidianamente. Da sua persistência nos recorda também o movimento demográfico, com fortes incidências de regressos que animam algumas das áreas do território, mais comprometidas com este acontecimento.

Ainda que considerando apenas uma das facetas da emigração portuguesa - a situação dos emigrantes de segunda geração - a análise que pretendemos realizar, a partir

dos resultados de um inquérito dirigido a esta população, é reveladora das marcas profundas deste movimento numa parcela significativa de individuos, directa ou indirectamente afectados pela emigração.

As respostas a algumas das questões que julgámos pertinentes e necessárias para o seu melhor conhecimento foram dadas através da interpretação dos quadros e figuras que sintetizam as várias perguntas que formulámos.

Muitas outras, porém, ficaram por responder o que não invalida, no seu conjunto, uma leitura menos atraente e carregada de inúmeras interrogações sobre o futuro da população inquirida, população esta que espera não só dos seus familiares, mas da Escola e da Sociedade que os acolhe, uma resposta eficaz para os seus problemas de integração cultural e social após o regresso, tantas vezes forçado, à terra dos seus progenitores.

Embora de forma incipiente, as respostas que apresentámos tornar-se-ão necessárias se se quizer reconhecer que a emigração, mais do que uma constante reveste, no seu dia a dia, nuances bem diversificadas que levam a considerar este fenómeno como um símbolo de mutação das sociedades rurais e urbano-industriais do velho Continente. Facto que podemos comprovar através dos resultados, bem diversificados, dos diferentes questionários elaborados, em conjunto, com os deste trabalho.

Índice das Figuras

- 1. População escolar por grupos etários
- 2. Naturalidade dos alunos I (concelho de origem)
- 3. Naturalidade dos alunos II (país de origem)
- 4. Local de residência
- 5. Preferências da emigração na Região Centro
- 6. Evolução da emigração
- 7. Organigrama do ensino (resumo)
- 8. Distribuição da população portuguesa / população escolar
- 9. Composição da emigração portuguesa I (grau de instrução)
- 10. Composição da emigração portuguesa II (actividades)
- 11. Emigração familiar e emigrantes isolados

Índice dos Quadros

- Idade dos alunes
- Inquiridos segundo o local de nascimento
- I Inquiridos segundo o ano escolar que frequentam
- IV Situação dos familiares no estrangeiro
- V Aspectos positivos da emigração
- VI Aspectos negativos da emigração
- VII Idade de regresso
- VIII Idade de regresso / motivos do regresso
 - K Motivos do regresso / pais no estrangeiro
 - X Reagrupamento familiar / idade
- XI Reagrupamento familiar / motivos do regresso
- XI Frequência de aulas de Língua Portuguesa no estrangeiro
- Dificuldades no aperfeiçoamento da língua / número de aulas de Língua
 Portuguesa no estrangeiro
- XIV Inquiridos segundo a profissão do pai
- Problemas causados pela emigração / anos de permanência dos pais no estrangeiro
- XVI Problemas na ausência dos pais / desejo de reagrupamento familiar
- XVII Dificuldades no aperfeiçoamento da Língua Portuguesa / desejo de reagrupamento familiar
- XVIII Reagrupamento familiar / frequência da Escola no estrangeiro
- XIX Vantagens / inconvenientes de ser filho de emigrante
- XX Inquiridos segundo as causas que levaram os familiares a emigrar
- XXII Estrutura, por actividades, da população residente (1981)

Bibliografia

- **Aguiar**, Manuela 1986 Emigration: declarations politiques. Lisboa; Sec. de Estado das Comunidades Portuguesas / Centro de Estudos
- Arroteia, Jorge Carvalho 1983 "Subsídios para o estudo da população escolar portuguesa em França" in: Revista da Universidade de Aveiro Série: Ciências da Educação; 4; 1 e 2; pp. 109-132.
- Arroteia, Jorge Carvalho 1983 A emigração portuguesa: suas origens e distribuição. Lisboa: I.C.L.P. (Bib. Breve; nº 79).
- Arroteia, Jorge Carvalho 1985 Atlas da Emigração Portuguesa. Porto; Secretaria de Estado da Emigração / Centro de Estudos.
- Arroteia, Jorge Carvalho 1985 "O ensino e a emigração" in: O futuro da educação nas novas condições sociais. económicas e tecnológicas; Aveiro; Universidade de Aveiro; pp. 341-375.
- **Billiez**, Jacqueline 1985 "La langue comme marqueur d'identité" in: "Revue Europeenne des Migrations Internationales" 1; 2; pp. 41-54.
- Charbit, Y. e Bertrand, C. 1985 "Les enfants de migrants restés ou revenues dans les pays d'origine du Bassin Méditerranéen" in: <u>Revue Europeenne des Migrations Internationales</u>; 1; 1: pp. 81-102.
- Conseil de l'Europe 1978 "Rapport sur les migrants de la deuxième géneration" Strasbourg; Conseil de l'Europe.
- Conseil de l'Europe 1981 "L'education des enfants de travailleurs migrants en Europe: l'interculturalisme et la formation des enseignants". Strasbourg; Conseil de la Cooperation Culturelle.
- Costa-Lascoux, J. 1986 "Les politiques d'admission des etrangers dans plusieurs Etats européens" in: <u>Revue Europeenne des Migrations Internationales</u>; 2; 1; pp. 179-204.
- Costa, M.F. e Porto, M.C. Lopes 1984 "A emigração e o desenvolvimento da região centro" in: Emigração e retorno na região centro; Coimbra; CCRC; pp. 45-59.
- **Lebon**, A. 1985 "Les politiques à l'égard des jeunes issus de la migration en Europe" in: Revue Europeenne des Migrations Internationales; 1; 2; pp. 41-54.
- Martinho, Alberto 1985 "Os filhos dos emigrantes (16-21 anos) oriundos do distrito da Guarda em França; nem a integração nem o retorno. Estudo comparado de duas amostras" in: <u>Emigração e retorno na região centro</u>; Coimbra; CCRC; pp. 117-121.

- Minga, Teófilo A.R. 1985 La famille dans l'imigration: étude de la problematique dans le domaine de l'imigration portugaise em Suisse. Lisboa; Secretaria de Estado da Emigração / Centro de Estudos.
- Neto, Félix 1985 Jovens portugueses em França: aspectos da sua adaptação psicosocial. Porto; Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas / Centro de Estudos.
- OCDE 1983 Les enfants de migrants et l'emploi. Paris; OCDE.
- Rocha Trindade, Maria Beatriz 1973 Immigrés portugais. Lisboa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Rocha Trindade, Maria Beatriz 1976 "Comunidades migrantes em situação dipolar" in: Análise social; 48 (2); XVII; pp. 983-997.
- **Rocha Trindade**, Maria Beatriz 1977 "Structure social et familiale d'origine dans l'emigration au Portugal" in: <u>Ethnologie Française</u>; VII; 3; pp. 277-284.
- Rocha Trindade, Maria Beatriz 1981 "Emigração portuguesa: as políticas de trajecto de ida e de ciclo fechado" in: <u>Estudos sobre a emigração portuguesa</u> (Cadernos de Revista de História Económica Social; 1-2); pp. 71-90.
- Rocha Trindade, Maria Beatriz 1982 "Sensibilização comunitária numa óptica de interculturalismo em meio de forte emigração" in: Nação e Defesa; 26; pp. 73-90.
- Rocha Trindade, Maria Beatriz 1984 "O diálogo instituido" in: Nova Renascença; Jun/Set; pp. 229-245.
- Rocha Trindade, M.B. e Arroteia, Jorge 1984 Bibliografia da emigração portuguesa. Lisboa; Instituto Português de Ensino à Distância.
- Silva, Manuela e al. 1984 Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal. Lisboa I.E.D. (caderno, 8).
- **Zeroulu**, Zaihia 1985 "Mobilisation familiale et réussite scolaire" in: Revue Europeenne des Migrations Internationales; 1; 2: pp. 107-117.

Boletim Anual (1980/81) - Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas.

XII Recenseamento geral da população (1981) - Instituto Nacional de Estatística.

5i

Resumo

O artigo aborda a problemática da inserção da 2ª geração de emigrantes no sistema educativo português, com base nos resultados de um questionário lançado a filhos de emigrantes na diocese de Coimbra.

É dado relevo ao imperativo de integração cultural e social desta geração na Escola e na Sociedade portuguesas, considerada a emigração com um símbolo das mutações em curso no quadro europeu.

Abstract

The article broaches the problematic of the 2nd generation of emigrants insertion in the Portuguese education system, based on the results of an inquiry made to emigrants' children in the region of Coimbra.

It stresses the fact of cultural and social integration of this generation in the Portuguese society and schools, the emigration being considered as a mutation symbol in course in the European scene.

CAUSAS DE MORTE NA REGIÃO CENTRO(*)

Por: Ana Pires (**) Rui Jacinto(***)

Comunicação apresentada no V Colóquio Ibérico de Geografia, León, 21 a 25 de Novembro de 1989

^(**) Comissão de Coordenação da Região Centro (***) Idem

Esta comunicação tem como preocupação central analisar a evolução recente das causas de morte na Região Centro e, simultaneamente, interpretar a sua distribuição espacial à luz da diferente modulação do espaço regional em termos do seu desenvolvimento sócio-económico.

Sendo a morte um facto incontornável que atinge todos os seres vivos, é também certo que nascemos diferentes, vivemos e morremos de forma também diferente. Condicionalismos decorrentes de factores de ordem económica, social e cultural tazem com que homens e mulheres protagonizem quotidianamente práticas e actividades em contextos geradores de situações que proporcionam diferentes quadros para o aparecimento da doença e da morte.

A incidência das causas de morte será, pois, desigual consoante o estrato social, as idades e o sexo – à partida a esperança de vida das mulheres é superior à dos homens – tendo, por isso, uma tradução geográfica igualmente diferenciadora. As condições sanitárias são outro factor de que dependem, em boa medida, as condições observáveis num dado momento e num certo território, porventura mais determinantes do que o próprio passado dos indivíduos. A análise das variáveis da taxa de mortalidade e das causas de morte pode também, de algum modo, traduzir o estado da saúde pública e o nível de desenvolvimento das populações que habitam num determinado espaço.

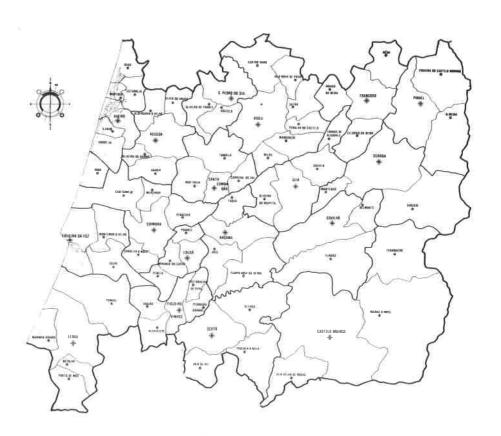
Conscientes das limitações e imperfeição relativa da informação estatística disponível em que o trabalho se fundamenta⁽¹⁾, a par da dificuldade de acesso expedito a elementos que permitissem a normalização das taxas brutas das causas de morte, os seus valores não se apresentam diferenciados consoante o sexo nem normalizados, única forma de os tornar independentes, por exemplo, do efeito da estrutura etária da população. Pareceu-nos, contudo, que valeria a pena apresentar esta breve nota, remetendo para uma fase posterior os desdobramentos necessários ao estudo

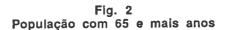
⁽¹⁾ Os elementos relativos aos óbitos e causas de morte foram colhidos nas Estatísticas da Saúde, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, correspondendo na sua quase totalidade (mais de 99%) a mortes certificadas clinicamente, reportando-se sempre a valores totais que incluem homens e mulheres.

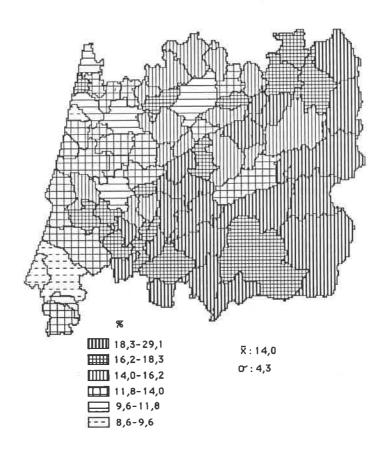
separado do universo dos Homens e das Mulheres e a uma análise mais afinada que inclua a standartização das taxas de mortalidade.

Este aspecto é relativamente importante para a presente estudo na medida em que os setenta e sete concelhos que compõem a Região (Fig. 1) apresentam índices de envelhecimento bastante contrastados, influenciando os valores que certas causas de morte atingem em determinadas áreas; enquanto em concelhos do litoral, particularmente os urbanos, a percentagem de população com 65 e mais anos não ultrapassa os 12%, em concelhos interiores, sobretudo os raianos chega a atingir os 29% (Fig.2).

Fig. 1 Concelhos da Região Centro





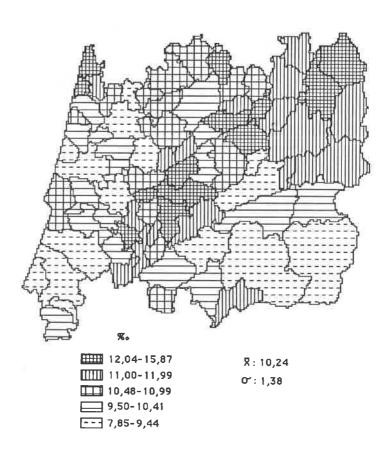


A distribuição das taxas brutas de mortalidade⁽²⁾ respeitantes aos períodos de 1960-70 e 1970-81 (Fig.3 e 4), evidencia também o contraste existente entre os concelhos do litoral e do interior, tendência que sendo observável nos anos 60 se acentua durante a década seguinte. Este agravamento que se relaciona, em grande medida, com as modificações verificadas na estrutura etária, foi motivado, em boa parte, pelos movimentos migratórios que, com destinos diferentes afectaram em

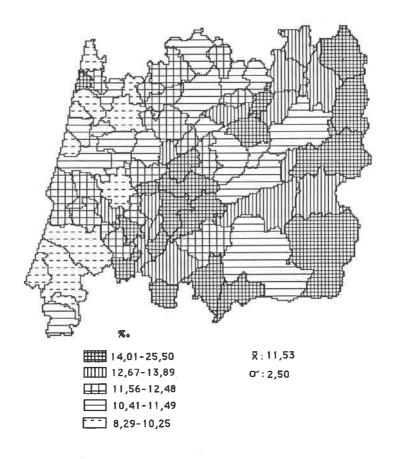
⁽²⁾ Número médio óbitos 1960-70/População média 1960 -70 * 1000 habitantes. Para um numero de óbitos constante, as variações do denominador traduzem-se em taxas diferentes.

momentos distintos as diversas sub-regiões. De um modo muito genérico, pode assim afirmar-se que o êxodo verificado, atingiu de modo desigual o território da Região incidindo, numa primeira fase, nos concelhos do Pinhal Interior e do litoral norte, e estendendo-se posteriormente a quase toda a região, com particular incidência nos concelhos do interior, periféricos e serranos marginais ao processo de desenvolvimento.

Fig. 3
Taxa média de mortalidade (1960-1970)







Acentuando o envelhecimento das populações, as migrações repercutiram-se no ritmo da mortalidade cuja taxa aumentou: nas últimas décadas o valor médio da taxa de mortalidade na Região Centro passa de 10,24 por mil habitantes nos anos 60, para 11,53 nos anos 70. Este agravamento é superior àquele que se verifica para o Continente (10,05 e 10,36, respectivamente) facto que se poderá relacionar também com o maior índice de envelhecimento da Região que, em 1981, apresentava uma percentagem de idosos (com 65 e mais anos) de 14% enquanto esse valor no Continente não ultrapassava os 11,5%.

Razões de ordem quantitativa e qualitativa estiveram na base dos critérios seguidos para escolher as causas de morte que explicam os óbitos verificados na

Região. Por um lado importava destacar as causas de morte que são responsáveis pelo maior número de óbitos; por outro, privilegiar aquelas a que se pode atribuir certa importância de natureza civilizacional que, embora com menor expressão, são reveladoras de situações sociais que, no limite, são inaceitáveis⁽³⁾.

No primeiro caso temos as doenças cardio e cérebro vasculares e os tumores malignos, a quem se podem imputar, no conjunto, cerca de 60% do total das mortes da Região. No segundo caso temos os acidentes e quedas, que se podem associar a um certo desenvolvimento, as doenças crónicas de fígado e cirrose muito relacionadas com o alcoolismo e os suicídios e homicídios traduzindo uma sociedade violenta e pouco solidária. A escolha das doenças transmissíveis reside no facto de constituirem um bom indicador dos níveis de cobertura e informação sanitários (e o mesmo se poderia afirmar da mortalidade infantil) uma vez que, quase sem excepção, poderão ser facilmente evitáveis quer por recurso a vacinas, quer tomando as precauções necessárias relativas aos agentes transmissores.

Embora o número de óbitos sem certificação médica seja bastante reduzido (inferior a 1%), o número de mortes em que a causa é remetida para o grupo dos sintomas, sinais e afecções mal definidos⁽⁴⁾ é suficientemente importante para, por si só, poder influenciar a interpretação de alguns resultados. Repare-se que a percentagem de casos em que a causa de morte era, pode dizer-se, desconhecida embora apresente valores genéricamente decrescentes no período em que incide a análise (1980-1987) atingia ainda em 1987 para a Região o valor de 13,36%, quando em França no período 1980-1982, era de 7% (Noin,1986). Deve ainda salientar-se que esta causa apresenta valores muito variáveis atingindo no concelho da Guarda, que é sede de distrito, o valor de médio de 41,8% (!).

A importância das diferentes causas de morte no conjunto dos óbitos não é substancialmente diferente quando comparamos a Região com o perfil nacional (Qd.1); os casos onde os valores se apresentam mais divergentes são nos óbitos por causa

⁽³⁾ Este domínio por si só podía ser objecto de pesquisa se existisse informação adequada sobre a morbilidade relacionada com o consumo de droga, tabaco, alcool ou perturbações de comportamento muito relacionadas com o meio ambiente ("stress", depressões, neuroses, etc).

⁽⁴⁾ Causa E46 da Classificação Internacional de Doenças e Causas de Morte da O.M.S., 9ª revisão de 1975.

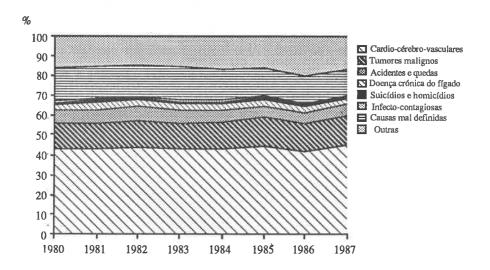
desconhecida, em que o valor médio para o período de 1980 a 1987 a que se refere a análise foi a nível nacional de 12,1% e o da Região Centro de 15,6% e os tumores malignos com 13,6% e 16,1% para a Região e o País, respectivamente.

Estas causas, bem como a das mortes violentas, são aquelas onde os valores do País são superiores aos da Região. A leitura do quadro permite ainda destacar que na Região o problema do alcoolismo asssume uma importância maior do que para o conjunto do país, o mesmo acontecendo para os acidentes e quedas e as doenças infecto-contagiosas.

A evolução na Região Centro da importância relativa das diferentes causas de morte no total dos óbitos (Fig.5), permite destacar como factos mais salientes a importância sempre crescente das doenças vasculares e dos tumores malignos, enquanto as mortes ocasionadas por doenças infecto-contagiosas, por acidentes e por causas não determinadas regista uma variação com sentido inverso. Considerando separadamente o litoral e o interior ressaltam algumas diferenças de que salientaremos os óbitos imputáveis a acidentes e quedas (7,5% na subregião litoral, quando na subregião interior esse valor é de 5,2%)(5). De facto o sempre referido problema dos falecimentos afectos a sintomas e sinais mal definidos impede-nos de realçar demasiadamente o facto das doenças cardio e cérebro vasculares explicarem 44,5% dos óbitos no litoral e 42,4% no interior, ou os tumores malignos 14,5% e 12,9% no litoral e interior, respectivamente.

⁽⁵⁾ Considerou-se litoral o conjunto de 25 concelhos pertencentes aos agrupamentos de Aveiro, Águeda, Coimbra, Figueira da Foz e Leiria, onde residiam em 1981, 882410 pessoas e interior os restantes 52 concelhos com 868475 habitantes, representando o litoral 50,4% do número de habitantes e 23,8% da superfície da Região Centro.

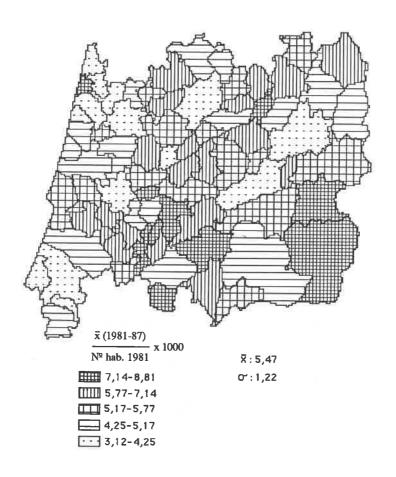
Fig. 5
Evolução das causas de morte na Região (1980-1987)



As doenças do aparelho circulatório são responsáveis por cerca de 8500 óbitos anuais, o que corresponde a 43,3% do total de mortes verificadas na Região. Sob aquela designação encontram-se algumas das causas de morte de efeitos mais desvastadores como as febres e doenças reumáticas, doenças hipertensivas, doenças isquémicas do coração (entre as quais o enfarte agudo do miocárdio), embolia pulmonar e arritmias cardíacas, doenças cérebro-vasculares (de que se destacam os acidentes vasculares cerebrais) e a aterosclerose. Esta enumeração sumária tem como objectivo tornar evidente a variedade de situações clínicas abrangidas e a complexidade dos factores intervenientes. Assim se explicará a dificuldade de encontrar um padrão de distribuição mais definido.

Como se pode observar na Figura 6, é nas zonas rurais (do litoral, mas sobretudo do interior) que esta causa apresenta maior incidência, o que também se pode confirmar pela leitura do Quadro 2.





Esta maior ocorrência nas áreas rurais, nomeadamente naquelas em que a acessibilidade apresenta maiores problemas, tem levado alguns autores, confrontados com o mesmo tipo de resultados (Noin, ob. cit.) a relacionarem este facto não só com o papel desempenhado pela alimentação, que nestas zonas é tracionalmente mais rica, com mais gorduras (enchidos, etc.) na etiologia das afecções cardíacas e cérebrovasculares, mas também pelo maior consumo de alcool, que agiria como agente debilitante. Por outro lado pensa-se que nos grandes centros, as taxas mais baixas estarão ligadas a uma rapidez e qualidade da resposta médica, de todo impossível naquelas áreas.

O número médio anual de óbitos por tumores malignos na Região foi cerca de 2600 no período 1980-1987. Contudo desde 1984 que esse valor ultrapassava sempre os 2800 sendo de 2911 em 1987, o que significa que a segunda grande causa de morte na Região, responsável em 1980 por 12,6% dos óbitos tem vindo a aumentar progressivamente de importância correspondendo-lhe em 1987, 15,4% do total de mortes.

É ainda no interior que se notam os índices mais elevados (Fig.7); o conhecimento que já se tem sobre alguns factores cancerígenos leva a pensar na hipótese de que hábitos muito característicos e arreigados em certas sub-regiões (alimentares e outros) possam em parte andar associados e explicar esta ocorrência.

Fig. 7 Tumores malignos

Ao contrário do que muitas vezes se afirma, as mortes por acidentes e quedas têm vindo a registrar um ligeiro decréscimo que se nota tanto ao nível nacional como regional, apesar de significarem ainda 6,2% do total de óbitos da Região; convém referir que, ao contrário do que se poderá dizer para a generalidade das outras situações, se trata de mortes perfeitamente evitáveis.

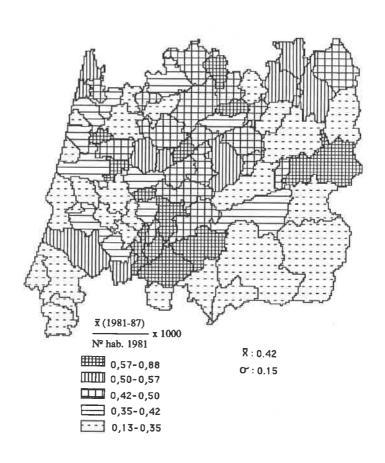
Não é de surpreender que seja no litoral que a sua ocorrência seja maior: mais tráfego e mais acidentes de trabalho explicarão essa intensidade (Fig.8). Contudo em áreas rurais do interior, também se nota uma certa presença que julgamos estar relacionada com acidentes de trabalho (em tractores e já não em fábricas ou na construção civil) ou de trânsito (os tristemente célebres " desastres de emigrantes" que ocorrem especialmente no Verão). Contudo, uma vez que para efeitos estatísticos a morte é sempre registada segundo o concelho de residência, esta explicação pode não ser tão cabal.

Fig. 8 Acidentes e quedas

Portugal é o país da Comunidade Económica Europeia que apresenta a mortalidade por cirrose hepática mais elevada – 29,2 por cem mil habitantes (em França, que ocupa o segundo lugar, esta taxa é de 22,6). Na Região Centro, onde se registam anualmente 600 a 700 óbitos atribuídos a esta causa, este valor é superior a 34 por cem mil habitantes.

Trata-se de uma situação socialmente muito grave, tanto mais que do ponto de vista cultural o alcoolismo beneficia de uma atitude complacente e permissiva; a maior incidência destes óbitos (Fig.9) coincide com as áreas demarcadas que produzem mais (e melhor) vinho como a Bairrada, Dão-Lafões e Pinhel, mas também nas áreas muito deprimidas e pobres como o Pinhal Interior.

Fig. 9 Doenças crónicas do fígado e cirrose



As mortes devidas a suicídios e a homicídios constituem na Região um grupo com pouca expressão (140-150 óbitos anuais) mas socialmente muito revelador. A sua maior ocorrência verifica-se sobretudo nas áreas económica e socialmente mais deprimidas da Região (Pinhal Interior e Raia), embora se note relativa importância noutros concelhos de montanha ou mais isolados.

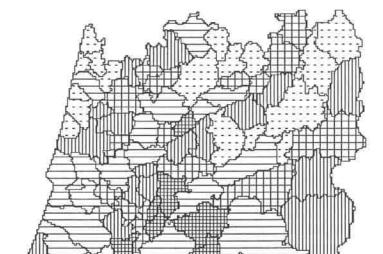


Fig. 10 Suicídios e homicídios

As rupturas sociais (desagregação de laços familiares, etc.) produzidas pelo fenómeno migratório, o isolamento e a falta de perspectivas constituem explicações possíveis para este padrão, bem como o alcoolismo, traduzido pelas mortes devidas a doenças crónicas do fígado e cirrose, as quais apresentam um padrão de distribuição semelhante.

0,19-0,41 0,12-0,16 0,10-0,12 0,06-0,10 0,00-0,06 x̄:0,11 o :0,07 A mortalidade por doenças transmissíveis (Fig.11) constitui um bom indicador da saúde pública e torna-se animador verificar que se em 1980 foram 211 os casos de morte devidos a doenças infecciosas ou parasitárias, em 1987 esse número reduziu-se a 124, o que correspondeu a uma dimunuição de 41,2% que, ao nível nacional foi de 46,6% (de 1434 para 762 casos).

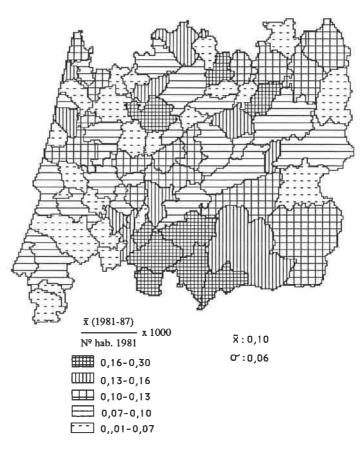


Fig. 11
Doenças infecto-contagiosas

As áreas mais afectadas continuam a ser o interior de um modo generalizado e em especial o interior rural, de que se salienta a já referida subregião do Pinhal, onde aos já mencionados problemas da acessibilidade se junta neste caso o facto de ser uma área onde a brucelose é endémica, como aliás acontece em quase toda a área de montanha (incluindo a Serra da Estrela).

Como foi oportunamente referido, a percentagem de mortes afectas a causas desconhecidas é ainda muito elevada apesar de se notar um decréscimo na Região nos valores obtidos para 1980 (17% dos óbitos) e 1987 (13,6%).

A tradicional dicotomia litoral/interior é aqui bem evidente (Fig.12) mas mesmo no interior onde a situação é grave porque reveladora da falta de acompanhamento na doença que permite diagnosticar com precisão, notam-se melhoras sensíveis (Quadro 1) na evolução do número de óbitos afectos a causas, sinais e sintomas mal definidos.

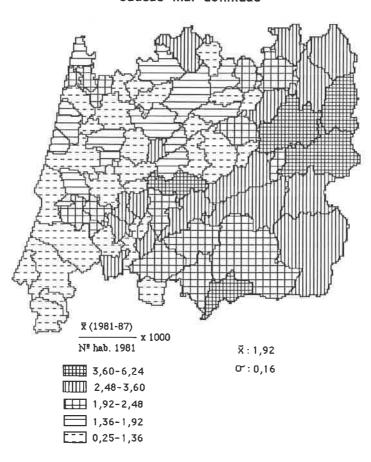
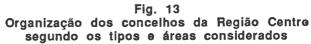
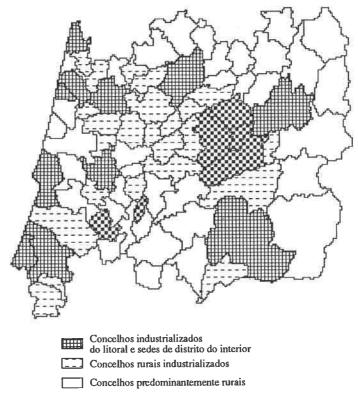


Fig. 12 Causas mai definidas

Na análise comparada dos perfis nacional, regional, sub-regional litoral e subregional interior das causas de morte (Quadro 1), revelam-se como tendências comuns, e que nos parece significativo destacar, a grande importância das doenças vasculares e dos tumores malignos fortemente representados no número total de mortes, uma tendência ligeira para a descida da mortalidade por doença crónica do fígado ou cirrose, a perda de importância dos acidentes e quedas e a diminuição clara dos casos de morte por doenças infecto-contagiosas. Do exposto dificilmente se consegue definir um padrão geográfico típico que, de forma linear, traduza a distribuição das causas de morte entre os concelhos da Região; no entanto, parece desenhar-se uma maior incidência de certas causas de morte segundo concelhos agrupados em função de características específicas (Fig.13)⁽⁶⁾ como mostra o Quadro 2.

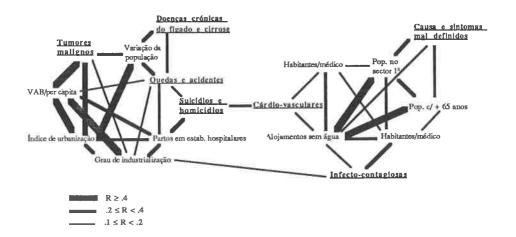




Concelhos onde predomina a indústria têxtil

⁽⁶⁾ Os concelhos foram agregados por forma a corresponderem a áreas tipo em função da sua maior identidade e homogeneidade do ponto de vista do desenvolvimento sócio-económico. Sobrer o método utilizado e a respectiva caracterização ver: Fernanda Costa; Isabel Boura; Rui Jacinto - Incentivos e dinâmica industrial na Região Centro, Coimbra, 1989.





Finalmente procurou-se explorar a relação entre as diferentes causas de morte que vêm sendo analisadas e certos indicadores que de algum modo podem traduzir o desenvolvimento sócio-económico. A correlação que entre si estabelecem, representada na figura 14, permite evidenciar que:

- as causas de morte por tumores ou acidentes e quedas ligam-se predominantemente às variáveis que traduzem níveis mais elevados de desenvolvimento, designadamente índices de industrialização e urbanidade mais evoluídos;
- as mortes por doenças infecto-contagiosas ou causas mal definidas estabelecem ligações preferenciais com um grupo de indicadores que marcam a ruralidade (população mais idosa e activos no sector primário) e as maiores carências (médicos, água canalizada, veículos);
- a cirrose, mas particularmente as doenças violentas e as cardiovasculares, apresentam ligações mais ténues aos grupos definidos; as últimas, talvez, por serem mais comuns, as outras devido à sua pouca expressão.

BIBLIOGRAFIA

- Arroz, Maria Emília Difusão espacial da hepatite infecciosa, Finisterra, XIV, nº 27, 1979, pg. 36 a 66.
- Freitas, Eduardo de O suicídio em Portugal no século XX: elementos empíricos para uma pesquisa, Finisterra, XVII, nº 34, 1982, pg. 267 a 297.
- Henry, Louis Démographie, analyse et modéles, Paris Larousse, 1972.
- Noln, Daniel; Thumarelle, P.-J.; Kostrubiec Analyse géographique des causes de décès en France (1981-1982), Espace, Populations, Sociétés, 1986, vol. II, pg. 69 a 83.
- Picheral, Henri Geographie de la transition épidémiologique, Annales de Geographie, nº 546, 1989, pg. 129 a 151.

Quadro 1 - Principais causas de morte no número total de óbitos

Perfil Nacional	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	X (1980/87)
Cardio cérebro vasculares	42,8	43,7	43,7	44,2	44,2	44,3	43,8	44,6	43,9
Tumores malignos	15,0	14,9	15,9	15,4	16,1	16,5	16,9	17,6	16,1
Acidentes e quedas	5,8	6,4	6,4	5,8	5,3	5,2	5,1	4,9	5,6
Doença crónica do figado	3,0	3,3	3,2	3,3	3,1	3,1	3,1	3,0	3,1
Suicídios e homicídios	0,9	0,9	1,0	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1
Infecto contagiosas	1,5	1,3	1,2	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8	1,1
Causas mal definidas	13,6	12,2	12,1	12,5	12,3	11,4	11,8	11,2	12,1
Outras	17,4	17,2	16,5	16,5	16,6	17,3	: 17,2	16,7	17,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Perfil Regional	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	X (1980/87)

Perfil Regional	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	X (1980/87)
Cardio cérebro vasculares	42,9	43,3	43,9	42,8	42,8	44,4	42,0	44,7	43,3
Tumores malignos	12,6		13,6	12,8	13,8		13,8		13,6
Acidentes e quedas	6,6		7,2	6,6	5,7	6,0	5,4	5,4	6,2
Doença crónica do figado	3,3	3,9	3,4	3,5	3,5	3,6	3,4	3,2	3,4
Suicídios e homicídios	0,7	0,8	0,6	0,8	0,9	0,8	8,0	0,8	0,8
Infecto contagiosas	1,1	1,0	0,9	0,9	0,7	0,8	0,6	0,7	0,8
Causas mal definidas	17,0	16,6	15,7	17,5	15,8	14,3	13,9	13,6	15,6
Outras	15,8	14,9	14,7	15,0	16,6	15,9	20,1	16,2	16,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Perfil Sub-regional Litoral	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	X (1980/87)
Cardio cérebro vasculares	43,3	44,8	45,0	43,8	45,0	44,8	45,0	44,2	44,5
Tumores malignos	13,6	13,0	13,8	13,9	14,8	15,1	15,3	16,1	14,5
Acidentes e quedas	8,0	8,3	8,5	7,8	7,0	6,8	6,9	6,7	7,5
Doença crónica do figado	3,2	4,0	3,6	3,7	3,8	3,6	3,4	3,2	3,5
Suicídios e homicídios	0,6	1,0	0,5	0,9	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8
Infecto contagiosas	1,0	0,9	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8
Causas mal definidas	12,9	13,5	12,6	13,9	13,3	11,0	12,1	11,5	12,6
Outras	17,5		15,1	15,3	14,6	17,2	15,8	16,9	15,8
Total	100.0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Perfil Sub-regional Interior	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	X (1980/87)
Cardio cérebro vasculares	42,5	42,2	42,9	42,1	41,0	44,0	39,6	45,1	42,4
Tumores malignos	11,9	11,8	13,4	12,0	12,9	13,6	12,5	14,9	12,9
Acidentes e quedas	5,5	6,0	6,0	5,6	4,7	5,4	4,2	4,4	5,2
Doenca crónica do figado	3,4	3,9	3,3	3,4	3,3	3,6	3,4	3,3	3,4
Suicídios e homicidios	0,8	0,7	0,7	8,0			0,8	0,7	0,8
Infecto contagiosas	1,2		1,0	1,0			0,6	0,6	0,9
Causas mal definidas	20,2		18,3	20,3			15,4	15,4	18,0
Outras	14,5	15,2	14,4	14,8	- 11	1.33	23,5	15,6	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 2
Os concelhos da Região Centro segundo uma tipologia: alguns indicadores

	Nº de	População	(1981)	% sup.	∆ pop. 70-80	Pop. activa (s	ector 1°)
	concelhos		% рор.			70	80
Concelhos do litoral							
1- Industrializados	8	505551	28,9	9,4	20,7	21,1	12,2
2- Rurais industrializados	10	228521	13,1	8,4	6,1	47.1	31,6
3- Predominantemente rurais	11	188261	10,8	8,3	2,1	58,8	45,7
Concelhos do interior	1 1		1	1			,
4- Sedes de distrito	3	178529	10,2	11,4	4,6	44,0	27,
5- Rurais industrializados	13	224109	12,8	14,8	2,3	56.7	44,
6- Predominantemente rurais	26	289496	16,5	40,5	-9.9	72,1	59,2
7- Concentração industrial têxtil	6	136418	7,8	7,1	-0,4	31,5	21,
Região	77	1750885	100.0	100.0	5,1	45,9	32,0

Número médio de óbitos por causa de morte por mil habitantes (1980-1987)

	Doenças vasculares	Tumores malignos	Acidentes e quedas	Doença do figado	Suicídios e homicídios	Infecto- contagiosas	Mal definidas
Concelhos do litoral							
1- Industrializados	3,99	1,44	0,67	0,31	0,07	0,07	0,96
2- Rurais industrializados	4,63	,	0,89	0,45		0,07	1,58
3- Predominantemente rurais	5,38		0,76			0,10	
Concelhos do interior				.,	-,	-,	.,,55
4- Sedes de distrito	4,15	1,45	0,59	0,34	0.06	0,10	2,40
5- Rurais industrializados	5,57	1,60				0,12	,
6- Predominantemente rurais	6,01					0,13	
7- Concentração industrial têxtil	5,16	1,57	0,54	0,41	0,08	0,08	1,97
Região	4,87	1,53	0,70	0,39	0,09	0,11	1,75

Principais causas de morte no número total de óbitos (%)

	Doenças	Tumores	Acidentes	Doença do	Suicídios e	Infecto-	Mal
	vasculares	malignos	e quedas	(igado	homicídios	contagiosas	definidas
Concelhos do litoral	1"						
1- Industrializados	23,65	27,29	27,40	23,15	21,98	22,47	15,90
2- Rurais industrializados	12,43	11,97	16,55	15,11	14,90		11,81
3- Predominantemente rurais	11,89						11,40
Concelhos do interior				'		·	
4- Sedes de distrito	8,70	9,67	8,54	8,84	6,76	11,04	14,00
5- Rurais industrializados	14,66		12.83	14,78			13,43
6- Predominantemente rurais	20,41	19,27					
7- Concentração industrial têxtil	8,26						8,79
D13-	400.00	400.00		4== 00			
Região	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100.

Resumo

Esta comunicação analisa a evolução recente das causas de morte na Região Centro interpretando a sua distribuição de acordo com os espaços sub-regionais identificados do ponto de vista geo-económico.

São abordados alguns factores condicionantes da tipologia das causas de morte encontrada, como os aspectos sociais, culturais e económicos, tendo em conta as explicações de natureza civilizacional e de saúde pública.

Abstract

This paper analyses the recent development of the death causes in the Central Region, and it interprets their distribuition according to subregional spaces, identified from the geographical and economic points of view.

Some, imposing factores of the typology of the death causes that have been found are approached, such as social, cultural and economic aspects, taking into account the explanations of civilizational nature and public health.

UM PROJECTO PILOTO DE CADASTRO URBANO(*)

Por: António José Cardoso (**) João Brandão Soares (**)

- (*) Comunicação apresentada no SICRUM Seminário Internacional sobre Cadastro Rústico e Urbano Multifuncional Face às Novas Tecnologias, Lisboa, 20-21 de Novembro de 1989 e Funchal, 22-25 de Novembro de 1989, com adaptações de pormenor, designadamente actualizações.
- (**) Chefes de Divisão da Comissão de Coordenação da Região Centro

	×			
			,	

1. A ideia (1)

a) A cooperação luso-dinamarquesa na origem do projecto

Os primeiros contactos da Comissão de Coordenação da Região Centro – CCRC – com a experiência dinamarquesa em matéria de ordenamento do território, cartografia, cadastro e fiscalidade da propriedade (tributação e avaliação prediais) ocorreram com:

- a participação do especialista Anders Müller no Seminário Internacional sobre a Problemática da Tributação Local (Coimbra, CCRC/OCDE, 7 e 8 de Abril de 1988), tendo então sido realizadas reuniões preliminares sobre possíveis linhas de cooperação a prosseguir;
- a visita à Dinamarca de uma delegação portuguesa (constituída por dois técnicos da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos DGCI e por um dos autores) entre 1 e 4 de Agosto de 1988, para conhecer *in loco* os sistemas de informação territorial, avaliação, tributação e registo prediais;
- a visita a Portugal dos especialistas dinamarqueses Anders Müller e Gregers
 Mørch-Lassen (pertencentes ao Statsskattedirektoratet Danish Inland Revenue
 Directorate, correspondente à DGCI), ocorrida em 9-21 de Novembro de 1988.

Justo será salientar aqui o papel central desempenhado nestes contactos pelo então Presidente da CCRC e responsável pelo grupo da contribuição predial no quadro da Comissão da Reforma Fiscal, Prof. Doutor Manuel Porto.

Na sequência destes contactos e aproveitando a larga e bem sucedida experiência dinamarquesa neste domínio, foi decidido propor a realização de um

⁽¹⁾ As posições expressas pelos autores não comprometem, de forma nenhuma, os organismos envolvidos e a envolver no projecto descrito. Por outro lado, é importante assinalar que, tratando-se de um projecto cuja implementação não foi ainda iniciada, é previsível que a sua forma venha a sofrer alterações significativas. Mais não pretendemos do que a divulgação da sua forma actual, solicitando-se desde já a todos os leitores a formulação de críticas e sugestões susceptíveis de enriquecer os resultados a obter.

projecto piloto de cadastro da propriedade de fins múltiplos num centro urbano de média dimensão, tendo sido preparado pelos especialistas dinamarqueses um documento preliminar sobre o assunto (Müller & Mørch-Lassen, 1989). A CCRC, que tem estado particularmente atenta ao desenvolvimento desta cooperação, tem pugnado para que a escolha do centro urbano alvo do projecto piloto venha a recair numa cidade da Região Centro, tudo parecendo apontar para que seja Coimbra a cidade eleita. Nesta conformidade, já foi solicitado à Câmara Municipal de Coimbra que manifeste à CCRC o interesse na sua execução e na envolvência de representantes e técnicos municipais. Ocorreu uma deslocação a Coimbra no dia 29 de Maio de 1989 de técnicos dinamarqueses, para um contacto com a Câmara Municipal, designadamente para discussão preliminar sobre o documento 'draft', para observação da cartografia disponível e para recolha de informações sobre o sistema de digitalização que o município irá utilizar. O facto de ser o Statsskattedirektoratet a encabeçar estas acções de cooperação não exclui o envolvimento, aliás já assegurado pela própria vontade manifestada pelas autoridades dinamarquesas, de outros departamentos oficiais e empresas privadas do Reino da Dinamarca. É já seguro que a Datacentralen (agência nacional de serviços de informática) e o Matrikeldirektoratet (Danish National Survey and Cadastre, organismo responsável pela produção oficial de cartografia) têm interesse em estar envolvidos no processo de cooperação.

A Câmara Municipal de Coimbra já manifestou a sua adesão de princípio ao projecto, aguardando-se uma melhor definição de alguns detalhes para que a adesão seja tornada definitiva (2).

É ainda importante reflectir sobre as perspectivas de financiamento que se abrem para a execução deste projecto piloto. O financiamento do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) parece ser a possibilidade mais vantajosa, designadamente através de concurso à Subvenção Global para a Região Centro, entretanto aprovada no Quadro Comunitário de Apoie ao Plano de Desenvolvimento Regional de Portugal 1989-93, pela contribuição do projecto para o desenvolvimento

⁽²⁾ Entretanto, em deliberação do executivo já tomada em 1990, a adesão aqui referenciada foi tornada definitiva.

local e para o ordenamento do território. Tal cooperação financeira comunitária não exclui a cooperação e o envolvimento técnico de diversos departamentos da Administração Central e de Empresas Públicas, que podem ter grandes vantagens em estar associados ao projecto.

b) As questões da tributação predial na origem do projecto

A importância determinante que deverá passar a ter a contribuição predial autárquica no quadro das receitas municipais só será alcançada se, como é oficialmente reconhecido, se proceder a uma revisão das normas de avaliação das propriedades rústicas e urbanas, visando, "(...) com encargos administrativos mais baixos, uma determinação mais rigorosa da matéria colectável e um reforço das garantias dos contribuintes (...)", (Ministério das Finanças, 1987, p. 27 e Artº 24º, nº 5, pg. 72). Uma das aplicações, porventura não fundamental (cfr. Pinto, 1989), dos sistemas cadastrais é o fornecimento de dados para a tributação e avaliação prediais. A Lei de Bases da Reforma Fiscal (Lei nº 106/88, de 17 de Setembro) institui um novo imposto sobre o valor patrimonial dos prédios (arrendados ou não) — a contribuição predial autárquica, obrigando a criar um sistema de avaliações completamente novo. Até à implementação desse novo sistema, os valores patrimoniais serão calculados através da multiplicação dos valores locativos existentes por um determinado factor (cfr. Lavadinho Leitão & Carneiro do Amaral, 1988).

c) As referências dos especialistas dinamarqueses: adaptação a Portugal (3)

A experiência dinamarquesa alicerça-se no desenvolvimento dos sistemas de informação territorial, incrementado nos últimos vinte anos com a criação de uma rede de sub-sistemas, que produziu uma longa série de utilizações mais específicas e precisas (designadamente, gerando facilidades no ordenamento do território, na

⁽³⁾ Retomam-se nesta secção considerações já produzidas em Cardoso, 1988.

gestão municipal de terrenos, na administração das licenças de construção, na expansão e manutenção de infraestruturas, no planeamento, projecto e gestão das redes de energia, comunicações e saneamento básico, na reabilitação urbana, no controle ambiental, nas tarefas de protecção civil e defesa nacional, etc.). Esta extensão do sistema foi conseguida em grande parte pelo uso de computadores e foi realizada na perspectiva das aplicações múltiplas. Como parte deste sistema, a avaliação predial baseia-se nas informações do registo predial, do registo das vendas e do registo de edifícios e de fracções. O último destes três registos contem as seguintes informações:

- a propriedade, que pode englobar várias edificações, o tipo de posse e os sistemas de abastecimento de água e de drenagem de esgotos;
- o edifício, que pode englobar várias fracções, com as finalidades, a acessibilidade a estradas, o nº de fracções, os anos de construção e beneficiações, o tipo de estrutura (betão armado ou não), os materiais das paredes exteriores, o nº de pisos, a área de sótão, a área total em planta, a existência de elevador, as instalações de aquecimento e o tipo de energia;
- a fracção (habitacional, comercial, etc.), com o uso que lhe é dado, área total e útil, tipologia, existência de instalações sanitárias e cozinha, o proprietário e a renda.

Para a concretização do projecto, deveremos adaptar a experiência dinamarquesa à situação nacional, sendo fundamental auscultar a opinião da(s) autarquia(s) envolvida(s) – verdadeiro(s) "dono(s) da obra" – acerca de outros detalhes de informação sobre as propriedades que se entenda conveniente armazenar. Apesar disso, também aqui a participação dinamarquesa deve ser exigida, dado que a experiência que nesse país já existe permitirá estabelecer a conexão entre a quantidade de dados a recolher e o volume de investimento que essa recolha implica. Para termos uma ordem de grandeza das operações envolvidas, segundo o último recenseamento da habitação, o concelho de Coimbra possuía, em 1981, 29 782 edifícios com 44 475 alojamentos. Estes são os "números oficiais" que conseguimos obter, não custando admitir que os números reais actuais os excedem largamente.

2. Esboço do projecto

Em Portugal, como é sabido, não existe um cadastro da propriedade urbana. Tal como em muitos outros países, a sua urgente produção deverá utilizar as novas tecnologias da informação.

Uma primeira questão é a de determinar a necessidade de realização de um cadastro apoiado em cartografia (e, sendo positiva a resposta, o bom senso implicaria a adopção de cartografia digitalizada) ou se é suficiente criar uma base de dados alfanuméricos sobre a propriedade (sendo então boa regra ter a possibilidade de referenciar os dados ao lugar, através de um sistema de coordenadas geográficas) (4). Em qualquer dos casos, o município de Coimbra apresenta boas condições de aplicação, pois, em paralelo, tem já adjudicada a digitalização da cartografia de boa parte do concelho, incluindo toda a zona urbana e de expansão. Saliente-se até o empenhamento do município em incluir como parte integrante do projecto piloto a fase do processo de obtenção de cartografia da zona mais fortemente urbanizada do concelho. De facto, "qualquer sistema de cobertura cartográfica de actualização permanente, designadamente dos perímetros urbanos (áreas em que as alterações ocorrem mais rapidamente), deverá ter uma forte participação das autarquias locais, dado que estas entidades gerem ou tendem a gerir uma parte substancial das redes e equipamentos de utilização colectiva e são licenciadoras (...) das modificações da morfologia urbana do seu território. (...) A introdução de meios automáticos permite, com base em cartografia de grandes escalas, acelerar a elaboração do cadastro urbano. Este último é um instrumento de grande relevo em planeamento urbanístico, registo predial, avaliação para efeitos fiscais e projecto de infraestruturas e equipamentos. Uma moderna concepção de cadastro urbano incluirá a criação de registos informáticos englobando, entre outros elementos, uma caracterização de cada prédio" (Cardoso, 1988).

O objectivo primordial do projecto piloto consistirá na criação de uma base de dados informatizada, alfanumérica (letras e números), necessária para o cálculo

⁽⁴⁾ Uma boa descrição das relações entre cadastro e cartografia pode encontrar-se em Müller, 1989.

automático de valores imobiliários. Para a concretização deste objectivo, foi previsto o seguinte desenvolvimento para o projecto (adaptado de Müller & Mørch-Lassen, 1989):

- relatório preliminar de que conste a informação requerida, como pode ser obtida e actualizada, qual a estratégia a longo prazo com vista ao desenvolvimento da avaliação informatizada e indicando qual a informação complementar a incluir no cadastro multifuncional e o modo como essa informação pode ser utilizada;
- aquisição do 'hardware' informático necessário, apontando-se para uma solução tendo em vista a compatibilização de ficheiros que garanta a transferência entre a base de dados e o futuro sistema de actualização da cartografia, intimamente ligado ao processo de digitalização de cartas, já adjudicado;
- realização das actividades cartográficas;
- preparação do pessoal para recolha de dados;
- desenvolvimento de um sistema de base de dados;
- recolha de dados;
- introdução de dados;
- formação de quadros permanentes;
- relatório descritivo e avaliador do projecto-piloto, incluindo a estratégia com vista
 à criação de bases de dados informatizados em todas as áreas urbanas.

Um orçamento preliminar para o projecto piloto, a desenvolver em cerca de ano e meio e incluindo a execução da cartografia digitalizada das áreas urbana e de expansão da cidade, aponta para valores entre 100 e 150 mil contos (a preços de 1988), o que, mesmo sem financiamento externo, garantiria um "pay-back" seguramente inferior a dois anos, como veremos, pelos ganhos directos do município ao nível das suas receitas, para além de outras vantagens substanciais que do projecto resultarão.

3. Objectivos

Uma questão que se pode desde logo colocar é a de que, sendo tão premente promover a elaboração do cadastro das áreas urbanas em Portugal, para

quê um projecto piloto e não o pronto lançamento da cobertura integral das áreas urbanas e urbanizáveis. Trata-se, na realidade, de uma tarefa grandiosa, sendo antes de mais adequado afinar uma metodologia correcta para a sua concretização. As estimativas do custo e da demora da criação de uma base de dados para a avaliação dos 3,4 milhões de propriedades urbanas, sob a forma de valores médios sujeitos a um grande desvio, apontam para 1,75 milhões de contos e 3,5 anos (adaptado de Müller & Mørch-Lassen, 1989). A experiência de outros países mostra que a criação da base de dados constitui em grande medida o "estrangulamento" do processo de informatização da avaliação. A criação dessa base é extremamente morosa e dispendiosa (Müller & Mørch-Lassen, 1989).

O elevado custo dessa operação, bem como a incerteza na quantidade e qualidade de informação a recolher (que, aliás, também depende muito do modelo de avaliação a adoptar no novo Código das Avaliações), constituem uma boa razão para que se comece com um projecto-piloto. Este projecto, dado que decorrerá a uma escala municipal ou infra-municipal, permitirá uma multiplicidade de utilizações extra-fiscais. Cumpre então perguntar como se assegura:

a) que os resultados, esperados muito positivos, vão aproveitar à escala nacional? Dado que o modelo a desenvolver a nível nacional será centralizado, como garantir desde já que a DGCI irá "aprender" com esta experiência piloto a nível local? Sugere-se então o envolvimento financeiro e técnico da DGCI;

b) que os resultados extra-fiscais, quando se passa para outros municípios e para a escala nacional, poderão ser aproveitados? Sugere-se que seja criado um comité de acompanhamento do projecto, com estrutura muito leve, para o qual deverão ser convidados a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e os Gabinetes de Estudos e Planeamento dos Ministérios;

Sendo o cadastro uma indispensável base de trabalho para a realização de uma correcta e sistemática avaliação (ou reavaliação) das propriedades prediais e havendo necessidade de encontrar meios de rendibilização dos organismos que se dedicam à sua produção, muito dispendiosa, um dos méritos da existência de um cadastro actualizado será a geração de novas receitas pelo cálculo aperfeiçoado dos valores prediais. No caso português, estima-se em vários milhões de contos

anuais o aumento de receitas fiscais que proviria da actualização global do nosso cadastro (Cardoso, 1988). Só para o município de Coimbra, cuja receita anual em contribuição predial ronda os 400 milhares de contos, o aumento previsível de receita, devido apenas à realização de um cadastro sistemático e actualizado — e não resultante de qualquer agravamento fiscal — é, no mínimo, da ordem dos 100 mil contos anuais.

4. Interesse regional do projecto

Para além dos méritos do projecto piloto em matéria de eficiência e equidade fiscais e de relação positiva na comparação benefícios/custos, o projecto apresenta um inegável interesse na perspectiva do desenvolvimento urbano e regional equilibrado.

Como já referimos, os resultados do projecto-piloto poderão ser utilizados como base para uma estratégia visando a criação de uma base de dados em todas as áreas urbanas.

Em Portugal, é de esperar que pelo menos 10 milhões de contos venham a ser dispendidos no decurso dos próximos 10 anos na informatização das informações respeitantes ao território e na elaboração de mapas para estas actividades, nas áreas urbanas (Müller & Mørch-Lassen, 1989). Deverá ainda ser atribuída prioridade às áreas urbanas e as soluções que possibilitem utilizações múltiplas são preferíveis (veja-se Müller & Mørch-Lassen, 1988). Esta constitui mais uma razão a favor da realização do projecto-piloto e da inclusão nos seus objectivos da definição do modo como a informação necessária a outras actividades poderá ser integrada num cadastro urbano polivalente e de qual a estratégia a seguir com vista à criação de mapas e cadastros nas áreas urbanas.

Na realidade, a forma como se estão a processar as modificações da estrutura urbana de Portugal, designadamente da sua Região Centro, exige a realização de um grande esforço de obtenção de informação integrada, sistemática e de actualização permanente. Esta será a única possibilidade de garantir um

correcto e atempado ordenamento do território e uma eficaz gestão dos recursos naturais disponíveis.

A Região Centro possui, como é sabido, uma ainda reduzida taxa de urbanização, mas o ritmo de crescimento das suas áreas urbanas é extremamente acelerado. Esta situação, quantitativamente semelhante no Litoral e no Interior da Região, reflecte porém formas de organização e ocupação espacial distintas: no primeiro caso, avulta uma excessiva pressão urbano-industrial; no segundo, é característica dominante a polarização com rápidos ritmos de crescimento. Em ambos os casos, trata-se de fenómenos que obrigam a redobrados esforços de ordenamento e planeamento territorial. Por outro lado, é objectivo regional o reforço da rede urbana e da sua hierarquia, com a finalidade de conferir uma maior coerência ao sistema de povoamento (cfr. CCRC, 1989).

Da multiplicidade de utilizações extra-fiscais que o projecto pode permitir, são de destacar as que respeitam ao ordenamento do território (política municipal de solos administração das licenças de construção e reabilitação urbana) e ao planeamento e gestão das redes colectivas. Estas considerações levam a atribuir todo o interesse a iniciativas como a que se descreveu, visando obter informações rigorosas sobre o território urbano, sua envolvente e seus ritmos e formas de evolução.

Referências bibliográficas

- Barata Pinto, R. Galiano, 1989 O Cadastro da Propriedade Rústica em Portugal, A Problemática da Tributação Local, CCRC/OCDE, Coimbra, 1989, pp. 319-337.
- Cardoso, António José, 1988 O modelo dinamarquês de informação cadastral e avaliação predial Aplicabilidade a Portugal, Boletim Desenvolvimento Regional, nº 24-25, pp. 109-133.
- CCRC, 1989 Relatório do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território 1989 Região Centro, Coimbra, 1989.
- Lavadinho Leitão, J. & Carneiro do Amaral, J., 1988 Property Tax Reform in Portugal, 9º Simpósio sobre Tributação da Propriedade, Sevilha e Barcelona, 1988.
- Ministério das Finanças, 1987 Proposta de Lei de Bases da Reforma Fiscal (Proposta de Lei nº 3/V), Lisboa, Setembro de 1987.
- Müller, Anders & Mørch-Lassen, Gregers, 1988 Report about visit to Portugal in November 1988, Danish Inland Revenue Directorate, Copenhagen, 1988.
- Müller, Anders & Mørch-Lassen, Gregers, 1989 Pilot project for a Multipurpose

 Urban Cadastre in Portugal Draft, Danish Inland Revenue Directorate,

 Copenhagen, Março 1989.
- Müller, Anders, 1989 *Fiscal Cadastre*, Tutorial Paper, Urban Data Management Symposium, Lisboa, Maio-Junho 1989.

Resumo

Com a presente comunicação, os autores pretendem dar a conhecer as linhas essenciais de um projecto piloto para desenvolvimento de um cadastro da propriedade de fins múltiplos num centro urbano de média dimensão, recorrendo às modernas tecnologias. É ainda referido o conjunto de vantagens que se julga poder vir a colher com tal iniciativa, sobretudo na perspectiva do desenvolvimento urbano e regional equilibrado.

Abstract

The present paper relates the major lines of a pilot project for a multipurpose urban cadastre in a medium sized portuguese town, developed with new land information technologies. The expected advantages of the project are explaned, as a contribuition of the planning activities for a urban and regional development process.

2.

O SECTOR FLORESTAL NA REGIÃO CENTRO(*)

Por: Bernardo Campos(**)

^(*) Uma primeira versão deste artigo foi apresentada num Seminário subordinado ao tema "A importância da Floresta na Região de Lafões", realizado em Oliveira de Frades no dia 30 de Julho de 1988.

^(**) Técnico Superior da Comissão de Coordenação da Região Centro



Sumário

- 1. Análise da importância do sector florestal na Região Centro
 - 1.1. Contribuição para um correcto Ordenamento do Território
 - 1.2. Criação de emprego (absorção de mão-de-obra)
 - 1.3. Criação de riqueza
 - 1.4. Estabelecimento de relações com outros sectores de actividade.
- 2. O futuro do sector silvícola
 - 2.1. Aptidão do solo
 - 2.2. Aplicação do Programa de Acção Florestal (PAF)
 - 2.3. Condicionalismos
- 3. Domínios de intervenção
- 4. Conclusão

1. Análise da importância do sector florestal na Região Centro

1.1. Contribuição para um correcto Ordenamento do Território

No contexto agro-florestal português, a questão do Ordenamento do Território é um aspecto polémico, porquanto se refere normalmente a uma incorrecta ocupação do solo (solos com aptidão florestal a serem ocupados com actividades agrícolas e inversamente) – o que levaria a que uma potencialidade natural do País (existência de solo com aptidão florestal) fosse sub-aproveitada, numa época em que a integração comunitária exigiria o seu pleno aproveitamento.

Em termos de ocupação de solo a situação na Região Centro (RC), entendida como área de actuação da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), é a seguinte:

Utilização do solo			Unid.: %		
	Agric.	Flor.	Inc. e out.	Total	
RC	45	35.8	19.2	100	

Fonte: CCRC, "A Região Centro. Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento", Coimbra, 1981

Nota: nestes números não estão incluídos os agrupamentos de concelhos de Castelo Branco e Sertã

Fica, assim, expresso um primeiro indicador da importância do sector florestal na RC: a área ocupada pela floresta contitui 35.8% da superfície desta unidade territorial.

Não serão abordados, naturalmente, aspectos ligados a sistemas ecológicos, aspectos técnicos de condução dos povoamentos, etc..

1.2. Criação de emprego (absorção de mão-de-obra)

Relativamente ao emprego criado directamente pela silvicultura (não entrando em linha de conta com os efeitos directos e indirectos da silvicultura noutros sectores de actividade, a montante e a jusante) e a nível da RC, verifica-se que este sector de actividade cria mais de 4000 postos de trabalho — o que não constitui um peso fundamental no emprego regional: apenas 0,6%.

No entanto, já atinge 2% da população activa regional empregue pelo sector primário (excluindo as indústrias extractivas), mas com uma importância sub-regional profundamente diferenciada – tal como se pode observar no quadro seguinte:

Sub-região	BV	ВМ	PI	DL	PL	RA	СВ	SE
%	8,5	6,4	25,8	21,3	20,0	6,1	1,3	10,5

Fonte: CCRC, DEEB

Nota: as sub-regiões são as seguintes:

BV: Baixo Vouga

• PI: Pinhal Interior

BM: Baixo Mondego

DL: Dão Lafões

• PL: Pinhal Litoral

• RA: Raia

CB: Cova da BeiraSE: Serra da Estrela

1.3. Criação de riqueza

O sector silvícola, absorvendo apenas 0,6% do emprego regional, cria, no entanto, 3,3% da riqueza da RC, mas, mais importante ainda, cria 5,7% da riqueza do Interior da Região. Aliás, 70,4% da riqueza criada pelo sector é originada no Interior da Região Centro - de acordo com a o documento "Regionalização do V.A.B. a nível concelhio (1977). Região Centro".

Outra informação, mais recente, permite extrair as mesmas conclusões – veja--se o quadro seguinte:

Sub-regiões	PAB flor./ PAB total
	(méd. 79/80/81) %
BV	17,69
BM	20,17
PI	44,69
DL	28,33
PL	24,48
RA	22,97
SE	23,67
СВ	16,57
SE	28,25
RC	26,13
Litoral	20,61
Interior	29,83

Fonte: CCRC, DEEB

Notas: 1. As sub-regiões já foram identificadas acima

2. PAB: Produto Agrícola Bruto

Verifica-se que, do conjunto da riqueza originada no sector agrário, e na RC, mais de 1/4 é criada pelo sector florestal (e da riqueza criada pelo sector florestal, um pouco mais de 68% é originado no Interior da Região).

No entanto, há alguma diferenciabilidade entre o que se passa no Litoral e no Interior da Região. Assim, enquanto no Litoral o peso do sector florestal no conjunto do PAB é de apenas cerca 21%, já no Interior é de cerca de 26%.

Por outro lado, em termos sub-regionais, há grandes diferenças de comportamento do peso do PAB florestal no PAB total, variando entre um mínimo de 17% na Cova da Beira e um máximo de 45% no Pinhal Interior.

1.4. Estabelecimento de relações com outros sectores de actividade

Os sectores que, a jusante, são mais importantes tendo em conta as relações que estabelecem com o sector silvícola, são os seguintes: madeira, cortiça, pasta de papel e resinosos.

Na verdade, no contexto da RC verifica-se que, do total da produção da silvicultura, 18,6% dirige-se para a indústria da madeira, 19,4% para a indústria da pasta de papel e 17,2% para a indústria de produtos resinosos. Ou seja, apenas três sectores de actividade industrial absorvem mais de metade (mais exactamente 55,2%) da produção originada no ramo silvícola.

Por outro lado, observa-se que os produtos originários da silvicultura entram com "peso" importante no processo produtivo dos ramos industriais referidos acima. Assim, do conjunto de bens e serviços utilizados, enquanto consumo intermédio, no processo produtivo do ramo da madeira, 17,4% são constituídos por produtos com origem na silvicultura; tal valor aumenta para 33,6% quando se considera o ramo da cortiça; enquanto na indústria da pasta de papel o peso referido atingia 15,4% e 44,6% na indústria de produtos resinosos.

Outro modo de avaliar os efeitos positivos da silvicultura no sistema produtivo é observar o que se passa em termos de acréscimos de produção e rendimento, em resultado do acréscimo de uma unidade no investimento, por exemplo. Assim, verifica-

-se que se se investir uma unidade monetária adicional no sector silvícola a produção do sector vem multiplicada pelo factor 1,035 e o acréscimo adicional do rendimento vem aferido pelo factor 0,961.

Por outro lado, verifica-se que o sector (silvicultura) apresenta, no conjunto dos sectores de actividade presentes na economia da RC, o menor valor para a "taxa de dependência do estrangeiro", ou seja, o seu impacte, em termos de importações, é reduzido, o que permite aferir a sua importância para a não degradação da Balança Comercial, numa época em que se volta a falar do problema dos desequilíbrios das contas externas do País.

2. O futuro do sector slivicola

2.1. Aptidão do solo

O quadro seguinte pretende evidenciar a diferença existente entre a utilização actual do solo e a sua aptidão natural, para a RC:

		Capacidade					Util	lização
	Agric.	Flor.	Silvpastor.	Cond. declive		Agric.	Flor.	Incul. e outr.
RC	22,2	67,9	4,7	5,2	100,0	45,0	35,8	19,2

Fonte: CCRC, "A Região Centro. Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento", Coimbra, 1981

Verifica-se, assim, a enorme potencialidade – inaproveitada – em termos da capacidade natural do solo. Na verdade, nesta região, 45% da superfície tem uma utilização agrícola e apenas 35,8% tem uma utilização florestal. No entanto, em termos de aptidão, 22,2% tem capacidade agrícola (uma diminuição de 22,8 pontos percentuais face à utilização actual) e 67,9% tem aptidão florestal (um acréscimo de 32,1 pontos percentuais em relação à utilização actual).

A este nível parece poder concluir-se pela existência de boas condições de desenvolvimento do sector silvícola, ou seja, uma importância cada vez maior da floresta na ocupação do solo.

2.2 Aplicação do Programa de Acção Florestal (PAF)

O PAF apresentava, até aos primeiros meses de 1988, o grau seguinte de realização:

Projectos aprovados: 1986-87/88 (até 30.05.88)

	Nº Projectos		Invest	imento	Ajuda		
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	
RC 1986-87	43	15,0	1134	28,0	1121	23,1	
88	86	33,0	1207	42,4	1153	51,5	
País 1986-97	286		4922		4800		
88	258		2844		2237		

Fonte: IFADAP

Verifica-se que a RC tem vindo a conhecer um peso crescente no conjunto do País. Assim, enquanto o nº de projectos duplicou na RC, entre 1986-87 e 1988, no País assistiu-se a uma ligeira diminuição (9,8%) - o que implicou que o peso do nº de projectos da RC no nº de projectos do País passasse de 15% para 33%. Este movimento foi acompanhado ao nível do investimento, em que o peso da RC no País, passou de 23% para 42,4% e da ajuda concedida, em que o peso passou de 23,4% para 51,5%.

É interessante observar que o custo (médio) unitário de cada projecto de investimento é maior na RC do que no País. Assim, enquanto em 1986-87, o montante de investimento, por cada projecto, era de 26 372 contos, no País era de17 210 contos; em 1988 tais valores baixaram, respectivamente, para 14 035 contos e 11 023 contos.

Estes números evidenciam um certo dinamismo do investimento no sector silvícola, o que permite concluir pela existência, também neste domínio, de boas condições para o seu desenvolvimento.

2.3. Condicionalismos

Um primeiro condicionalismo ao desenvolvimento do sector silvícola tem a ver com a estrutura da propriedade. A este nível verifica-se o seguinte:

	Nº médio de	Área média (ha)	
	blocos / expl.	exploraç.	bloco
RC	8,4	3,62	0,43

Fonte: INE, RAC 1979

Este quadro permite mostrar que os condicionalismos em causa têm que ver com:

- -- dimensão média das explorações reduzida: da ordem dos 3,62 ha;
- fragmentação excessiva das explorações: verifica-se que para formar uma exploração são necessários 8,4 "blocos" na RC (com uma área média de 0,43 ha).

A questão da dimensão (pequena) e fragmentação (enorme) das explorações constitui um estrangulamento importante à implementação de projectos de investimento no domínio florestal, a obrigar a um esforço enorme na promoção do associativismo, de modo a obterem-se áreas mínimas para se poder concorrer à obtenção de ajudas no âmbito do PAF.

Naturalmente estes aspectos - dimensão/fragmentação - não são os únicos estrangulamentos que se colocam ao desenvolvimento do sector florestal na RC. Na verdade, questões ligadas à idade dos proprietários florestais e à sua formação e nível de informação, bem como a existência de serviços de apoio, constituem, também, restrições importantes ao desenvolvimento do sector em causa.

Por outro lado, colocam-se outros tipos de condicionalismos e que têm a ver com os apoios ao investimento no sector florestal. Ou seja, a integração de Portugal na CEE e a consequente aprovação do PEDAP (e do PAF), permitiu montar um esquema de ajudas ao sector. No entanto, os montantes financeiros programados para tal ajuda (e a duração do Programa era para dez anos), parecem estar comprometidos, quando estamos apenas a 3/4 anos de realização do citado Programa. Neste sentido, também por esta via, parecem colocar-se alguns condicionalismos ao desenvolvimento do sector silvícola.

3. Domínios de Intervenção

O futuro do sector silvícola, tendo em conta as suas condições de evolução, parece-nos que passa por três aspectos fundamentais:

(i) atitude

O que se pretende dizer é que se necessita de uma nova atitude, em relação ao sector, por parte dos proprietários florestais, no sentido de o considerar como um real sector produtivo, donde, os bens que produz, sendo recursos naturais, precisam de ser mobilizados, acautelando, no entanto, os ritmos de renovação deste tipo de recursos.

Ao mesmo tempo, precisa-se de uma nova atitude por parte dos serviços de apoio ao sector e aos agentes florestais. Ou seja, tem-se assistido a uma "saída" das florestas das pesoas que "tomavam" conta dela. Ora uma floresta "despovoada" é um pouco uma floresta "morta", sujeita a agressões. Torna-se necessário alterar esta circunstância de modo a acompanhar o desenvolvimento florestal, evitando as agressões (actuando preventivamente), ou tentando minimizar os seus efeitos.

Por outro lado, parece-nos que a mudança de atitude (a "nova atitude") significa que entre quem detém a propriedade/exploração florestal e os serviços de apoio, tem que haver relações estreitas e contínuas (e não apenas pontuais e esporádicas).

(ii) aproveitamento integral

O que está em causa, neste ponto, é entender a silvicultura em termos de sistema, ou seja, como um sector que estabelece relações com outros sectores, a montante (por exemplo, com o sector da maquinaria, adubos e pesticidas, etc.) e a jusante (por exemplo, com as indústrias de madeira e produtos resinosos). Neste contexto dever-se-à ter uma preocupação de coordenação e integração de acções nos diferentes domínios, de modo a que não se observem fenómenos de desperdícios de recursos. Na verdade, se o tronco de uma árvore pode ser aproveitado pela indústria de madeira, os seus ramos poderão ter, eventualmente, uma utilização energética.

É este entendimento de <u>sistema</u> que nos parece importante realçar neste contexto, não só em termos económicos, mas também em termos ecológicos.

(iii) investigação e desenvolvimento

Constitui um dado de facto a circunstância de hoje a investigação e a divulgação do seu resultado, constituir um elemento central no proceso de desenvolvimento das sociedades

Deste modo, parece-nos ser importante realçar a necessidade de se realizarem esforços de investigação no domínio silvícola, esforço este realizado quer por entidades públicas, quer por entidades privadas, no desenvolvimento das diferentes espécies, das condições da sua protecção, novas utilizações para os produtos florestais, novos meios técnicos, etc. .

Tendo em conta o que se dizia acima a investigação não diz respeito apenas ao sector silvícola. Na verdade, investigação realizada no domínio das diferentes utilizações dos produtos com origem florestal, têm uma influência nítida na própria silvicultura.

Este aspecto de investigação e divulgação dos seus resultados, parece-nos ser fulcral no assegurar da existência de condições de desenvolvimento do sector silvícola.

4. Conclusão

Do que se afirma acima poder-se-á concluir pela existência de boas condições (internas) de desenvolvimento do sector florestal na Região Centro.

Não há referência às condições externas, mas tendo em conta que a CEE é deficitária em produtos de origem florestal, também, por esta via, há razões para concluir pela existência de condições (externas) favoráveis ao desenvolvimento do sector silvícola nos espaços referidos.

Resumo

O artigo chama a atenção para o relevo do sector florestal na economia da Região Centro. De seguida, analisam-se as perspectivas de evolução da actividade silvícola, tendo em atenção a potencialidade florestal dos solos, a existência de um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento do sector — o Programa de Acção Florestal — e, por outro lado, os condicionalismos existentes. Finalmente, esboçam-se algumas linhas de intervenção que, na opinião do autor, deverão ser prosseguidas para garantir o desenvolvimento equilibrado da floresta na Região Centro.

Abstract

The article upbraids the importance of the forest sector in the economy of the Central Region. Then, one analyses the perspectives of development of the forest activity, bearing in mind the soil forest activity, bearing existence of an important support program to the sector's development — the "Programa de Acção Florestal" — and, one the other hand, the existent conditionings.

At last, one outlines some intervention lines that, as for as the author is concerned, should be carried out in order to garantee a balanced developement of the forest in the Central Region.

INFORMAÇÃO

A COMUNIDADE EUROPEIA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1988 E NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1989

Por: Rui Manuel Moura Ramos(*)

1. Tal como sucedeu já no período sobre o qual fizemos por último recair a nossa análise⁽¹⁾, a actuação da Comunidade Europeia no lapso de tempo que ora se considera aparece-nos sobretudo centrada em torno das sequelas da aprovação do Acto Único Europeu.

Tal é verdade, desde logo, no que se refere às alterações que este documento veio trazer em matéria de fundamentos e políticas da Comunidade. É assim que parte dos desenvolvimentos mais significativos têm lugar a propósito da criação do mercado interno, cujas condições de estabelecimento deverão⁽²⁾ estar realizadas até finais de 1992; mas também que a cooperação no domínio da política económica e monetária, igualmente preconizada por aquele instrumento⁽³⁾, viria a merocer atenção especial; e, finalmente, que foi a realização da coesão económica e social, também preconizada no Acto Único⁽⁴⁾, que determinou a reforma dos fundos estruturais, empreendida no período que consideramos. Por outro lado, também as modificações de carácter institucional decorrentes do Acto Único se repercutiriam no espaço temporal em apreciação, ainda que em bem menor medida: referimo-nos à criação do Tribunal de

^(*) Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Comissão de Coordenação da Região Centro.

⁽¹⁾ Referimo-nos ao que escrevemos em Desenvolvimento Regional nº 26/27, p. 157 e ss.

⁽²⁾ Nos termos do novo artigo 8º – A, que o Acto Único, pelo seu artigo 13, acrescenta ao texto do Tratado CEE.

⁽³⁾ Cf. o novo artigo 102º - A do Tratação CEE, aí introduzido polo artigo 20º do Acto Único.

⁽⁴⁾ Veja-se o novo artigo 130º – D do Tratado CEE, aditado a este instrumento convencional pelo artigo 23º do Acto Único.

Primeira Instância $^{(5)}$ e à prática do mecanismo da cooperação com o Parlamento Europeu $^{(6)}$.

Se foi, com efeito à volta das consequências do Acto Único que girou a actuação da Comunidade na época em referência o certo é que outros temas nela avultaram também, e a eles fazemos pois sucinta referência. É o que se passa, em particular, com as questões agrícolas, da armadura jurídica da Comunidade e do audiovisual.

I

2. Começaremos por nos referir ao mercado interno e à respectiva realização. Se foi já sob a sua édige — Preparar 92 — que foi elaborado pela Comissão, em Outubro de 1988, o relatório económico anual de 1988-1989, torna-se contudo mais importante acentuar os termos em que aquela realização vem prosseguindo. A este propósito, a Comissão, no balanço intercalar a que o Artigo 8º — B do Acto Único lhe impunha que procedesse, no que toca ao estado de adiantamento dos trabalhos conducentes ao mercado interno, revela um moderado optimismo. É assim que se salienta neste texto o carácter irreversível do objectivo fixado e a dinâmica lograda na sua realização. Em particular, no domínio da eliminação dos entraves técnicos revelam-se progressos consideráveis, em sectores como o das mercadorias, dos serviços, dos capitais, dos concursos públicos, do reconhecimento mútuo dos diplomas e dos transportes. Noutros sectores, contudo, surgiram algumas dificuldades, nomeadamente em sede de livre circulação de pessoas, nos domínios veterinário e fitossanitário, e a propósito da fiscalidade indirecta⁽⁷⁾. As reuniões do Conselho Europeu de Rodes (Dezembro de

⁽⁵⁾ Cf. os artigos 4º, 10º e 26º do Acto Único.

⁽⁶⁾ Vide o artigo º 149º, nº 2, do Tratado CEE, tal como ficou após a alteração nele introduzida pelo artigo 7º do Acto Único.

⁽⁷⁾ Quanto a este último ponto a Comissão aprovaria em Maio de 1988 uma comunicação ao Conselho sobre a conclusão do mercado interno e a aproximação dos impostos indirectos. Aí se perfilham três orientações fundamentais a este propósito: a adopção de mecanismos de convergência que até 1992 acelerem a aproximação das taxas de IVA e dos impostos de consumo específicos; e a particularização de propostas concretas, quer a propósito do regime do IVA, quer do dos impostos de consumo específicos. Cumpre relaçar que, nesta sede, o Conselho aprovaria, em Junho de 1989, uma directiva que suprime algumas derrogações temporárias à 6ª directiva.

Sobre este problema, cf. Marko Bos-Hans Nelson, Indirect Taxation and the Completion os the Internal Market os the EC, Journal of Common Market Studies, v. 27, nº 1 (Setembro de

1988) e Madrid (Junho de 1989)⁽⁸⁾ poriam igualmente a tónica na consolidação e aprofundamento dos resultados assim obtidos.

Ainda a propósito do mercado interno, saliente-se a valorização da sua dimensão social⁽⁹⁾. Num documento de trabalho adoptado sobre este tema em Setembro de 1988 a Comissão apresentaria as grandes linhas de um programa de trabalho nesta matéria. Dá-se aí preferência à luta contra o desemprego e à redução da desigualdade dos seus efeitos, sublinhando-se a importância de uma estratégia de cooperação para o crescimento e o emprego(10) já delineada e aprovada entre os Estados Membros e cuja actualização ora se preconiza. Por outro lado, salientam-se os novos aspectos que a política social não poderá deixar de apresentar com a realização do mercado interno, em particular com a necessisdade de garantir aos trabalhadores o exercício efectivo da liberdade de circulação e de estabelecimento, eliminando-se as restrições ainda existentes, e com a adopção de medidas de acompanhamento tornadas necessárias pelo desaparecimento dos postos de trabalho que a criação do mercado interno não deixará de ocasionar. Finalmente, e para além de se entender que o crescimento do emprego e o desenvolvimento da solidariedade social continuarão a constituir metas relevantes da política a prosseguir, salienta-se a interacção entre a política social e a realização da coesão económica e social, com a relevância que os instrumentos daquela, como a formação permanente, podem lograr para a realização dos objectivos desta última.

Atente-se em que o diálogo social seria relançado no período em curso, surgindo como testemunha da relevância que a Comissão lhe atribui a reunião com os representantes dos agentes económicos e sociais realizada em Janeiro de 1989 e no qual se enfatizou a importância da formação contínua e do melhor conhecimento da situação e evolução do emprego.

¹⁹⁸⁸⁾ e Colette Cova, *Les difficultes de l'harmonisation de la fiscalité indirecte*, Revue du Marché Commun, nº 321 (Novembro de 1988), p. 502 e s.

⁽⁸⁾ Sobre este último, cf. Colette Cova, Sommet de Madrid: um compromis précaire, Revue du Marché Commun, nº 329 (Julho-Agosto de 1989), p. 387 e s.

⁽⁹⁾ A propósito, veja-se Valérie Hirsch, *Un volet social pour le grand marché*, Revue du Marché Commum, nº 319 (Junho–Agosto de 1988) p. 311 e s.

⁽¹⁰⁾ Vide o que escrevemos em Desenvolvimento Regional, nº 24/25 p. 210-211.

Ainda a propósito da dimensão social do mercado interno, saliente-se a iniciativa da Comissão de aprovar, em Maio de 1989, um anteprojecto de carta comunitária dos direitos sociais fundamentais⁽¹¹⁾.

Finalmente a dimensão externa do mercado único⁽¹²⁾ seria igualmente sublinhada pela Comissão, em Outubro de 1988, que procuraria afastar os receios de proteccionalismo que a criação do grande mercado tem provocado em terceiros países, ao afirmar o respeito pelas obrigações internacionais já assumidas⁽¹³⁾. A elevação da Europa Comunitária à categoria de parceiro contribuirá assim para o reforço do sistema multilateral com base no equilíbrio das vantagens mútuas e traria efeitos benéficos não só para a Comunidade como para os países terceiros. Tal revelar-se-ia, designadamente, no sector das fronteiras físicas e das fronteiras técnicas, cuja eliminação no plano intracomunitário não deixaria de ter efeitos positivos no que toca ao acesso (e circulação) ao (e no) mercado da Comunidade por parte dos produtores oriundos de países terceiros.

3. O domínio da cooperação em matéria de política económica e monetária a que o Acto Único deu também a sua atenção, foi igualmente objecto de alguns desenvolvimentos.

A este propósito, constata-se que em Março de 1989 se completaram dez anos sobre o início da vigência do Sistema Monetário Europeu, o que proporcionaria à Comissão o balanço desse período, no qual foram salientadas as funções de estabilidade monetária e de convergência das políticas dos Estados Membros neste

⁽¹¹⁾ Vide infra, nº 7.

⁽¹²⁾ Cf. a propósito Colette Cova, 1992 et les pays tiers, Revue du Marché Commun, nº 320 (Setembro de 1988), p. 430 e s. Veja-se ainda Stelios Perrakis, Les relations extérieures de la Communanté après l'Acte Unique Européen, Revue du Marché Commun, nº 330 (Setembro-Outubro de 1989), p. 488 e s.

⁽¹³⁾ Quer dos de natureza multilateral quer dos de carátcer bilateral. No que toca aos primeiros, o mais importante situa-se no âmbito do GATT — e recorde-se que, em Abril de 1989, se procedeu à análise do percurso já efectuado nas reuniões do Uruguay Round. Quanto ao quadro bilateral, atente-se em que em Outubro de 1988 abriram as negociações para a renovação do mais importante instrumento em que as Comunidades participam: a terceira Convenção de Lomé, com os estados ACP, que expirará em Fevereiro de 1990. Sobre esta última questão, vide Colette Cova, Les négociations pour le renouvellement de la convention de lomé sont ouvertes, Revue du Marché Commun, nº 322 (Dezembro de 1988), p. 569 e s. e Jean Touscoz, les Investissements européens dans les États ACP: de Lomé III à Lomé IV, Revue du Marché Commun nº 324 (Fevereiro de 1989), p. 87 e s.

campo que a sua criação permitiu realizar⁽¹⁴⁾. E tenha-se ainda presente que a tendência para a sua generalização se acentuou com a entrada da peseta ocorrida em Junho de 1989.

No que respeita aos passas a dar no futuro em ordem à criação da união económica e monetária, recorue-se que o comité que tinha a missão de a estudar e de propor as etapas a ela conducentes apresentaria em Abril de 1989 os resultados do seu trabalho (15). Nele se salienta a necessidade de unificação da política monetária e da criação de um sistema europeu de bancos centrais, o que implicará, designadamente, uma revisão dos tratados em ordem e precisar os novos termos da repartição de competências entre o nível nacional e o nível comunitário, a este respeito. O relatório indicaria ainda as três etapas em que o processo deveria decorrer, especificando as acções que nelas deveriam ser realizadas e as características que cada uma delas haveria de revestir.

4. Em matéria de coesão económica e social importa sobretudo referir que, nos termos do artigo 130 – E do Tratado de Roma, a Comissão transmitiu ao Conselho quatro propostas de aplicação do regulamento global que visa a reforma dos fundos estruturais⁽¹⁶⁾. O Conselho aprovaria em Novembro, nos termos do artigo 149º, nº 1, do Tratado, as posições comuns sobre a matéria referida nestes textos, posições comuns que seriam transmitidas ao Parlamento em seguida. Após a apreciação pelo Conselho, das alterações propostas pelo Parlamento no âmbito do mecanismo da cooperação, os quatro textos seriam aprovados em Dezembro, completando-se desta forma a reforma dos fundos estruturais reclamada pelo Acto Único⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁴⁾ Cf. sobre o ponto, Luc-André Leprolix, L'expérience du système de change européen, Revue du Marché Commun nº 321 (Novembro de 1988), p. 517 e s.

⁽¹⁵⁾ Ver Colette Cova, Union Monétaire: Le Débat est Ouvert, Revue du Marché Commun nº 327 (Maio de 1981), p. 269 e s.

⁽¹⁶⁾ Sobre a aprovação deste, ocorrida em Junho de 1988, cf. o que escrevemos em Desenvolvimento Regional, nº 26/27, p. 157–158.

⁽¹⁷⁾ Sobre ela, vide J. Van Ginderachter, La Réforme des fondes structureles, Revue du Marché Commun, nº 327 (Maio de 1989), p. 271 e s.; Jean-Claude Seche, La nouvelle réglementation des fonds stuctureles, (1^{ere} partie), ibidem, nº 328 (Junho de 1989), p. 325 e s. e as comunicações (designadamente de R. Moura Ramos, Lafranco Bianconi, Isabel Boura-Rui Jacinto, Fernado Gomes e F. Lucas Pires) apresentadas ao Seminário Internacional sobre Portugal e os Fundos Estruturais Comunitários. Experiência e

Os quatro regulamentos aprovados referem-se, três deles a cada um dos três fundos comunitários (FEDER, FEOGA e FSE), sendo o quarto um instrumento de coordenação entre aqueles, que aprova, além disso, as disposições de articulação com a actuação dos demais instrumentos financeiros, **maxime** o Banco Europeu de Investimentos. Completa-se assim a reforma do quadro monetário que regula a actuação dos vários instrumentos financeiros de carácter estrutural – uma reforma que iniciou os seus efeitos em 1 de Janeiro de 1989, a data em que os quatro textos ora referidos, e o regulamento—quadro já mencionado⁽¹⁸⁾, entravam em vigor.

5. Por último, também no plano institucional se repercutiram, como dissémos, as alterações trazidas pelo Acto Único.

É assim que no período em referência⁽¹⁹⁾ se vai assistir à instauração, por uma decisão do Conselho de Julho de 1988, do Tribunal de Primeira Instância. Este novo orgão jurisdicional julgará em primeira instância certas categorias de recursos interpostos por pessoas singulares ou colectivas – em particular aqueles em que a apreciação da matéria de facto se revelar mais complexa. O Tribunal, constituido por doze magistrados e cujo primeiro presidente viria a ser um português, José Luís da Cruz Vilaça, viria a sua criação autorizada pelo novo artigo 168 – A do Tratado⁽²⁰⁾, que no entanto remetia para uma futura decisão do Conselho a respectiva instituição. Os recursos cujo julgamento são atribuídos a este novo tribunal são, para já, os que forem interpostos contra a Comunidade, pelos seus agentes, os que tiverem por objecto a Comissão, no âmbito do Tratado CECA, e os que, em matéria de concorrência, sejam introduzidos, por qualquer pessoa singular ou colectiva, contra as instituições

Prespectivas Regionais, organizado em Junho de 1988 pela Comissão de Coordenação da Região Centro e editadas (Coimbra, 1989) no ano seguinte.

⁽¹⁸⁾ Supra, nota 16.

⁽¹⁹⁾ Período em que, ademais, se comemorou, em Novembro de 1988, o centenário do grande impulsionador da Comunidade que foi Jean Monnet e que viu ser nomeada, com mandato até Janeiro de 1989, uma nova Comissão, igualmente presidida por Jacques Delors e que, tomando posse em Janeiro de 1989, apresentaria em Fevereiro o seu programa de trabalho ao Parlamento.

Ainda na área institucional saliente-se que em Junho de 1989 o eleitorado europeu elegeria, por sufrágio directo, um novo Parlamento.

⁽²⁰⁾ Acrescentado pelo artigo 11 do Acto Único.

comunitárias. Prevê-se contudo que, futuramente, esta competência possa ser alargada ao domínio do **dumping** e das subvenções⁽²¹⁾.

Ainda a propósito das alterações institucionais trazidas pelo Acto Único, salientaremos um facto relacionado com a institucionalização, pelo artigo 149, número 2 do Tratado CEE⁽²²⁾ do mecanismo da cooperação com o Parlamento Europeu. De acordo com este processo, como se sabe⁽²³⁾, o Parlamento Europeu é chamado a apreciar, em determinado número de medidas, as posições comuns da Comissão e do Conselho, podendo aprová-las (expressa ou tacitamente), propor a sua alteração ou rejeitá-las. Sucede que, pela primeira vez, o Parlamento rejeitou, no período que consideramos, uma posição comum da Comissão e do Conselho⁽²⁴⁾, o que implica que apenas por unanimidade dos seus membros poderá então este agora aprovar o texto em causa⁽²⁵⁾. O posto releva, pois, para uma apreciação que se prentenda fazer da forma como o Parlamento concebe o exercício dos novos poderes que lhe foram concedidos pelo Acto Único.

11

6. Abordados os que foram os temas maiores da actualidade comunitária no período em análise, faremos agora uma breve menção a outras questões nele presentes que, contudo não igualam a importância das que acabámos de referir.

Começemos com os que se prendem com o sector primário, onda há que sublinhar duas actuações da Comunidade que claramente se inscrevem, pela sua índole, numa óptica de longo prazo. Na pressecução de uma delas, a Comissão

⁽²¹⁾ Em particular sobre o tribunal de primeira instância, cf. R. Joliet–W. Vogel, Le Tribunal de Première Instance des Communautes Européennes, Revue du Marché Commun, nº 329 (Julho–Agosto de 1989), p. 423 e s.

⁽²²⁾ Na redacção que lhe foi dada pelo artigo 7º do Acto Único.

⁽²³⁾ Cf. por exemplo Moura Ramos, *O Acto Único Europeu*, Coimbra, Outubro de 1986, Comissão de Coordenação da Região Centro, p. 19 e s.

⁽²⁴⁾ Tratava-se de uma proposta da directiva respeitante à protecção dos trabalhadores contra os risco relacionados com a exposição ao benzeno.

⁽²⁵⁾ Tal não tendo acontecido no prazo de três meses para tanto prescrito no nº 2 do artigo 149º do Tratado (alíneas f) e c) daquela disposição), a proposta considerou-se não aprovada.

transmitiu ao Conselho e ao Parlamento, em Julho de 1989, uma comunicação sobre o futuro do mundo rural, onde enuncia as linhas fundamentais de uma perspectiva global da Comunidade para os problemas específicos do mundo rural. Aí se sublinha que a acção comunitária neste campo tem por instrumentos essenciais a empresa familiar e o ordenamento equilibrado do território. É tendo em atenção a sua promoção que a Comunidade se propõe fazer face à pressão da evolução moderna das zonas rurais vizinhas, causa importante do declíneo rural e do desaproveitamento e abandono de muitas terras. Aos olhos da Comissão, importa assim proteger o ambiente rural e lograr a revitalização e integração do tecido socioeconómico, o que supõe a inserção das acções a empreender numa lógica de desenvolvimento global. Para esse efeito, importa mobilizar acções que se inserem nas várias políticas comunitárias, na política agrícola comum, naturalmente, mas também na política do ambiente e da energia, na política de investigação e na política social; com efeito, será fundamental melhorar a formação profissional dos agricultores, desenvolver programas de informação e sensibilizá-los para o adopção de novas técnicas ao nível rural. Por último, salienta-se a utilização dos instrumentos do âmbito da política regional. A este respeito espera-se da reforma dos fundos estruturais⁽²⁶⁾ uma particular atenção ao desenvolvimento rural, a prosseguir quer no contexto dos programas globais de desenvolvimento regional⁽²⁷⁾, quer nos programas específicos, de desenvolvimento rural, para certas zonas.

A Comissão ocupou-se ainda, em especial, neste domínio, do sector florestal, sobre o qual transmitiu ao Conselho uma comunicação, em Setembro de 1988. Nela se sublinha, e em consonância com as opções gerais da política do mundo rural acima referidas, a importância da floresta, e se sublinha, para o médio e o longo prazos, uma estratégia florestal da Comunidade a desenvolver até 1992⁽²⁸⁾, que, após parecer do Parlamento e do Conselho Económico e Social, seria aprovada pelo Conselho de Ministros em Maio de 1989.

⁽²⁶⁾ Cf. supra, nº 4.

⁽²⁷⁾ Atente-se que estes se destinam a regiões de atraso estrutural, caracterizadas em princípio por uma forte ruralidade.

⁽²⁸⁾ Cujos objectivos implicam a aplicação de sete regulamentos entretanto aprovados.

7. No domínio da armadura jurídica comunitária há igualmente que salientar alguns passos importantes.

Assim, e quanto aos actos unilaterais, importa ter presente que o Conselho adoptou, em Julho de 1989, uma posição cumum relativa à proposta da Comissão de décima segunda directiva em matéria de direito das sociedades e que se refere às sociedades de responsabilidade limitada com um só sócio. Por outro lado, a Comissão aprovaria ainda, em Fevereiro de 1988, duas propostas de directiva que completam os passos dados em matéria de liberalização dos movimentos de capitais⁽²⁹⁾. Com a primeira procura-se aproximar a tributação sobre o aforro nos Estados Membros⁽³⁰⁾, reduzindo-se os desequilíbrios a este respeito existentes através da imposição de uma taxa mínima de 15% a cobrar por retenção na fonte sobre os juros pagos a todos os residentes na Comunidade. E a segunda prevê facilitar a troca de informação entre as administrações fiscais, suprimindo os entraves administrativos no caso de presunção precisa de fraude.

Depois, e agora no âmbito das convenções comunitárias, o mês de Fevereiro de 1988 viu serem publicados no Jornal Oficial dois protocolos, assinados em Outubro do ano anterior e referentes à interpretação, pelo Tribunal de Justiça, da Convenção de Roma sobre a lei aplicável às obrigações contractuais⁽³¹⁾. O primeiro destes textos vem permitir aos Tribunais dos Estados Membros que submetam ao Tribunal de Justiça, a título prejudicial, a interpretação de qualquer das regras daquele instrumento convencional, das Convenções de Adesão que se lhe sigam e do próprio protocolo. E o segundo autoriza o Tribunal de Justiça a exercer a referida competência interpretativa a título prejudicial.

Ainda no domínio convencional, mas agora num âmbito que ultrapassa o espaço comunitário mas que engloba ademais a zona dos países da EFTA, saliente-se que estes Estados bem como os Estados comunitários firmaram em Setembro de 1988

⁽²⁹⁾ Ver o que escrevemos em Desenvolvimento Regional, nº 26/27, p. 160.

⁽³⁰⁾ Sobre o ponto, Colette Cova, Fiscalité de l'Epargne: un débat difficile, Revue du Marché Commun, nº 325 (Março de 1989), p. 133 e s.

⁽³¹⁾ Assinada em 19 de Junho de 1980 e que ainda não se encontra em vigor. Sobre as perspectivas de vinculação de Portugal a este instrumento internacional, cf. Moura Ramos, L'adhesion du Portugal aux conventions communautaires en matière de drait international privé (separata do V. LXIII (1987) do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), Coimbra, 1988, p. 25 e s.

uma convenção (paralela à convenção de Bruxelas de 1968)⁽³²⁾ relativa à competência judiciária e ao reconhecimento das decisões em matéria civil e comercial. Com este texto uniformizam-se as regras de competência internacional e de reconhecimento das sentenças estrangeiras nos dezoito países a ele ligados, o que, garantindo a livre circulação das decisões judiciais, antecipa a criação de um espaço judiciário europeu.

Finalmente recorde-se que, aproveitando a passagem, em Dezembro de 1988, do quadragésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Comunidade sublinharia a sua fidelidade aos princípios constantes deste documento e a crença na importância da sua efectivação. A este propósito, note-se ainda que o Parlamento aprovou em Abril de 1984 uma resolução que, na esteira daquele texto e de outros que o desenvolveram⁽³³⁾, adopta uma Declaração dos Direitos e Liberdades Fundamentais, aplicável a todos os nacionais da Comunidade; uma declaração que aquele orgão convida as outras instituições a, do mesmo modo, adoptar e que faz por igual votos para que seja integrada nos tratados e, até lá, venha ser considerada pelo Tribunal como parte integrante da ordem jurídica comunitária. Por outro lado, agora com um âmbito mais limitado, ainda que pretendendo vir a ser dotada de outra força vinculativa, a Comissão aprovaria em Maio de 1989, considerando-o um elemento da dimensão social para a realização do mercado interno⁽³⁴⁾, um anteprojecto de carta comunitária dos direitos socias fundamentais. A carta corresponde à preocupação de promover a melhoria das condições de vida e de trabalho na Comunidade e garante o direito dos trabalhadores assalariados à livre circulação, à justa remuneração, à protecção social, à liberdade de associação e à negociação colectiva, à formação profissional, à informação, à consulta e à participação e à protecção da saúde e da segurança no local de trabalho. Menção especial merece aí ainda o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, a protecção das crianças e dos adolescentes, a situação das pessoas idosas e dos deficientes. Discutido no Conselho de Ministros em Junho, o texto seria objecto de um consenso geral sobre os direitos

⁽³²⁾ Para a problemática da adesão de Portugal a este instrumento, cf. o texto citado na nota anterior, p. 11 e s.

⁽³³⁾ Designadamente, a Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, assinada em Roma a 4 de Novembro de 1950. Sobre este texto, cf, Pinheiro Farinha, *Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Anotada*, Lisboa, s/d.

⁽³⁴⁾ Vide supra, nº 2.

nele enumerados no Conselho Europeu de Madrid, que convidou a Comissão a empreender a elaboração de normas relativas aos direitos fundamentais.

8. Duas últimas referências, a terminar, a propósito das acções empreendidas pela Comunidade no domínio cultural e em matéria de ambiente. Quanto ao primeiro destes temas, atente-se em que a Comissão transmitiu ao Conselho, em Novembro de 1988, uma proposta de decisão relativa à televisão de alta definição, visando a sua introdução mais rápida no continente europeu. A decisão seria aprovada em Abril de 1989, por unanimidade, após parecer do Parlamento e do Conselho Económico e Social. Quase em simultâneo a Comunidade adoptava ainda uma posição comum tendente a favorecer o mercado europeu do audiovisual⁽³⁵⁾.

No campo do ambiente, e tendo em vista a protecção da camada de ozono cuja redução contribui para o aquecimento do planeta, o Conselho adoptou uma decisão que permite a ratificação, pela Comunidade, dos instrumentos internacionais na matéria — Convenção de Viena e Protocolo de Montreal — ao mesmo tempo que aprova o regulamento que aplicará, na ordem interna comunitária, este protocolo.

⁽³⁵⁾ Cf. a propósito, Colette Cova, *Télevision sans frontières: liberté contrôlée*, Revue du Marché Commun, nº 326 (Abril de 1989), p. 193 e s. e Ivo E. Schwarz, *Réflexions sur les problèmes de l'audiovisuel en Europe, ibidem*, nº 329 (Julho–Agosto de 1989), p. 389 e s.



EUROGABINETE PARA A REGIÃO CENTRO

Por: A. Castilho Dias (*)

A Comissão das Comunidades Europeias (CCE) preocupa-se desde há muito com o apoio à actividade das PME europeias. O acesso à informação por parte destas pequenas e médias empresas foi desde logo identificado como um dos mais decisivos para o seu sucesso. De facto, a informação é um dos vectores-chave para o desenvolvimento das empresas europeias.

Uma das acções empreeendidas pela CCE foi a criação dos Eurogabinetes (ou Euroventanillas, ou Euro Info Centers, ou Euro Guichets, ou Eurosportellos), actualmente em número de 187, destinados a constituir uma rede de informação sobre matérias comunitárias para as empresas dos 12 Estados membros.

A Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) entendeu candidatar-se ao acolhimento de um Eurogabinete, em conjunto com nove associações industriais e núcleos empresariais (Associações Industriais de Águeda e do Concelho de Pombal, Associações Comerciais e Industriais de Coimbra, Covilhã e Figueira da Foz, Associação das Empresas de Agricultura, Comércio e Indústria da Beira Serra e Núcleos Empresariais das Regiões de Castelo Branco, Guarda e Leiria), representando cerca de 12 500 empresas e abrangendo 53 dos 78 concelhos da Região Centro. A Associação Comercial e Industrial de Coimbra, apesar de apoiar a candidatura da CCRC, apresentou uma candidatura em termos individuais, vindo a ser designada como "antena" do Eurogabinete para a Região Centro.

O funcionamento do Eurogabinete para a Região Centro foi já iniciado, encontrando-se em fase de arranque desde o final de 1989.

Com base na experiência já adquirida, pode dizer-se que as questões mais frequentemente formuladas pelas empresas são relativas aos seguintes assuntos:

aspectos gerais comunitários e Mercado Único Europeu;

^(*) Gestor do Eurogabinete para a Região Centro da Comissão de Coordenação da Região Centro.

- participação em programas comunitários de formação e de investigação, demonstração e desenvolvimento;
- mecanismos de cooperação financeira comunitária;
- legislação comunitária;
- informação e ajuda nos procedimentos para concursos públicos (fornecimentos e obras públicas);
- pesquisa de mercados e aconselhamento em matéria de política comercial e de investimentos;
- apoio a diversas formas de cooperação empresarial.

O Eurogabinete procura atender a toda esta vasta tipologia de matérias, no sentido de proporcionar uma resposta adequada, personalizada, fácil, rápida e confidencial.

Para além de dar resposta a questões formuladas, o Eurogabinete para a Região Centro tem um programa próprio de actividades, que terá como eixos fundamentais:

- o envio n\u00e3o solicitado de informa\u00e7\u00e3o sobre aspectos comunit\u00e1rios \u00e0s empresas, nomeadamente atrav\u00e9s das suas associa\u00e7\u00f3es;
- a organização de acções de sensibilização, informação e formação sobre matérias bem precisas. A este nível, está já programado para o ano de 1990 um Ciclo de Painéis "Economia, Emprego e Desenvolvimento Regional", que se desenrolará em quatro colóquios sobre sub-contratação, investimento estrangeiro e cooperação, comércio em Portugal e financiamento da actividade industrial;
- a organização de missões empresariais à Região Centro e de industriais da
 Região a outras regiões da Comunidade.

Mas a informação não se desenvolve num único sentido: o grande desafio colocado aos Eurogabinetes consiste também no desabrochar do diálogo entre empresas e Comunidade, fazendo chegar à CCE anseios, preocupações, dificuldades das empresas e de todos os agentes do desenvolvimento, viabilizando, desta forma, uma melhor adaptação das políticas comunitárias à especificidade das PME e das diferentes regiões do espaço europeu.

Seminário INDUSTRIALIZAÇÃO EM MEIOS RURAIS E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Colmbra, 22 e 23 de Junho de 1989

Por: António José Cardoso (*)

1. Objectivos

A industrialização rural têm assumido nos últimos 20 anos um papel de grande relevo nas economias dos países industrializados. Tendo em vista analisar os processos, os padrões, a competitividade e as perspectivas futuras de tal fenómeno, a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), com o apoio da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) e o patrocínio das instituições financeiras Banco Borges & Irmão, Caixa Geral de Depósitos e Montepio Geral, realizou em Coimbra um Seminário Internacional sobre essa temática, nos dias 22 e 23 de Junho de 1989. Este Seminário foi precedido por um Encontro promovido pelo Programa JADE, que permitiu expor e analisar a experiência de formação dos Jovens Agentes de Desenvolvimento.

Como sintetizou de forma excelente Jean Labasse, "a industrialização do meio rural [...] apresenta-se como promessa de uma melhor coesão social, de um emprego criterioso do espaço nacional, de um regresso a uma situação equilibrada, anterior à Revolução Industrial, em que a agricultura e a indústria viviam em simbiose no mesmo meio e combinavam harmoniosamente as suas actividades de carácter artesanal e familiar".

2. Os quatro temas abordados

O Seminário "Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional" constituiu uma oportunidade para a participação empenhada de

^(*) Chefe de divisão da Comissão de Coordenação da Região Centro.

investigadores, autarcas, empresários, quadros técnicos, gestores e políticos, nacionais e estrangeiros, ainda que se tenha pretendido que a análise incidisse especialmente no caso português. As intervenções, a publicar em actas no prelo, foram agrupadas nos seguintes temas:

- padrões recentes de industrialização em meios rurais: foram apresentadas análises das dinâmicas espacial e sectorial nos distritos industriais italianos e em casos da Região Centro, conduzindo à afirmação da diversidade de situações, às quais terá que corresponder uma multiplicidade de políticas;
- a industrialização rural num quadro de economia aberta: com base no estudo de casos (Região Centro, Vale do Ave), deu-se saliência aos aspectos competitivos e condicionantes da localização de indústrias em meios rurais, tendo em vista as possíveis vantagens do seu incremento harmonioso;
- industrialização e desenvolvimento local: salvaguarda e promoção dos meios rurais: o relevo foi colocado no impacte nos domínios do ordenamento do território e do ambiente, tendo em vista a valorização dos recursos naturais, a fixação equilibrada da população e as limitações e cuidados a ter na ocupação do espaço pela actividade industrial. Foi ainda abordado o papel da pluriactividade;
- formas organizacionais de apoio às actividades industriais em meios rurais: os apoios financeiros e nos domínios da informação, da gestão, da modernização tecnológica e da formação profissional, designadamente para as PME, estiveram em evidência, tendo sido apresentados os impactes na dinâmica industrial dos sistemas de incentivos e de outros instrumentos de apoio da política industrial, para a Região Centro e para a Dinamarca.

SICRUM - Seminário Internacional sobre Cadastro Rústico e Urbano Multifuncional face às novas tecnologias

> Lisboa, 20 e 21 de Novembro de 1989 Funchal, 22 a 25 de Novembro de 1989

> > Por: Emília Cancela de Amorim (*)

1. Introdução

Quando é reconhecido aos cidadãos o direito de posse da terra, torna-se necessário conhecer rigorosamente a localização geográfica da propriedade privada e pública – rústica e urbana – através da definição das suas extremas e área, bem como a capacidade de uso e ocupação do respectivo solo.

A importância do cadastro geométrico é reconhecida a nível mundial, em virtude de ser indispensável à política de gestão do solo e dos recursos naturais e socio-económicos, ser um dos suportes da política de ordenamento territorial e da estruturação fundiária.

Em Portugal, pouco ainda foi feito na área do cadastro urbano.

No que respeita ao cadastro geométrico da propriedade rústica, a área cadastrada é de cerca de 52% do território nacional, apenas aproximadamente 16% do número de prédios. Esta área localiza-se sobretudo no Sul do País e em parte reduzida da Região Centro, o que significa que a maior parte das áreas de grande potencialidade em termos de recursos naturais e de maior densidade demográfica não estão ainda cobertas.

Nas Regiões Autónomas, a situação é semelhante à do Continente.

^(*) Técnica Superior da Comissão de Coordenação da Região Centro.

2. Objectivos do SICRUM

Pretendeu-se essencialmente proporcionar um debate e uma reflexão sobre a problemática cadastral, tendo em conta as experiências internacionais e as potencialidades das novas tecnologias, orientadas para o estabelecimento de sistemas de informação.

3. Estrutura Organizacional

O SICRUM foi estruturado em dois períodos, sendo o primeiro de Sessões Públicas, para apresentação e discussão de Comunicações Técnicas, realizado no LNEC, em Lisboa, nos passados dias 20 e 21 de Novembro de 1989. O segundo, de sessões por Grupos de Trabalho, realizado no Funchal, no período de 22 a 25 de Novembro de 1989.

Este segundo período incluiu os seguintes Grupos de Trabalho:

- I Organização, Gestão, Produção, Cadastro Rústico e Urbano;
- II Metodologias de Trabalho, Aquisição e processamento da informação;
- III Avaliação predial para fins de planeamento e tributação, Sistemas de informação geográfica (LIS/GIS);
- IV Normas e Especificações Técnicas, Controlo de Qualidade, Gestão Multifuncional da Informação;
- V Cadastro e Registo Predial, Aspectos Técnicos e Legais;
- VI Formação Profissional aos vários níveis (universitário, politécnico e técnico profissional).

A experiência profissional dos muitos especialistas estrangeiros convidados e participantes dos vários Países Europeus e a grande receptividade que o SICRUM mereceu por parte da comunidade nacional, permitiu que se atingissem os objectivos programados.

V COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

León, 21 a 25 de Novembro de 1989

Por: Edite Morais (*)

Jorge Brandão (*)

Rui Martins (*)

1. Introdução

A realização do primeiro Colóquio Ibérico de Geografia ocorreu em 1979 (Salamanca), seguindo-se-lhe mais quatro, em 1981 (Lisboa), 1983 (Barcelona), 1986 (Coimbra) e, finalmente, em 1989 (León). Numa altura em que a vulgarização e divulgação científica assume especial importância através da multiplicação de reuniões internacionais com a presença de especialistas de todo o mundo, é com relevante pertinência que a reunião dos geógrafos de Portugal e Espanha se vem realizando alternadamente num e noutro país, tendo sido escolhida, desta vez, a cidade espanhola de León.

Numa época em que o pensamento geográfico é ainda dominado pela escola francesa mas já com fortes influências das correntes anglo-saxónicas, torna-se vital a procura de um caminho próprio para a geografia portuguesa contemporânea face ao cunho especial da sua matriz económica, social e cultural e à nova realidade que lhe confere a participação como membro de pleno direito na Comunidade Económica Europeia. As semelhanças com a vizinha Espanha e a proximidade dos caminhos a percorrer no futuro, justificam a cooperação com os geógrafos espanhóis na procura de soluções para problemas comuns e, enfim, na construção de um pensamento geográfico lbérico.

Este encontro dos geógrafos Ibéricos desdobrou-se em quatro sessões que se centraram nas temáticas da teoria e métodos da Geografia Humana e Geografia Física, da evolução das concepções da Geografia Política e na temática das relações inter-territoriais e das repercussões espaciais dos fluxos socio-económicos.

^(*) Técnicos superiores da Comissão de Coordenação da Região Centro.

2. Os temas versados nas sessões

2.1. Teoria, método e história do pensamento na Geografia Humana Ibérica.

Numa sociedade em constante mudança, a Geografia Humana não é uma ciência estática: é uma investigação em perpétua transformação, que se caracteriza pela incorporação nos seus estudos de novos temas e sobretudo de outras problemáticas.

Deste modo, o desenvolvimento, a valorização das paisagens e o desenho espacial, o significado social e político dos lugares, a singularidade territorial e os indivíduos, foram temas de estudo nesta sessão.

A Geografia não é só uma descrição viva das diferentes regiões da Terra, é um estudo atractivo, educativo, que nos dá uma noção justa da nossa situação e do nosso valor no mundo, investigando as causas físicas, topográficas e etnográficas que influenciam a marcha da Humanidade e os seus progressos; é para além disto, uma ciência que guia a evolução prática dos povos, serve para resolver problemas sociais e ensina a tirar partido dos recursos do planeta.

Esta sessão teve o propósito de promover a análise e a reflexão sobre trabalhos feitos e em curso, e de abrir novas perspectivas de investigação e acção no âmbito da Geografia Humana Ibérica.

2.2. Desenvolvimento da teoria e dos métodos na Geografia Física Ibérica.

Na área da Geografia Física predominaram as comunicações ligadas a estudos climáticos. O clima é um elemento essencial do meio ambiente pelo que se compreende o papel de relevo que lhe é atribuido, quer ao nível local quer ao nível micro, nomeadamente em estudos sobre poluição em cidades. As alterações climáticas provocadas pela poluição atmosférica nas cidades têm um efeito extremamente nocivo nas condições de vida das populações.

Mas a compreensão da dinâmica climática a maiores escalas (regional e nacional) é também essencial para acautelar as intervenções do homem em áreas em

equilíbrio precário como é o caso da região algarvia e, de um modo geral, das áreas mediterrânicas.

Os estudos de carácter geomorfológico estiveram também em relevo através de intervenções acerca de fenómenos vulcânicos e fenómenos periglaciares testemunhados por depósitos.

2.3. A Geografia Política em Espanha e Portugal: passado e presente da Geopolítica Ibérica.

As preocupações apresentadas nas comunicações desta sessão deram grande ênfase às questões relativas à definição e identidade regional, quer baseadas em conceitos vulgarizados como sejam Litoral/Interior, Norte/Sul, quer baseadas em factores de ordem administrativa como sejam as regiões de fronteira, as divisões administrativas - concelhos, distritos, ou ainda em factores sociais e culturais, como sejam os linguísticos. Mas também a definição nacional quer em termos de fronteiras terrestres, de fronteiras marítimas (ZEE) ou aéreas (espaço aéreo). É assinalada a influência histórica das correntes nacionalistas da geopolítica alemã na Península Ibérica.

Em evidência esteve também a questão dos processos eleitorais nos diversos níveis – nacional, regional e local, e os contornos que o voto assume nestes actos. Desde as eleições para o Parlamento Europeu onde o voto é personalizado mas baseado em critérios definidos pela comunicação social, as eleições para as comunidades autonómicas Espanholas onde se pode avaliar o sentimento de pertença regional dos seus habitantes pela participação eleitoral em assuntos regionais ou ainda a estrutura da votação em comunidades locais características.

2.4. As relações interterritoriais: os fluxos socio-económicos e as suas repercussões espaciais.

Tratou-se, sem dúvida, da sessão que suscitou maior interesse, evidenciado não só, pela numerosa assistência, mas sobretudo pelo número elevado de comunicações proferidas e pela grande amplitude de assuntos abordados.

A mobilidade demográfica foi abordada sobre diversos pontos de vista, de enquadramento (local, regional, nacional, comunitário) ou mesmo das suas

repercussões ao nível da estrutura e evolução demográfica, mas também atendendo a outras considerações socio-económicas.

No entanto, outras comunicações abarcaram temas tão diversos como: renovação urbana, industrialização, finanças locais, telecomunicações, investimento e incentivos, impactes da adesão à CEE, incidência territorial do fenómeno turístico e da residência secundária, comércio e padrões de consumo.

3. As viagens de estudo: apresentação sucinta

3.1. Travessia do rio Cares

O rio *Cares*, correndo para Norte, corta transversalmente uma cordilheira montanhosa nos Picos da Europa, que se levantam entre a costa atlântica, a norte, e a meseta Ibérica, a sul. São montanhas constituidas essencialmente por rochas sedimentares - calcário, que sofreram importantes movimentações quer através da tectónica hercínica quer da tectónica alpina. Formam uma barreira de 18 km de espessura com um desnível para norte de 2400 metros e de 1700 metros para sul.

As formas de relevo finais resultam do relevo estrutural. Por um lado, são tipos de rochas diferentes onde predomina o calcário e, por outro, é a tectónica com dobramentos, falhas, etc. que definem a forma de conjunto. Mas também resultam da acção fluvial e da acção glaciar e cársica.

As características estruturais dos *Picos da Europa*, conjugadas com condições climáticas específicas (montanha atlântica na vertente norte e características mais continentais na vertente sul) condicionam a cobertura vegetal.

A ocupação humana vai também condicionar fortemente esta cobertura. O aproveitamento tradicional destas áreas é a pastorícia. Nos vales, predominam os prados mas também se faz uma pequena agricultura. Em consequência, esta região sofreu nas últimas décadas um forte processo migratório. A população que ficou mantém ainda um modo de vida tradicional: as habitações, a ocupação – agricultura e principalmente o pastoreio, a ocupação do solo, o modo de vida comunitário.

Pela beleza paisagístia e pelo seu ecossistema, a área do vale do rio *Cares* é hoje um parque natural protegido, onde se procura implementar o turismo aproveitando as condições naturais que a região oferece.

3.2. "El Bierzo"

Do ponto de vista estrutural, o *Bierzo Baixo* é uma bacia intramontanhosa formada por materiais sedimentares de origem continental de idade geológica recente, que recobrem uma base de materiais muito mais antigos. Esta bacia é delimitada de uma forma quase contínua por bordos montanhosos paleozóicos.

Um relevo muito acidentado de fortes declives e com condições climáticas bastante rigorosas impuseram à montanha Berciana um trabalho pouco produtivo, penoso e irregular, que se traduz por um baixo nível de vida e um rendimento per capita exíguo.

É incontestável que a perda de recursos humanos e a despovoação de extensas áreas de montanha da região de "El Bierzo" representa o testemunho mais evidente da subordinação destes espaços às zonas industriais e urbanas, que tiveram aqui a mais importante reserva de mão de obra. As manifestações mais visíveis deste processo são os numerosos lugares despovoados que se observam nesta região. Por outro lado, muitas povoações perderam a sua identidade e foram absorvidas por núcleos de maior importância.

Este despovoamento resultou também de uma descriminação administrativa e económica, que tradicionalmente tem mantido no mais absoluto esquecimento os espaços de montanha, ao não dotá-los de infraestruturas básicas (rede de caminhos e estradas, electrificação, saneamento, etc.) e de serviços públicos (educação, administração pública, etc.).

Não deixa de ser surpreendente que na região de maior produção de electricidade de origem térmica, "El Bierzo", existam no mínimo 54 povoações sem electrificação (1979).

Nesta região, a uns 25 quilómetros de Ponferrada encontra-se uma área de características peculiares que foi declarada monumento nacional no ano de 1931 - as *Medulas*. São os restos da mais impressionante exploração mineira da Antiguidade onde os romanos, por volta do século II d. C. e durante cerca de 200 anos, extrairam mais de 900 toneladas de ouro. Ao actuar sobre esses resíduos, a erosão formou grandes picos avermelhados que dão à paisagem um cunho especial.

LEGISLAÇÃO CLASSIFICADA 1989

ABONO PARA FALHAS

Decreto-Lei nº4/89, de 6-1 (I.Série)

Estabelece condições de processamento uniforme do abono para falhas aos funcionários e agentes da Administração Pública.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Decreto-Lei nº244/89, de 5-8 (IS)

Disciplina a relevância do tempo de serviço prestado pelos funcionários e agentes da Administração.

Decreto-Lei nº427/89, de 7-12 (IS)

Define o regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública.

AJUDAS DE CUSTO

Despacho Normativo nº27/89, de 27-2 (IS)

Actualiza a tabela de ajudas de custo para deslocações em missão oficial ao estrangeiro e no estrangeiro.

Decreto-Lei nº98/89, de 29-3 (IS)

Procede à actualização para 1989 das remunerações base, pensões e ajudas de custo dos trabalhadores da Administração Pública.

AGRICULTURA

Portaria nº6/89, de 14-1 (I Série)

Estabelece normas relativas ao Programa de Drenagem e Conservação do Solo. Revoga a Portaria nº297/87, de 10-4.

Portaria nº7/89, de 14-1 (I Série)

Estabelece normas relativas ao Programa de Estudos para a Análise da Agricultura Portuguesa.

AMBIENTE

Decreto-Lei nº316/89, de 22-9 (IS)

Regulamenta a aplicação da convenção da vida selvagem e dos habitats naturais na Europa.

Despacho conjunto do MPAT e MAPA, 27-11 (IIS)

Determina qual a documentação necessária a apresentar para efeitos de aprovação pela Comissão das Comunidades Europeias de projectos candidatos às ajudas previstas no Regulamento (CEE) 355/77, relativo à comercialização e transformação dos produtos agrícolas e da pesca.

APOIO JUDICIÁRIO

Decreto-Lei nº112/89, de 13-4 (IS)

Altera a tabela anexa ao D.L. nº391/88, de 26-10, que regulamenta o sistema de apoio judiciário.

APOSENTACÃO

Resolução do Conselho de Ministros nº26/89, de 28-7 (IS)

Define, ao abrigo do disposto no nº4 do artigo 14º da Lei nº114/88, de 30 de Dezembro, os requisitos necessários para a aposentação voluntária do pessoal excedente ou considerado subutilizado.

Portaria nº959/89, de 30-10 (IS)

Aprova tabelas de equivalência de categoria da administração central e da antiga administração ultramarina.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Lei nº91, de 12-9 (IS)

Autorização ao Governo para legislar sobre associações de municípios.

Decreto-Lei nº412/89, de 29-11 (IS)

Estabelece o regime jurídico das associações de municípios.

AUTARQUIAS - TUTELA

Lei nº87/89, de 9-9 (IS)

Estabelece o regime jurídico da tutela administrativa das autarquias locais e das associações de municípios de direito público.

BENEFICIOS FISCAIS

Decreto-Lei nº215/89, de 1-7 (IS)

Aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais

CAIXAS DE PREVIDÊNCIA - REGIME JURÍDICO-LABORAL

Portaria nº820/89, de 15-9 (IS)

Altera a Portaria nº193/79, de 21 de Abril (estabelece o regime jurídico-laboral dos trabalhadores das caixas de previdência).

CÂMBIO - CONTRIBUIÇÕES, IMPOSTOS, TAXAS

Portaria nº776/89, de 7-9 (IS)

Adopta o ágio e o câmbio médio na liquidação de contribuições, impostos e taxas.

CARREIRAS - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Decreto-Lei nº381/89, de 28-10 (IS)

Estabelece diversas normas aplicáveis aos motoristas da Administração Pública e de institutos públicos. Revoga o Decreto-Lei nº33651, de 19 de Maio de 1944, o Decreto-Lei nº43336, de 21 de Novembro de 1960 e o Decreto-Lei nº298/85, de 26 de Julho.

CARREIRAS MÉDICAS

Decreto-Lei nº150/89, de 8-5 (IS)

Introduz alterações ao regime das carreiras médicas, definido pelo Decreto-Lei nº310/82, de 3 de Agosto.

C.C.R.

Decreto-lei nº81/89, de 23-3 (IS)

Fixa um período de validade para pareceres e autorizações das CCR's em processo urbanísticos

Portaria nº424/89, de 12-6 (IS)

Alarga a área de recrutamento para o cargo de administrador da Comissão de Coordenação da Região Centro.

Decreto-Lei nº260/89, de 17-8 (IS)

Lei Orgânica das Comissões de Coordenação Regional.

Resolução do Conselho de Ministros nº35/89, de 3-10 (IS)

Autoriza as comissões de coordenação regional (CCR) a participar no capital social das sociedades de fomento empresanal).

CEE - PRODUTOS DEFEITUOSOS - RESPONSABILIDADE

Decreto-Lei nº383/89, de 6-11 (IS)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº85/374/CEE, em matéria de responsabilidade docorrente de produtos defeituosos.

Decreto-Lei nº145/89, de 5-5 (IS)

Aplica na ordem interna o Regulamento (CEE) nº1360/78, de 19 de Junho, relativo a agrupamentos de produtores e suas uniões,

Portaria nº374/89, de 27-5 (IS)

Põe em execução o Decreto-Lei nº 145/89, de 5 de Maio, sobre a aplicação em Portugal do Regulamento (CEE) nº 1360/78 .

CHEFIAS

Decreto-Lei nº323/89, de 26-9 (IS)

Revê o Estatuto do Pessoal Dirigente da Função Pública.

CÓDIGOS

Lei nº24/89, de 1-8 (IS)

Alteração do artigo 1094º do Código Civil.

Decreto-Lei nº315/89, de 21-9 (IS)

Altera o Código de Processo de Trabalho.

Decreto-Lei nº332/89, de 27-9 (IS)

Estabelece o novo regime de fixação das taxas relativas aos actos previstos no Código da Propriedade Industrial e isenta do pagamento de 75% de todas as taxas os requerentes de fracos recursos económicos. Altera o Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto nº30679, de 24 de Agosto de 1940.

Decreto-Lei nº349/89, de 13-10 (IS)

Altera o Código de Registo Comercial.

Decreto-Lei nº418/89, de 30-11 (IS)

Prorroga o prazo previsto no nº1 do artigo 533º do Código das Sociedades Comerciais.

CONTRA-ORDENAÇÃO

Decreto-Lei nº356/89, de 17-10 (IS)

Introduz alterações ao Decreto-Lei nº433/82, de 27 de Outubro, que institui o ilícito de mera ordenação social e respectivo processo.

Decreto-lei nº64/89, de 25-2 (IS)

Estabelece o regime de contra-ordenação no sistema de segurança social.

CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Despacho Normativo nº86/89, de 8-9 (IS)

Revê e liberaliza os normativos aplicáveis à celebração de contratos de transferência de tecnologia.

DEFICIENTES

Decreto-Lei nº 29/89, de 23-1 (I Série)

Institui o subsídio por assistência de terceira pessoa a deficientes titulares de outras prestações.

Decreto-Lei nº247/89, de 5-8 (IS)

Aprova o regime de apoio técnico e financeiro a programas de reabilitação profissional de pessoas deficientes. Revoga a alínea m) do artigo 5º do Decreto-Lei nº165/85, de 16 de Maio e o Despacho Normativo nº52/82, de 25 de Março.

DEPUTADOS - ESTATUTOS

Lei nº98/89, de 29-12 (IS)

Incompatibilidades dos deputados — alteração à Lei nº3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados).

DOMÍNIO HÍDRICO

Lei nº92/89, de 12-9 (IS)

Autoriza o Governo a legislar sobre a definição e regime dos bens do domínio hídrico do Estado.

ELEIÇÕES

Lei nº5/89, de 17-3 (IS)

Dos símbolos e siglas das coligações para fins eleitorais.

ELEITOS LOCAIS

Lei nº97/89, de 15-12 (IS)

Alteração à Lei nº29/87, de 30 de Junho. (Estatuto dos Eleitos Locais)

EMPREITADAS

Portaria nº243/89, de 1-4 (IS)

Aprova os modelos e impressos de habilitação ao acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas, industrial, de construção civil e fornecedor de obras públicas (alvarás), definidas no D.L. nº100/88, de 23 de Março.

Portaria nº283/89, de 15-4 (IS)

Dá nova redacção à alínea s) do nº1 da Portaria nº129/88, de 26 de Fevereiro, que determina a constituição das comissões encarregadas do estudo e elaboração dos planos de obras.

Portaria nº713/89, de 22-8 (IS)

Fixa para o ano de 1990 as correspondências entre as classes das autorizações contidas nos alvarás de empreiteiro de obras públicas e de industrial de construção civil e os valores das obras que podem ser executadas a coberto de cada classe.

EMPRÉSTIMOS - TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

Decreto-Lei nº311/89, de 21-9 (IS)

Altera o artigo 4º do Decreto-Lei nº321/85, de 5 de Agosto (permite às empresas públicas e às sociedades anónimas pertencentes maioritariamente ao Estado, directa ou indirectamente, emitir títulos de crédito, denominados "títulos de participação" representativos de empréstimos por elas contraídos.

ENERGIA ELÉCTRICA

Decreto-Lei nº 18-A/89, de 12-1 (I Série-Suplemento)

Estabelece um regime de preços convencionados para venda de energia eléctrica. Revoga o Decreto-Lei nº344-A/82, de 1-9.

Decreto-Lei nº103-C/89, de 4-4 (IS)

Estabelece os novos prazos de pagamento dos débitos resultantes do consumo de energia eléctrica. Revoga o artigo 46º das Condições de Venda de Energia Eléctrica em Alta Tensão anexas ao D.L. nº43335, de 19 de Novembro, de 1960, o D.L. nº116/87, de 14 de Março, e o Decreto nº160/78, de 20 de Dezembro.

Portaria nº958/89, de 28-10 (IS)

Dá nova redacção a vários números da Portaria nº445/88, de 8 de Julho, que regula os procedimentos inerentes ao processo de autorização de utilização de água para aproveitamentos hidroeléctricos.

ENSINO - TÉCNICO-PROFISSIONAL

Despacho Normativo nº15/89, de 14-2 (IS)

Extingue as comissões regionais para o ensino técnico-profissional. Revoga o Despacho nº88/ME/83, de 28-9, o Despacho nº34/ME/83, de 29-11, e os nºs.15, 16 e17 do Despacho Normativo nº194-A/83, de 21-10.

ESTADO - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Decreto-Lei nº309/89, de 19-9 (IS)

Estabelece o regime de alienação, em hasta pública, dos imóveis do Estado. Revoga o Decreto-Lei nº309/83, de 1 de Julho.

EUCALIPTO

Portaria nº512/89, de 6-7 (IS)

Estabelece normas para plantações de eucaliptos explorado em revoluções curtas.

FLORESTAS

Despacho Normativo nº56/89, de 3-7 (IS)

Define critérios de atribuição de subsídios de natureza social referente a incêndios florestais

Portaria nº513/89, de 6-7 (IS)

Estabelece os concelhos onde se passa a aplicar o disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº175/88, de 17 de Maio (estabelece o condicionamento da arborização com espécies florestais de rápido crescimento).

Portaria nº528/89, de 11-7 (IS)

Estabelece normas sobre projectos de florestação em espécies florestais de rápido crescimento.

Decreto nº48/89, de 17-10 (IS) _

Desafecta do regime florestal uma parcela de terreno com 100 ha pertencente ao Município de Cantanhede e integrada no perímetro florestal das dunas de Cantanhede.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL - APOIOS

Despacho Normativo nº87/89, de 12-9 (IS)

Define as prioridades a respeitar na apreciação das candidaturas aos apoios à formação profissional concedidos através do Fundo Social Europeu (FSE) ou do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Despacho Normativo nº88/89, de 12-9 (IS)

Fixa os valores máximos das remunerações dos formadores que podem ser consideradas como custos para efeitos do seu co-financiamento pelo Fundo Social Europeu.

FREGUESIAS - CRIAÇÃO

Lei nº30/89, de 23-8 (IS)

Alteração dos limites da freguesia da Lapa do Lobo, concelho de Nelas.

Lei nº74/89, de 28-8 (IS)

Criação da freguesia de Carreira no concelho de Leiria.

Lei nº76/89, de 29-8 (IS)

Criação da freguesia de Chainça no concelho de Leiria.

Lei nº77/89, de 29-8 (IS)

Criação da freguesia da Ilha no concelho de Pombal.

Decreto-Lei nº354/89, de 17-10 (IS)

Dá nova redacção aos artigos 77º, 78º, 79º, 81º, 83º, 90º, 107º e 114º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares aprovada pelo Decreto-Lei nº422-A/88, de 30 de Novembro.

INCÊNDIOS

Decreto-Lei nº180/89, de 30-5 (IS)

Estabelece regras de ordenamento das zonas percorridas por incêncios florestais em áreas protegidas.

Decreto-Lei nº426/89, de 6-12 (IS)

Aprova as Medidas Cautelares de Segurança contra Riscos de Incêndios em Centros Urbanos Antigos.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO

Resolução da Assembleia da República nº22/89, de 1-8 (IS)
Criação de um instituto universitário europeu.

JUNTAS DE FREGUESIA- SUBSÍDIOS

Despacho Normativo nº68/89, de 27-7 (IS)

Atribui subsídios para a construção de juntas de freguesia.

Decreto-Lei nº107/89, de 30-11 (IS)

Atribui subsídios a várias freguesias para construção de sedes de juntas de freguesia.

LICENCIAMENTO - ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Despacho conjunto do MPAT e MIE, de 7-8-89 (IIS)

Regras a observar na tramitação dos pedidos de licenciamento pelas entidades com competência para o licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos industriais.

Despacho Normativo nº109/89, de 15-12 (IS)

Revoga o Despacho Normativo nº148/83, de 25 de Junho, que estabelece normas sobre o licenciamento de supermercados.

MÉDICO VETERINÁRIO

Decreto-Lei nº399/89, de 10-11 (IS)

Harmoniza o direito interno com o preceituado nas directivas do Conselho das Comunidades quanto ao reconhecimento de diplomas, certificados e outros títulos referentes à actividade de médico veterinário.

Decreto-Lei nº436/89, de 19-12 (IS)

Revaloriza a carreira de médicos veterinários municipais de acordo com o Decreto-Lei nº265/88, de 28 de Julho. Primeira alteração ao Decreto-Lei nº143/83, de 30 de Março.

M.P.A.T.

Portaria nº18/89, de 11-1 (I Série)

Altera o quadro único do MPAT na parte referente a pessoal técnico-profissional, pessoal administrativo, pessoal operário e pessoal auxiliar.

Portaria nº199/89, de 10-3 (IS)

Adita ao quadro único do Ministério do Planeamento e da Administração do Território um lugar de director.

Portaria nº735/89, de 29-8 (IŞ)

Altera o quadro anexo à Portaria nº351/87, de 29 de Abril.

MUNICÍPIOS - DÍVIDAS À EDP

Resolução do Conselho de Ministros nº15/89, de 4-4 (IS) Realização de dívidas dos municípios à EDP.

Decreto-Lei nº103-B/89, de 4-4 (IS-Sup)

Regula a execução do artigo 48º do Orçamento do Estado.

N.U.T.S.

Decreto-lei nº46/89, de 15-2 (IS)

Estabelece as matrizes da delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

OBRAS

Portaria nº338/89, de 12-5 (IS)

Aprova a relação das disposições legais a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução.

OBRAS PÚBLICAS

Decreto-lei nº308/89, de 12-9 (IS)

Atribui competências de fiscalização ao Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares na aplicação das normas dos Decretos nºs 41821, de 11 de Agosto de 1958 e 4627, de 10 de Julho de 1965.

OBRIGAÇÕES

Decreto-Lei nº320/89, de 25-9 (IS)

Alarga a outras entidades, que não sociedades anónimas e sociedades por quotas a possibilidade de emitir obrigações.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Lei nº93/89, de 12-9 (IS)

Autorização ao Governo para legislar sobre as atribuições das autarquias locais respeitantes aos planos municipais do ordenamento do território.

ORÇAMENTO DE ESTADO

Decreto-lei nº79/89, de 11-3 (IS)

Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 1989.

Lei nº99/89, de 29-12 (IS)

Alteração à Lei nº114/88, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 1989).

Lei nº101/89, de 29-12 (I2º Sup. IS)

Aprova o Orçamento de Estado para 1990.

PARQUE NATURAL

Decreto-Lei nº121/89, de 14-4 (IS)

Cria o Parque Natural da Serra de São Mamede.

PEDAP

Portaria nº329/89, de 8-5 (IS)

Majora a ajuda aos investimentos de jovens agricultores relativamente ao Programa de Electrificação das Explorações Agricolas, ao Programa de Drenagem e Conservação do Solo e ao Programa de Pequenos Regadios Individuais, no âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP).

RECTIFICAÇÃO AO D. L. 353 - A/89, DE 16 DE OUTUBRO

Declaração, de 30-12 (Sup. IS)

De ter sido rectificado o D.L. nº 353 - A/89, da Presidência do Conselho de Ministros, que estabelece regras sobre o estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública e a estrutura das remunerações base das carreiras e categorias superiores nele contempladas, publicado no DR I Série, nº 238 (Suplemento), de 16 de Outubro de 1989.

REMUNERAÇÕES

Decreto-Lei nº184/89, de 2-6 (IS)

Estabelece princípios gerais de salários e gestão de pessoal da função pública.

Decreto-Lei nº353-A/89, de 16-10 (IS) Supl.

Estabelece regras sobre o estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública e a estrutura das remunerações base das carreiras e categorias não contempladas.

Portaria nº904-A/89, de 16-10 (IS)

Fixa o valor do índice 100 de cada uma das escalas salariais.

Portaria nº904-B/89, de 16-10 (IS)

Actualiza a tabela da remuneração base dos funcionários e agentes da Administração Pública e dos organismos de coordenação económica e demais institutos públicos bem como as pensões, ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e as comparticipações da ADSE.

R.A.N.

Decreto-Lei nº196/89, de 14-6 (IS)

Estabelece o novo regime da Reserva Agrícola Nacional. Revoga o Decreto-Lei nº451/82, de 16 de Novembro.

RUÍDO

Decreto-Lei nº292/89, de 2-9 (IS)

Altera algumas disposições do Regulamento Geral sobre o Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº251/87, de 24 de Junho.

SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei nº380/89, de 27-10 (IS)

Permite o pagamento retroactivo de contribuições para a Segurança Social.

SEGUROS - CEE

Decreto-Lei nº373/89, de 25-10 (IS)

Estabelece o regime jurídico do contrato de co-seguro comunitário.

SIBR - SINPEDIP

Despachos Conjuntos dos Ministérios do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia (II Série--Suplemento de 19-1)

Definem os procedimentos a adoptar quanto a processos apresentados ao abrigo do artigo SIBR e que não tenham sido objecto de decisão.

Despacho Conjunto do MPAT e MIE, de 4-4 (IIS)

Realização da análise económica e financeira dos projectos de investimento que recaiam no âmbito do SIBR e SINPEDIP - condições de acesso.

SIURE

Portaria nº971/89, de 9-11 (IS)

Estabelece as condições de financiamento pelo Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa - PEDIP - à despesa pública com a concessão de incentivos previstos no Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia - SIURE.

SOCIEDADES

Decreto-Lei nº25/89, de 20-1 (I Série)

Aprova a transformação da Quimigal, E.P., em Quimigal-Química de Portugal, S.A.

Decreto-Lei nº28/89, de 23-1 (I Série)

Fixa o capital social mímino dos bancos comerciais ou de investimento, de seguradoras e de outras sociedades financeiras a constituir depois de 1 de Janeiro de 1989.

Portaria nº40/89, de 23-1-89 (I Série)

Determina que as sociedades de locação financeira a autorizar a partir de 1 de Janeiro de 1989 devam possuir um capital social não inferior a 750.000 contos, quando se dediquem à locação financeira mobiliária, ou a 1.500.000 contos, quando o seu objecto for a locação financeira imobiliária.

Portaria nº41/89, de 23-1 (I Série)

Determina que as sociedades de investimento já constituídas ou que venham a constituir-se por já haverem sido autorizadas à data do presente diploma, nos casos em que o seu capital social seja inferior ao mínimo fixado no presente diploma, devam proceder ao correspondente aumento até 31 de Dezembro de 1991.

Portaria nº42/89, de 23-1 (I Série)

Determina as sociedades administradoras de compras em grupo a autorizar a partir de 1 de Janeiro de 1989.

Portaria nº 43/89, de 23-1 (I Série)

Determina que as sociedades de gestão e investimento imobiliário (S.G.I.I.) já constituídas ou que venham a constituir--se por já haverem sido autorizadas à data desta Portaria, nos casos em que o seu capital social seja inferior ao mínimo fixado no presente diploma, devam proceder ao correspondente aumento até 31 de Dezembro de 1991.

Decreto-lei nº22/89, de 19-1 (I Série)

Transforma a empresa pública Banco Borges e Irmão, E.P., em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicas.

Decreto-Lei nº111/89, de 13-4 (IS)

Altera uma disposição do Decreto-Lei nº17/86, de 5 de Fevereiro, relativa às sociedades de capital de risco.

Decreto-Lei nº283-A/89, de 23-8 (IS-Sp)

Altera o Decreto-Lei nº 109/89, de 13 de Abril (transforma a Aliança Seguradora, E.P. em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos e aprova os respectivos estatutos sociais).

Decreto-Lei nº289/89, de 2-9 (IS)

Altera o Decreto-Lei nº248/88, de 15 de Julho (cria as sociedades de fomento empresarial).

Decreto-Lei nº313/89, de 21-9 (IS)

Transforma a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, EP, em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos.

Decreto-Lei nº336/89, de 4-10 (IS)

Estabelece o novo regime jurídico das sociedades de agricultura de grupo.

Decreto-Lei nº337/89, de 4-10 (IS)

Transforma a SOCAMAR, E.P. em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos

Decreto-Lei nº411/89; de 23-11 (IS)

Transforma a COSEC - Companhia de Seguro de Crédito - E.P., em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos.

Decreto-Lei nº428/89, de 7-12 (IS)

Transforma o Banco de Fomento Nacional, E.P., em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos.

Aviso nº8/89, de 20-12 (IS)

Fixa os limites de envolvimento das sociedades financeiras para aquisição a crédito (S.F.A.C.)

SUBSÍDIO DE DOENÇA (PARAMILOIDOSE)

Declaração da Assembleia da República, de 10-5-89 (IS)

De ter sido rectificada a Lei 1/89, de 31 de Janeiro (subsídios e garantias a atribuir aos cidadãos que sofrem de paramiloidose (PAF), publicada no Diário da República, 1ª. Série, nº26, de 31 de Janeiro de 1989.

SUBSÍDIO DE TURNO

Portaria nº198/89, de 10-3 (IS)

Fixa as percentagens do subsídio de turno a que se refere o artigo 17º do Decreto-lei nº187/88, de 27 de Maio, aos funcionários e agentes da Administração Pública.

TELECOMUNICAÇÕES

Lei nº88/89, de 11-9 (IS)

Define a Lei de Bases do Estabelecimento, Gestão e Exploração das Infra-Estruturas e Serviços de Telecomunicações.

TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS

Decreto-Lei nº326/89, de 26-9 (IS)

Altera o disposto no artigo 20º da Lei de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovada pelo Decreto-Lei nº267/85, de 16 de Julho, quanto à distribuição dos processos aos juízes nos tribunais administrativos.

TRIBUNAL DE CONTAS

Lei nº86/89

Reforma o Tribunal de Contas, de 8-9 (IS)

Resolução do T.C., de 21-12 (Sup. IIS)

Orientações relativas à Lei nº 86/89 de 8-9 (Reforma do Tribunal de Contas).

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Lei nº85/89, de 7-9 (IS)

Introduz alterações à Lei nº28/82, de 15 de Novembro, lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional.

Retificação de 21-9 (IS)

Á Lei nº85/89, de 7 de Setembro (introduz alterações à Lei nº28/82, de 15 de Novembro lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), publicada no Diário da República, 1ª Série, nº206, de 7 de Setembro de 1989.

TRABALHO - LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº64-A/89, de 27-2 (IS-2º Sup.)

Aprova o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho, incluindo as condições de celebração e caducidade do contrato de trabalho a termo.

Decreto-Lei nº64-B/89, de 27-2 (IS-2ºSup.)

Altera as regras processuais do regime de suspensão e redução da prestação do trabalho (lay-off).

Decreto-lei nº74-C/89, de 27-2 (IS-2ºSup.)

Regula a atribuição de incentivos à criação de emprego para os desempregados de longa duração.

Decreto-Lei nº358/89, de 17-10 (IS)

Define o regime jurídico do trabalho temporário exercido por empresas de trabalho temporário.

Portaria nº994/89, de 16-11 (IS)

Estabelece normas de execução necessárias à aplicação do regime jurídico de protecção no desemprego fixado no Decreto-Lei nº79-A/89, de 13 de Março.

TRANSPORTES

Despacho Normativo nº36/89, de 18-4 (IS)

Estabelece que o valor da participação financeira a conceder pelo MOPTC a empreendimentos objecto de financiamento por várias fontes seja igual à diferença entre o valor da participação financeira calculada de acordo com o nº4.1 do Despacho Normativo nº46/88, de 22 de Junho, e o montante concedido pelas outras fontes de financiamento.

TURISMO

Decreto-Lei nº13/89, de 7-1 (I Série)

Cria a Zona de Turismo de Guimarães.

Portaria nº162/89, de 2-3 (IS)

Define os critérios a adoptar em zonas consideradas sectorialmente saturadas pela Direcção Geral de Turismo.

Decreto Regulamentar nº8/89, de 21-3 (IS)

Aprova o Regulamento dos Empreendimentos Turísticos.

Decreto-Lei nº130/89, de 18-4 (IS)

Cria o direito de habilitação turística por tempo determinado (time sharing)

Decreto-Lei nº179/89, de 27-5 (IS)

Regula o exercício de actividades de informação turística por parte dos agentes oriundos das Comunidades Europeias.

Decreto-Lei nº203/89, de 22-6 (IS)

Dá nova redacção ao artigo 3º do Decreto-Lei nº49266, de 26 de Setembro de 1969 (revê e amplia a competência do Fundo de Turismo para tomar participações em empresas que possam contribuir para o desenvolvimento do turismo.

Portaria nº592/89, de 29-7 (IS)

Alarga a área de recrutamento da Região de Turismo de Dão-Lafões.

Decreto-Lei nº256/89, de 12-8 (IS)

Cria o Instituto Nacional de Formação Turística a Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra e a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Decreto-Lei nº446/89, de 30-12 (IS)

Estabelece os serviços do Instituto de Programação Turística no estrangeiro e define o respectivo regime (revoga o artigo 5º A do Decreto-Lei nº545/74, de 19 de Outubro, aditado pelo Decreto-Lei nº83/83, de 11 de Fevereiro, o Decreto-Regulamentar nº44/82, de 24 de Julho, o Decreto-Lei nº199/83, de 19 de Maio e o nº2 do artigo 30º e artigos 32º e 33º do Decreto-Lei nº402/86, de 3 de Dezembro).

VENDAS A PRESTAÇÕES

Portaria nº229-A/89, de 18-3 (IS-Sup.) Regulamenta o regime geral das vendas a prestações.

VILAS - CRIAÇÃO

Lei nº42/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Oiã à categoria de vila.

Lei nº43/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Cacia à categoria de vila.

Lei nº45/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação do Eixo à categoria de vila.

Lei nº48/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Branca à categoria de vila.

Lei nº52/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Paião à categoria de vila.

Lei nº53/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de São João do Campo à categoria de vila.

Lei nº54/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Alhadas à categoria de vila.

Lei nº55/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Paul à categoria de vila.

Lei nº56/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Aldeia do Carvalho à categoria de vila.

Lei nº57/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Paranhos da Beira à categoria de vila.

Lei nº58/89, de 24-8 (IS)
Elevação da povoação de Loriga à categoria de vila.

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

- ABRANTES, José Hábitos de compra de produtos alimentares. Porto. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio Interno, 1988 (Cadernos Comércio e Distribuição; 7), 53 p., S-3505/7
- AÇORES. DEPARTAMENTO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO Portugal. Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores. Angra do Heroísmo, D.R.E.P.A., 1989, 183 p., 3943
- AÇORES. DEPARTAMENTO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO Açores. Projecção Demográfica 1980-2000. Angra do Heroísmo, D.R.E.P.A., 1988, 51 p., 3862
- AÇORES. DEPARTAMENTO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO Mobilidade e Crescimento. Uma análise do tráfego de bens e pessoas e da evolução económica-social nos Açores. Angra do Heroísmo, D.R.E.P.A., 1988, 79 p., 3860
- AÇORES. DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO PDR. Plano de Desenvolvimento Regional 1989-93. Ponta Delgada, D.R.E.P.A., 1989, 114 p., 3946
- ALBERGARIA, Henrique Soares de O mercado potencial de emprego no distrito de Leiria. Um estudo sobre as saídas profissionais da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria. Leiria, [S. Ed.], 1988, 113 p., 3959
- ALENTEJO. C.C.R.A. Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano. Évora, C.C.R.A., 1988, 437 p., 3918
- ALENTEJO. C.C.R.A. Projecto de desenvolvimento integrado dos Concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Esgotos de águas residuais. Évora, C.C.R.A., 72 p., 3788
- ALENTEJO. C.C.R.A. Projecto de desenvolvimento integrado dos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Abastecimento de águas. Évora, C.C.R.A., 1986, 57 p., 3788
- ALMEIDA, Ingrid Valente Negociação Agrícola no Quadro do Uruguay Round. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação, 1988 (Documentos; 7-88), 50 p., S-3751/7-88
- AMARAL, Mira Política energética e plano energético nacional. Lisboa, Direcção-Geral da Indústria, 1989 (Cadernos de Divulgação; 6), 30 p., S-3829/7
- AMARAL, Mira Política tecnológica e inovação na indústria. Lisboa, Direcção-Geral da Indústria, 1989 (Cademos de Divulgação; 7), 32 p.,S-3829/7
- ASSELAIN, Jean-Charles Croissance, depression et recurrence du protectionnisme français. Paris, Economica, 1985 (Approfondissement de la Connaissance Economique; 6), p. 29-53, S-1370/6
- ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO ALTO MONDEGO SERRA DA ESTRELA Plano de Desenvolvimento Regional da Serra da Estrela. Gouveia, A.M.A.M.-S.E., 1988, 64 p., 3952
- ASSOCIATION GÉNÉRALE DES HYGIÉNISTES ET TECHNICIENS MUNICIPAUX Les Résidus Urbains. Paris, Tec. et Doc.- Lavoisier, 1985, 2 vol., 3967
- ASSOCIATION GÉNÉRALE DES HYGIÉNISTES ET TECHNICIENS MUNICIPAUX Les Déchets Ménagers. Collecte en milieu rural broyage et compostage. Paris, Tec. et Doc. Lavoísier, 1980, 161 p., 3966
- AVEIRO. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE VII Jornadas de Saúde de Aveiro. Panorama do Distrito. Aveiro, A.R.S., 1988, 222 p., 3777
- AZEVEDO, Joaquim Os quadros intermédios e os processos de modernização. Relatório final. Porto, Centro de Documentação e Estudos Europeus, 1989, 54 p., 3947

- BALASSA, Bela Evolution récente du commerce international des produits manufacturés et changements structurels dans les pays industrialisés. Paris, Economica, 1985 (Approfondissement de la Connaissance Economique; 6), p. 113-138, S-1370/6
- BARNABÉ, Gilbert Aquaculture. Paris, Tec. et Doc.- Lavoisier, 1989, 2 Vol., 3920
- BARROCO, Júlio Calçada Apreciação do projecto de terceiro relatório sobre as regiões da Comunidade. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação, 1987 (Documentos; 1-87), 33 p., S-3751/1-87
- BELCHIOR, Manuel Costa Notas de reflexão sobre o sistema ciência, inovação e desenvolvimento. Lisboa, Departamento Central de Planeamento, 1987, 110 p., 3760
- BOTELHO, Caio Lóssio A filosofia e o processo evolutivo da geografia. Porto, Editora Justiça e Paz, 1988, 108 p., 3878
- BREJO, João Carlos Ferreira A Pesca no Litoral Alentejano. Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1988, 55 p., 3776
- CARAÇA, João Conferência da Casa de Mateus. Tecnologia e Competitividade. Lisboa, Instituto Superior de Economia Centro de Estudos da Dependência, 1987, 13 p., 3864
- CARDOSO, António Heleno Cálculo de curvas de regolfo. Fundamentos e Manual de utilização do programa HEC 2. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985 (Informação Técnica Hidráulica; 16), 198 p., S-2961/16
- CASACA, João Variance component estimation and reliability at local heterogeneous networks. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1988 (Informação Científica Barragens; 2) , 14 p., S-3849/2
- CASTELO BRANCO, Maria Cristina Capello Franco Pinto de Estudo da possibilidade de incremento da caprinicultura em seis concelhos do Distrito de Portalegre. Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1986, 504 p., 3780
- CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS Conferência internacional sobre a população e futuro urbano. Lisboa, C.E.D., 1988 (Caderno; 8) , 49 p., S-1137/8
- CHAMBINO, Mário Lobato Paleoantropologia e Paleoecologia no Alto Tejo Português. Recuperação e estudo de algumas formas de património arqueológico. Lisboa, Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, 1987, 81 p., 3861
- CHILCOTE, Ronald H. The Portuguese Revolution of 25 April 1974. Annotated bibliography on the antecedents and aftermath. Vol. I. Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril Universidade de Coimbra, 1987, 329 p., DR-81
- COIMBRA, C.C.R.C. Região Centro. Relatório do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território 1989. Coimbra, C.C.R.C., 1989, 42 p., 01/206
- COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA O direito comunitário e a igualdade jurídica entre mulheres e homens. Comunicações do seminário realizado em Julho de 1987 em Lisboa e no Porto. Lisboa, C.C.F., 1988 (Cadernos da Condição Feminina; 23), 99 p., S-1156/23
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS Programme de travail de la Commission 1989. Présentation devant le Parlement Européen par le président Jacques Delors et réponses à l'issue des débats. Luxembourg, O.P.O.C.E., 1984 (Supplément au Bulletin CE;2-89), 71 p., S-CEE-7/2-89

- CONIN, Custódio Tábuas abreviadas de mortalidade. Distritos e Regiões Autónomas. Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, 1988 (Cademo; 7), 140 p., S-1137/7
- CORREIA, Maria Lucília Períodos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio Interno, 1988 (Cadernos Comércio e Distribuição; 9) , 47 p., S-3505/9
- COSTA, Carlos A. de Oliveira Um programa de comunicações para microcomputdores. DIC 5. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985 (Informação Técnica - Projecto e Construção de Equipamento; 18), 26 p., S1826/18
- COSTA, Carlos A. de Oliveira INDVET Um algoritmo para selecção de vectores linearmente independentes, duma lista dada de N vectores. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985 (Informação Técnica Projecto e Construção de Equipamento; 19), 36 p., S-1826/19
- COSTA, Manuel Afonso O Pensamento Social Francês do sec. XVIII. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1988 (Ensaio; 2), 23 p., S-3873/2
- DIAS, Emília Hábitos de compra de produtos alimentares. Viseu. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio Interno, 1989 (Cadernos Comércio e Distribuição; 12), 35 p., S-3505/12
- DIAS, Maria Rosa Hábitos de compra em centros comerciais. Lisboa. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio Interno, 1988 (Cadernos Comércio e Distribuição; 8), 69 p., S-3505/8
- DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DA BEIRA LITORAL Programa Integrado de Desenvolvimento Regional. Identificação e matrizes de planeamento de projectos orientado para objectivos. Aveiro, D.R.A.B.L., 1986, 46 p., 3965
- DORES, Maria Paula Harries Myre Descrição do projecto de base de dados para análise regional BDAR. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1987 (Informação Técnica Informática; 54), 141 p., S-2523/54
- DUARTE, Vítor Análise dos resultados do inquérito para avaliação de produtos de suporte lógico (Software). Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985 (Informação Técnica Informática; 48), 93 p., S-2523/48
- EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA Sindicatos e gestão. Rivais ou Parceiros?.. Lisboa, E.E.U.A., 1986 (Temas Actuais; 22), 69 p., S-3001/22
- FERNANDES, António José Portugal face à política regional da Comunidade Europeia. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989 (Biblioteca de Economia e Gestão,7), 222 p., S-3930/6
- FERREIRA, Alberto Leite Código de processo do trabalho. Anotado. Coimbra, Coimbra Editora, 1989, 743 p., 4001
- FIGUEIRA DA FOZ, CAMARA MUNICIPAL Elementos subsidiários para o estudo do Concelho da Figueira da Foz. Do passado ao presente. Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1988, 208 p., 3774
- FIGUEIRA DA FOZ. CAMARA MUNICIPAL Figueira da Foz. Elementos subsidiários para o estudo do concelho da Figueira da Foz. Vol. II. Figueira da Foz, C.M.F.F., 1989, 190 p., 3774
- FIGUEIRINHA, Jorge Guia dos titulares dos orgãos das autarquias locais. Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, 1988, 120 p., 3916
- FOUQUIN, Michel L'auto-protection de l'industrie Japonaise. Paris, Economica, 1985 (Approfondissement de la Connaissance Economique; 6), p. 239-249, S-1370/6

- GRAÇA, Laurentina Comércio. Análise de algumas linhas de evolução e Perspectivação de uma nova dinâmica a nível empresarial e institucional. Lisboa, Departamento Central de Planeamento, 1987 (Cademos SISP; 1-88.), 107 p., S-3759/1-88
- GUILLAUMONT, Patrick Protectionnisme, substitution à l'importation et développement tourné vers l'intérieur. Quelques équivoques illustrées par le cas des pays africains de la zone franc. Paris, Economica, 1985 (Approfondissement de la Connaissance Economique; 6), p. 203-229, S-1370/6
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL Relatório sobre Portugal elaborado no âmbito da informação sobre políticas de emprego nas Comunidades. Lisboa, I.E.F.P., 1987, 106 p., 3529
- JORGE, Maria Manuela Machado Mercados Municipais. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio Interno, 1989 (Cadernos Comércio e Distribuição; 11), 43 p., S-3505/11
- KINSLER, Lawrence E. Fundamentals of acoustics. New York, John Wiley & Sons, 1982, 480 p., 3903
- KRIEGER, M. Relatório anual das actividades do Projecto de Extensão Rural realizadas na Meimoa-Benquerença-Salgueiro. [s. l. ed.], Direcção Regional da Agricultura da Beira Interior, 1988, 219 p., 3809
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Verificação da segurança de estruturas de betão pré-esforçado de acordo com o regulamento português (REBAP). Lisboa, L.N.E.C., 1986 (Estruturas Relatório; 188), 27 p., S-3495/188
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Sistemas de informação rodoviária. Missão de estudo aos Estados Unidos da América. Lisboa, L.N.E.C., 1986 (Vias de Comunicação Relatório; 186), 110 p., S-3494/186
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Sistemas de construção industrializada de madeira. Lisboa, L.N.E.C., 1987 (Edifícios Relatório; 40), 8 p., S-3494/40
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Ensaios de torneiras. Equipamento para a realização do ensaio de dispersão. Lisboa, L.N.E.C., 1986 (Edifícios Relatório; 217), 5 p., S-3494/217
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Representação gráfica de pavimentos de vigotas, blocos de cofragem e betão complementar. Lisboa, L.N.E.C., 1986 (Edifícios Relatório; 273), 14 p., S-3494/273
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Vocabulário internacional de iluminação. 1970. Lisboa, L.N.E.C. (Edifícios Relatório; 306), 35 p., S-3494/306
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL O ruído na legislação da CEE e na legislação nacional. Lisboa, L.N.E.C., 1986 (Edifícios Relatório; 51), 56 p., S-3494/51
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL A utilização da cortiça em acabamentos de edificíos. Lisboa, L.N.E.C., 1987 (Edifícios Relatório; 88), 12 p., S-3494/88
- LABORATORIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Desenvolvimento de um elemento finito de casca rectangular com seis graus de liberdade por nó. Lisboa, L.N.E.C., 1987 (Estruturas Relatório; 94), 31 p., S-3495/94
- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Qualidade na construção. Lisboa, L.N.E.C., 1987 (Edifícios Relatório; 22), 62 p., S-3494/22

- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL Tratamento e destino final de águas residuais municipais e industriais no solo. Lisboa, L.N.E.C., 1985 (Especialização e Aperfeiçoamento; 326), 432 p., S-3863/326
- LABORIE, Jean-Paul La politique française d'amenagement du territoire de 1950 à 1985. Paris, La Documentation Française, 1985, 184 p., 3928
- LACERDA, Manuel Augusto Ruano Estudo de Viabilidade do Estabelecimento de um Regadio. Freguesia de Estradas Ribeira de Freges. Vol. II. Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1985, 176 p., 3748
- LASSUDRIE-DUCHENE, Bernard Le protectionnisme. Croissance Limites Voies Alternatives. Paris, Economica, 1985 (Approfondissement de la Connaissance Economique; 6), 801 p., S-1370/6
- LEEVES, Juliet Library Systems. A Buyer's Guide. Aldershot, Gower, 1987, 274 p., 3869
- LIMA, J. M. Mendonça Regulamento Quadro dos Fundos Estruturais. O FEOGA Orientação na perspectiva da agricultura portuguesa. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988 (Documentos; 4), 54 p., S-3751/4
- LISBOA. C.C.R.L.V.T. Regionalização do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. Região de Lisboa e Vale do Tejo. Lisboa, C.C.R.L.V.T., 1989, 152 p., 3932
- LOUÇÃO, Maria Amélia Martins A cultura da Alfarrobeira. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1989 (Divulgação; 1), 38 p., S-3936/1
- LOUSĂ, GABINETE DE APOIO TÉCNICO Concelho de Vila Nova de Poiares. Plano Director Intermunicipal. Lousă, G.A.T. Lousă, [s.d.], 77p., 01/199
- LOUSĂ, GABINETE DE APOIO TÉCNICO Concelho de Penela. Plano Director Intermunicipal. Lousã, G.A.T. Lousã, [s.d.], 73 p., 01/199
- LOUSÃ, GABINETE DE APOIO TÉCNICO Concelho de Miranda do Corvo. Plano Director Intermunicipal. Lousã, G.A.T. Lousã, [s.d.], 94 p., 01/199
- MACEDO, Maria José O Rendimento Monetário das Culturas e das Produções Pecuárias em Portugal. Entre-Douro-e-Minho e Beira Litoral. Vol. V. Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, 1986, 155 p., 3153
- MAES, Michel Déchets Industriels. Mode d'emploi. Paris, Tec. et Doc.- Lavoisier, 1986, 539 p., 3968
- MARTINS, João António M. Alves Enfermagem 88/93. Formação, diagnóstico, planeamento. Lisboa, Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde, 1988, 117 p., 3884
- MATOS, Maria do Carmo Primeiro contributo para a carta escolar. Lisboa, Ministério da Educação G.E.P., 1989 (Série E1), 59 p., S-3939/1
- MATOS, Maria do Carmo Segunda contribuição para a Carta Escolar. Caracterização sintética do Estado de Ocupação do Parque Escolar do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico (Ensino Preparatório e Secundário) 1987-1988. Lisboa, Ministério da Educação, 1989 (Série E2), 153 p., S-3939/2
- MELLOR, J. R. Sociologia Urbana. Porto, Rés-Editora, 1984, 402 p., 3914
- MIGUEL, António Cerca Estudo preliminar para uma caracterização e zonagem da Região Agrária da Beira Litoral. Lisboa, M.A.C.P., 1981, 71 p., 3963

- MIGUEL, António Cerca A Política Agrícola Comum no Sector das Frutas e Produtos Hortícolas. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988 (Documentos; 8-88), 30 p., S-3751/8-88
- MIGUEL, António Cerca A Proposta Comunitária sobre Frutos Secos. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988 (Documentos; 10-88), 46 p., S-3751/10-88
- MOREAU, Gérard A C.E.E.. Sumários de história e Geografia Política. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989 (Biblioteca de Economia e Gestão, 7), 276 p., S-3930/7
- MOREIRA, Carlos Pinto Pesca e Aquicultura, Lisboa, Carlos Pinto Moreira, 1989, 112 p., 3897
- MORIN, Pierre Les politiques des changes exterieurs. Quelques éléments quantitatifs dans le cas français. Paris, Economica, 1985 (Approfondissement de la Connaissance Economique; 6), p. 669-679, S-1370/6
- PEREIRA, Joaquim Lima Introdução ao conhecimento nas ciências sociais. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1988 (Ensaio; 1), 42 p., S-3873/1
- PERREIRA, Jorge M. do Vale Alves Ensino de Formação Comercial. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio Interno, 1988 (Cadernos Comércio e Distribuição; 5), 94 p., S-3505/5
- PINTO, J. M. Paraíso Equipamento Comercial da Sub-Região da Cova da Beira. Coimbra, C.C.R.C., 1989, 253 p., 01/205
- PIRES, Veríssimo Esteves Imprensa e Município. Lisboa, Direcção-Geral da Administração Autárquica, 1987, p. 23-26, 3709
- PLÁCIDO, Isabel Exploração do AUTOCAD. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1987 (Informação Técnica Arquitectura e Urbanismo; 22), 42 p., S-2960/22
- PORTO, Manuel Carlos Lopes Do Acto Único à Nova Fronteira para a Europa. Coimbra, Faculdade de Direito de Coimbra, 1988, 75 p., 3880
- PORTUGAL. CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS Conferência internacional sobre população 1984. Recomendações para a implementação do Plano de Acção Mundial da População. Lisboa, C.E.D., 1988 (Caderno; 9), 105 p., S-1137/9
- PORTUGAL. COMISSÃO DE REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO A gestão do sistema escolar. Relatório de seminário. Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1988 (Seminários; 9-88), 247 p., S-3835/9-88
- PORTUGAL. DEPARTAMENTO CENTRAL DE PLANEAMENTO Regionalização do PIDDAC 88. Sector Cultura. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1988 (Estudos Técnico-Financeiros; 1), 39 p., S-3808/1
- PORTUGAL, DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA I. Encontro Nacional de Relações Públicas nas Autarquias. Textos e Intervenções. Lisboa, Direcção-Geral da Administração Autárquica, 1987, 126 p., 3709
- PORTUGAL, DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Programa Norte Alentejano. Lisboa, D.G.D.R., 1989 (Colecção Programas FEDER; 4), 187 p., S-3672/4
- PORTUGAL. DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Programas Operacionais do FEDER. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Lisboa, D.G.D.R., 1989, 70 p., 3934

- PORTUGAL: GABINETE DE ESTUDOS E-PLANEAMENTO DO MINISTÉRIO DA INDUSTRIA E ENERGIA Competitividade na Economia Portuguesa. Análise e Resultados. Lisboa, G.E.P.M.I.E., 1988, 70 p., 3778
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO História florestal, aquícola e cinegética. Vol. V Fascículo 1. Lisboa, M.A.P.A., 1988, 175 ρ., 1279
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO 150 dias no campo. Beira Interior. Lisboa, M.A.P.A., 1989, 200 p., 3957
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Acesso ao ensino superior. Guia 1989. Lisboa, Direcção-Geral do Ensino Superior, 1989, 608 p., 3879
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Plano de Desnvolvimento Regional. PRODEP. Lisboa, M.E., 1989, 83 p., 3917
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS Proposta de Lei de Bases da Reforma Fiscal. Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS). Lisboa, M.F., 1989 (Documentos do Ministério das Finanças; 4), 73 p., S-3915/4
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES Plano de Desenvolvimento Regional. PRODAC. Lisboa, M.O.P.T.C., 1989, 114 p., 3917
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES Desenvolver a habitação social. Lisboa, M.O.P.T.C., 1987 (Informar, Decidir, Explicar; 7), 94 p., S-3630/7
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES Reformular a gestão e diminuir os custos portuários. Lisboa, M.O.P.T.C., 1987 (Informar, Decidir, Explicar; 8), 83 p., S-3630/8
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES Reconversão da Frota TAP-AIR Portugal. Lisboa, M.O.P.T.C., 1987 (Informar, Decidir, Explicar; 11), 49 p., S-3630/11
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL Jornadas Técnicas de Habitação Social. Lisboa, 26 e 27 de Novembro de 1984. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1984, 331 p., 3874
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Ciência e Tecnologia. Um desafio para Portugal. Lisboa, J.N.I.C.T., 1988 (Documentos de Trabalho; 5), 43 p., S-3919/5
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Trabalhos Preparatórios do PEDICT. Assimetrias e Especializações. Lisboa, J.N.I.C.T., 1988 (Documentos de Trabalho; 7), 41 p., S-3919/7
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO JNICT. 21 anos de actividade. Lisboa, J.N.I.C.T., 1988 (Documentos de Trabalho; 8), 15 p., S-3919/8
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Programas de I & D das Comunidades Europeias. Participação de Portugal. Lisboa, J.N.I.C.T., 1988 (Documentos de Trabalho; 9), 33 p., S-3919/9
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Programa de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado. (Pro. Des. Re. Di). Lisboa, J.N.I.C.T. (Documentos de Trabalho; 6), 37 p., S-3919/6

- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Recursos Humanos nas Universidades. Dados preliminares. Lisboa, J.N.I.C.T., 1988 (Documentos de Trabalho; 3), 37 p., S-3919/3
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Formação em recursos humanos em C&T-1987. Concurso de 15 de Maio. Lisboa, J.N.I.C.T., 1988 (Documentos de Trabalho; 2), 38 p., S-3919/2
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Ciência//PEDICT. Programa Estrutural de Desenvolvimento de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, J.N.I.C.T., 1988 (Documentos de Trabalho;13), 107 p., S-3919/13
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO Plano de Desenvolvimento Regional. Programa CIÊNCIA. Lisboa, M.P.A.T., 1989, 109 p., 3917
- PORTUGAL. SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS Instrumentos financeiros da política do ambiente e recursos naturais. Lisboa, S.E.A.R.N., 1989, 645 p., 3948
- PORTUGAL. SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO Inquérito prévio aos serviços e organismos do estado. 1986. Lisboa, S.E.O., 1987, 30 p., 3877
- RAMOS, Rui Manuel Moura Portugal e o projecto da instalação de armazenamento de resíduos nucleares de Aldeiadavilla. Aspectos jurídico-internacionais. Porto, Comissão de Coordenação da Região do Norte, 1987, 33 p., 3875
- REGO, Pedro Castro A viticultura portuguesa face ao actual contexto comunitário. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1987 (Documentos; 2-87), 42 p., S-3751/2-87
- REIS, Carlos Santos A população de Lourenço Marques em 1894. Um censo inédito. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1973, 136 p., 3622
- REIS, J. E. Barreiros dos Vocabulário dos termos utilizados em preservação de madeiras. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1986 (Informação Técnica - Estruturas; 6), 73 p., S-3190/6
- RIBEIRO, Luísa Sanches Despesas culturais dos municípios. Uma análise espacial. Lisboa, Gabinete de Planeamento da Secretaria de Estado da Cultura, 1989 (Estudos e Análise Culturais; 1), 253 p., S-3931/1
- ROGADO, Quintino Carta de solos. Vale do Águeda. Aveiro, Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1989, 112 p., 3974
- ROLDÃO, Victor Sequeira Guia para preparação e avaliação de investimentos. Lisboa, Monitor, 1988 (Investimentos e Organização; 4), 151 p., S-3894/4
- ROLO, J. A. Cabral A(s) Agricultura(s) Algarvia(s). Contributo para a sua caracterização no início dos Anos 80. Vol. I. Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1988, 190 p., 3872
- ROLO, J. A. Cabral A(s) Agricultura(s) Algarvia(s). Contributo para a sua caracterização no início dos Anos 80. Vol. II. Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1988, 204 p., 3872
- ROSADO, Manuel Bento Caracterização económico-financeira dos municípios da Região do Alentejo. Anos 1982/83. Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1985, 283 p., 331
- ROSAL, Teresa Recursos Pesqueiros do Atlântico Sul. Costa da Argentina e Ilhas Falkland. Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, 1987 (Divulgação; 1), 72 p., S-3761/1

- SALGUEIRO, Teodósio A. A Adaptação da Administração Francesa aos Mecanismos Comunitários. Relatório de um seminário. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988 (Documentos; 5), 40 p., S-3751/5
- SALGUEIRO, Teodósio A. Proteaginosas. Apontamentos para apreciação da proposta de preços 88/89. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988 (Documentos; 1), 20 p., S-3751/1
- SALGUEIRO, Teodósio A. Relatório do grupo de trabalho das proteaginosas e das forragens secas. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988 (Documentos; 2), 47 p., S-3751/2
- SANTOS, A. Lourenço dos Excedentes mundiais de produtos agrícolas. Origens e propostas de solução. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988 (Documentos; 3), 31 p., S-3751/3
- SANTOS, Aníbal A nova política industrial face às exigencias da concorrência internacional. Lisboa, Ministério da Indústria e Energia, 1988 (Cademos de Divulgação; 4), 53 p., S-3829/4
- SANTOS, Lusitano dos Projecto de desenvolvimento integrado dos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa. O povoamento. Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1983, 51 p., 3788
- SÃO PEDRO, Maria Emília Progresso escolar no ensino básico. Um estudo comparativo. Lisboa, Ministério da Educação - Gabinete de Estudos e Planeamento, 1989 (Série C1), 70 p., S-3938/1
- SERRÃO, António A investigação social e o seu papel na gestão das autarquias. Lisboa, Direcção--Geral da Administração Autárquica, 1987, p. 65-76, 3709
- SILVA, José Miguel Rodrigues da PDAR'S. Programas de Desenvolvimento Agrário Regional. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988, 75 p., 3951
- SILVA, Luís Fraga da Análise de preços. Aplicação às séries de cotações de suínos. Lisboa, Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura, 1988 (Documento de Trabalho; 2), 128 p., S-3888/2
- SILVA, Maria de Lourdes Nogueira da Enfermagem. 31 de Dez 88. Lisboa, Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, 1988, 69 p., 3884
- SMITH, Brian John Acoustics and noise control. London, Longman, 1982, 236 p., 3890
- SOUSA, António de Competitividade. Desafio da indústria nacional. Lisboa, Direcção-Geral da Indústria, 1989 (Cadernos de Divulgação; 5), 19 p., S-3829/5
- SOUSA, Luís Macedo e As Relações Públicas e as Autarquias. Lisboa, Direcção-Geral da Administração Autárquica, 1987, p.45-49, 3709
- SUTHERLAND, Peter 1 de Janeiro de 1993. O que vai mudar na Europa. Lisboa, Edições 70, 1988, 133 p., 3929
- TAVARES, Athayde Glossário de termos comerciais. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio Interno, 1989 (Cadernos Comércio e Distribuição; 10), 66 p., S-3505/10
- TAVARES, Hugo Manuel Rosa A cultura da alface. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1988, 33 p., 3937
- TOBISCH, Stefan Seminário de sensibilização. Relatório. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1969, 60 p., 01/203

- TOURAIS, Adriano Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura em Portugal (PEDAP). Algumas notas sobre a sua execução. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, (1981-89), 18 p., S-3751/1-89
- VALENTE, Maria Odete Manuais Escolares. Análise de situação. Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1989 (Série B4), 376 p., S-3882/4
- VAZ, J. Trancoso Notas sobre frutos secos. Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 1987 (Divulgação; 2), 35 p., S-3639/2

Na REGIÃO CENTRO o IEFP

ESTÁ BEM PERTO DE SI E DAS SUAS NECESSIDADES



PROGRAMAS

- * IJOVIP
- * APRENDIZAGEM Certificação profissional e equivalência escolar.
- Inserção de jovens na vida profissional.
- * FIQ * ILE's
- Formação e integração de quadros. - Iniciativas locais de emprego.
- * ARTESANATO
- * ACPE
- Apoio à criação do próprio emprego.
- * APOIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ACTIVOS.
- * FORMAÇÃO/EMPREGO PARA JOVENS E ADULTOS DEFICIENTES
- * FORMAÇÃO/EMPREGO PARA MULHERES JOVENS E ADULTAS

Toda uma vasta experiência em colocação, informação e orientação profissional.



CENTROS DE EMPREGO

Águeda	Telef.:	034-62365
Arganli	Telef.:	035-22984
Avelro	Telef.:	034-29252
Castelo Branco	Telef.:	072-23997
Colmbra	Telef.:	039-36561
Covilhã	Telef.:	075-24097
Figueira da Foz	Telef.:	033-24031
Figueiró dos Vinhos	Telef.:	036-52150
Leirla	Telef.:	044-24027
Marinha Grande	Telef.:	044-56701
Sertā	Telef.:	074-61632
Tondela	Telef.:	032-82615
Vicou	Tolof ·	032,26121

CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Guarda	Telef.:	071-21425
Sela	Telef.:	038-22691
Colmbra	Telef.:	039-20015
Águeda	Telef.:	034-645060

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL **DELEGAÇÃO REGIONAL DO CENTRO**

20 anos de Fomento em Coimbra Duas décadas de apoio ao desenvolvimento regional, fomentando a poupança e o investimento produtivo.

Assinalamos esta data com a criação da

Conta Jovem - XX Aniversário*



*Os jovens dos 18 aos 25 anos que abrirem uma Conta de Depósito à Ordem ficam habilitados a prémios até Esc : 100 000\$00, Informe-se na Delegação de Coimbra





informação para a acção

Comissão de Coordenação da Região Centro Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000 Coimbra

Tel. 039 715771

Telex. 52185 CRC P

Fax. 039 723757

INFORMAÇÃO
COMUNITÁRIA
PARA AS
PEQUENAS E
MÉDIAS
EMPRESAS DA
REGIÃO CENTRO

AJUDÁ-LO A GANHAR MAIS? CLARO!



NO SOTTOMAYOR PODE CONTAR COM <u>A MELHOR REMUNERAÇÃO</u> <u>LÍQUIDA DO MERCADO</u>

- DEPÓSITOS A PRAZO
- DEPÓSITOS POUPANÇA REFORMADOS
- CERTIFICADO DE DEPÓSITO
- DEPÓSITOS POUPANÇA HABITAÇÃO
- OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO



BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Últimas Publicações da Comissão de Coordenação da Região Centro

Os Elementos Verdes nos Aglomerados Urbanos

Manuel Cerveira

214 páginas, ilustrado

1500\$00

Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional Seminário Internacional CCRC/OCDE

342 páginas

1500\$00

Bacia Hidrográfica do Rio Lis

A. Campar, A. Gama, L. Cunha, R. Jacinto, I. Boura, J. Medeiros, J. Brandão

Edição: CCRC/Câmara Municipal de Leiria

248 páginas

1000\$00

O Desenvolvimento do Baixo Mondego:

economias regionais e intervenção do Estado

Pedro Hespanha, José Reis

360 páginas

1200\$00

Pinhal — Corografia — Elementos para um estudo

A. Borges Pinto

517 páginas

850\$00

Comunidades Rurais do Interior do Distrito de Coimbra na 2ª metade do Séc. XVIII

Alda Mourão Filipe

Edição: CCRC/Governo Civil de Coimbra

207 páginas

750\$00

A Avicultura no Quadro Comunitário

Lina Coelho

Série Estudos Europeus nº 6

75 páginas

500\$00

Pedidos a:

Comissão de Coordenação da Região Centro:

Centro de Documentação e Informação

Rua Rernardim Ribeiro, 80

3000 Coimhra

Tel: 039 715771 Telex, 52185 CRC P Fax. 039 723757

A poupança é o motor do desenvolvimento as poupanças confiadas à CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS são aplicadas na criação de novas fontes de riqueza. São um motor de desenvolvimento do Pals.

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS é um estabelecimento de crédito com raízes profundamente portuguesas, firmadas em mais de um século de actividade bancária. O seu desenvolvimento interno, a par do incremento das suas relações internacionais, levou já à abertura de mais de 400 agências tanto em Portugal como no estrangeiro.

Com a entrada do País na CEE, a CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS mostra-se apta a aceitar os desafios que se traduzem em desenvolvimento e progresso.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

